

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Carlos André Mariano de Oliveira

**CONCEITOS DE ANTROPOLOGIA INTEGRAL NA
IGREJA CONFESSANTE**

**Uma análise da Declaração de Barmen em diálogo com a obra de
Alfonso Garcia Rubio**

Dissertação de Mestrado

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia Sistemático-Pastoral pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia da PUC-Rio.

Orientadora: Prof. Dra. Lúcia Pedrosa de Pádua

Rio de Janeiro

Dezembro de 2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Carlos André Mariano de Oliveira

**CONCEITOS DE ANTROPOLOGIA INTEGRAL NA
IGREJA CONFESSANTE**

**Uma análise da Declaração de Barmen em diálogo com a obra de
Alfonso Garcia Rubio**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Lúcia Pedrosa de Pádua

Orientadora

PUC-Rio

Francilaide de Queiroz Ronsi

PUC-Rio

Rudolf von Sinner

PUC/PR

Rio de janeiro, 06 de fevereiro de 2023.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Carlos André Mariano de Oliveira

Graduado em Direito na Universidade São José em 2010 e em Teologia pelo Seminário Teológico Betel em 2013, com convalidação pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro (STBSB) em 2017. Com experiência de 13 anos no trabalho com juventudes, atualmente exerce o pastoreio de adolescentes e jovens, na Primeira Igreja Batista em Aracruz (PIBARA), localizada em Aracruz, Espírito Santo. Pesquisador na área de antropologia teológica e modernidade, é professor de teologia e coordenador do Seminário teológico Batista de Aracruz (STBA).

Ficha catalográfica

Oliveira, Carlos André Mariano de

Conceitos de antropologia integral na igreja confessante : uma análise da declaração de Barmen em diálogo com a obra de Alfonso Garcia Rubio / Carlos André Mariano de Oliveira ; orientadora: Lúcia Pedrosa de Pádua. – 2022.

125 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2022.

Inclui bibliografia

1. Teologia – Teses. 2. Antropologia teológica. 3. Nazismo. 4. Alfonso Garcia Rubio. 5. Desumanização. 6. Declaração de Barmen. I. Pádua, Lúcia Pedrosa de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

CDD: 200

Aos mártires do passado, gratidão;
aos mártires do presente, coragem;
aos mártires do futuro, esperança.

Agradecimentos

A Deus, Criador e sustentador de todas as coisas.

À minha mãe Teresa que sempre me amou e entregou muito por mim.

Ao meu pai, José, que sempre se esforçou para investir em meus estudos.

À minha esposa, mulher virtuosa e companheira que o Senhor me concedeu. Te amo, Raquel e à Maria Luiza, maior expressão do amor de Deus por mim.

Aos pastores, amigos, mestres e incentivadores, em especial: Pr. Neander Kral de Miranda Pinto, Pr. Henrique Araújo, Pr. Anderson Rezende, Pr. Ulisses Torres.

Aos amigos de seminário, que me inspiravam a ser um teólogo e cristão cada vez melhor.

Aos amigos de caminhada cristã, que sempre foram esteio em momentos difíceis, em especial ao “abisai” Newton Capistrano, obrigado por não desistir de mim.

A todos aqueles e aquelas que me emprestaram livros, enviaram materiais, comentaram e contribuíram com o desenvolvimento dessa pesquisa.

À minha orientadora, Lúcia Pedrosa de Pádua, que, me pastoreou, guiou, inspirou e orientou de forma extraordinária. Sua compaixão, destreza e paciência me constrangem em amor. Sem a senhora, não teria sido possível.

À PUC-Rio, por incentivar a pesquisa acadêmica ao longo dos seus 81 anos de existência, sendo os últimos 53 destinados à relevante pesquisa teológica de impacto internacional, e por fornecer bolsa integral para os alunos de pós-graduação pois, sem esta iniciativa, não seria possível eu me tornar mestre em Teologia neste tempo.

Resumo

Oliveira, Carlos André Mariano. **Conceitos de antropologia integral na Igreja confessante: uma análise da Declaração de Barmen em diálogo com a obra de Alfonso Garcia Rubio**. Rio de Janeiro, 2022. 125p. Dissertação de Mestrado - Departamento de teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer os elementos característicos do conceito de antropologia integradora, notadamente nas obras do professor Alfonso Garcia Rubio e que podem ser percebidos nos documentos da igreja confessante alemã, especificamente na declaração de Barmen. Tal documento é produzido sob o contexto do governo nazista na Alemanha do início do século XX. A ideologia do partido nazista é decorrente de uma leitura antropológica, que influenciou não apenas os teólogos de sua época, como toda a nação. Ao avaliar o movimento de resistência, percebemos que sua vivaz resistência, mesmo diante do martírio, deixou como legado uma valiosa declaração doutrinária redigida no sínodo de Barmen e que combatia, antropológica, bíblica e teologicamente o Nacional-socialismo. Tais elementos são presentes na obra do professor Alfonso Garcia Rubio, cuja antropologia teológica guarda pontos de convergência, a igualdade entre os seres humanos, a integração de cada pessoa humana com seu semelhante e por fim com a criação, nos possibilitando uma superação da proposta antropológica do darwinismo social e que é reiterada nos movimentos e afeições totalitaristas do presente tempo. No atual contexto brasileiro, os modelos de desumanização, como a aporofobia, o racismo, o discurso de elitismo e de oposição e polarização precisam ser superados e a antropologia integradora é um dos caminhos. Conclui-se que a herança da declaração de Barmen somada à produção antropológica-teológica de García Rubio, contribuem para a consolidação de uma antropologia de integração.

Palavras-chave

Antropologia teológica; Nazismo; Nacional-socialismo; Desumanização; Declaração de Barmen; Alfonso Garcia Rubio.

Abstract

Oliveira, Carlos André Mariano. **Concepts of integral anthropology in the confessing church: An analysis of Barmen's declaration in dialogue with the work of Alfonso Garcia Rubio.** Rio de Janeiro, 2022. 125p. Dissertação de Mestrado - Departamento de teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to know the characteristic elements of the concept of integrative anthropology, nodded ly in the works of Professor Alfonso Garcia Rubio and which can be perceived in the documents of the German confessing church, specifically in barmen's statement. This document is produced under the context of the Nazi government in early 20th century Germany. In evaluating the resistance movement, we realized that his vivacious resistance, even in the face of martyrdom, left as a legacy a valuable doctrinal declaration written in the synod of Barmen and that combated, anthropological, biblical and theologically National socialism. Such elements are present in the work of Professor Alfonso Garcia Rubio, whose theological anthropology holds points of convergence, equality between human beings, the integration of every human person with his or her likeness and finally with creation, enabling us to overcome the anthropological proposal of social Darwinism and which is reiterated in the totalitarian movements and affections of the present time. In the current Brazilian context, models of dehumanization, such as aporophobia, racism, the discourse of elitism and opposition and polarization need to be overcome and integrative anthropology is one of the paths. It is concluded that the inheritance of Barmen's declaration added to García Rubio's anthropological-theological production contributes to the consolidation of an integration anthropology.

Keywords

Theological anthropology; Nazism; National Socialism; Dehumanization; Barmen's Statement; Alfonso Garcia Rubio.

Sumário

1 Introdução.....	11
Capítulo 2: O Movimento nazista e a Igreja alemã	14
2.1. A gênese do partido nazista	14
2.1.1. A chegada ao poder	15
2.1.2. A antropologia nazista: darwinismo social como pressuposto fundamental	16
2.1.3. A antropologia nazista: “sangue e comunidade racial”	18
2.1.4. A antropologia nazista: “solo e espaço vital”	21
2.2. O nazismo e a Igreja cristã na Alemanha	22
2.2.1. Cristianismo positivo	24
2.2.2. A relação com a Igreja católica.....	25
2.2.3. A relação com as Igrejas protestantes	27
2.2.4. Os cristãos alemães.....	28
2.2.5. A Igreja nacional do Reich	29
2.2.6. O parágrafo ariano	31
2.3. A “disputa pela Igreja”	33
2.3.1. A Igreja confessante	36
2.3.2. A declaração teológica de Barmen.....	39
2.3.3. As “verdades evangélicas” defendidas na declaração teológica de Barmen.....	41
2.3.4. Tese 1	41
2.3.5. Tese 2	42
2.3.6. Tese 3	43
2.3.7. Tese 4	44
2.3.8. Tese 5	45
2.3.9. Tese 6	46
Capítulo 3: Elementos da teologia de Alfonso García Rubio.....	49
3.1. Breve histórico	49
3.2. Antropologia da modernidade	51
3.3. O problema do dualismo antropológico	53
3.3.1. A antropologia dualista platônica	53
3.3.2. A antropologia dualista cartesiana.....	55
3.3.3. A superação do dualismo antropológico.....	56
3.3.4. uma antropologia integradora: o ser humano é único e integrado ao Criador.....	57
3.3.5. A antropologia integradora nas Escrituras.....	58
3.4. A antropologia integradora: pessoalidade.....	61

3.4.1. Desenvolvimento teológico da personalidade.....	62
3.4.2. Pessoaalidade: dimensões fundamentais.....	63
3.4.3. Complexidade da pessoa humana	66
3.5. A pessoa humana e suas relações: a “co-humanidade”	68
3.5.1. A pessoa humana e sua dimensão sociopolítica.....	70
3.5.2. A dimensão sociopolítica do ser humano no Antigo Testamento	71
3.5.3. A dimensão sociopolítica do ser humano no Novo Testamento	72
3.5.4. A relação entre Igreja e poder político.....	74
3.6. A pessoa humana e o meio ambiente: a crise ecológica	75
3.6.1. A contribuição da antropologia integradora para superação da crise.....	76
3.6.2. O resgate da perspectiva simbólico-sacramental do mundo.....	77
Capítulo 4: Caminhos de superação da antropologia nazista: inter-relações entre a declaração teológica de Barmen e a antropologia integradora de García Rubio	80
4.1. Pontos de convergência entre a Declaração de Barmen e a antropologia integradora de García Rubio	81
4.1.1 A igualdade entre os seres humanos em superação ao darwinismo social.....	81
4.1.2. A integração dos humanos em superação à ideologia de uma raça superior	85
4.1.3. A humanização como caminho de integração	87
4.1.4. A co-humanidade e a solidariedade como manifestações da integração entre seres humanos.....	90
4.2. A integração do ser humano com a criação em superação ao uso predatório dos recursos naturais.....	91
4.2.1. <i>Lebensraum</i> : o determinismo antropológico e geográfico como fundamento nazista para a expansão territorial e exploração dos recursos naturais.....	92
4.2.2. A Integração do ser humano com a criação como restauração da integralidade antropológica	95
4.3. A importância da Declaração Teológica de Barmen e da antropologia integradora de García Rubio como paradigma antropológico-teológico na contemporaneidade	97
4.3.1. A semelhança contextual entre a Alemanha do período nazista e a realidade brasileira atual.....	98
4.3.1.1. “Os novos nazismos”: o recrudescimento de movimentos de apoio ao totalitarismo no Brasil.....	99
4.3.1.2. Novos modelos de desumanização presentes na contemporaneidade	101
4.3.1.3. A exclusão do outro: aporofobia e racismo	103
4.3.1.4. A superioridade sobre o outro: “o cidadão de bem”	106
4.3.1.5. A oposição ao outro: “nós contra eles”	109
5. Conclusão	113
Referências bibliográficas	116

1 Introdução

A sociedade vive um tempo de profundas alterações em sua estrutura, mentalidade e relações. Ao contrário do que se pensava, os significativos desenvolvimentos tecnológicos, acadêmicos e sociais advindos com a pós-modernidade não impediram que determinados setores da sociedade regredissem e até mesmo obliterassem tais avanços em certos nichos sociais. Tal cenário, guardadas as devidas proporções, em muito se assemelha ao período da primeira metade do século XX, quando em todo o mundo, mas especialmente na Europa, os avanços da modernidade não foram suficientes para impedir o surgimento de regimes totalitários como o fascismo e o nazismo, com pressupostos antropológicos que serviram como legitimação para suas barbáries.

A similaridade dos cenários traz grande preocupação a respeito de uma eventual reprodução de resultados práticos, com o aumento do preconceito, da violação de direitos, do ressurgimento do fascismo entre outras mazelas, que já se encontram abertamente presentes no discurso de muitos agentes políticos, entidades e até mesmo instituições, dentre as quais, a Igreja brasileira. Inclusive, a postura de parte da Igreja brasileira, quedando-se inerte ou até mesmo apoiando tímida ou efusivamente tais discursos, em muito se assemelha à realidade encontrada na Igreja na Europa das primeiras décadas do século passado. Em que pese o tema possa ser estudado e analisado sob inúmeras perspectivas, nos parece que o viés da teologia antropológica tem lugar especial, uma vez que o apoio da Igreja aos regimes totalitários se deu exatamente com base em uma proposta antropológica que legitimasse tais regimes.

Entretanto, parte da Igreja, no século passado, não cedeu ao desejo de poder, subscrevendo os desmandos dos regimes fascistas. Sua proposta antropológica, foi fundamental para documentar essa resistência ativa e diante de sua corajosa confissão de fé, ficaram conhecidos como “igreja confessante”. Por isso, a presente pesquisa visa investigar, em um recorte específico, o período histórico compreendido entre a década de 30 e 40 do século XX, a Igreja na Alemanha nazista e sua relação com o partido nacional socialista, a antropologia teológica ali presente e a importância do posicionamento firme e corajoso da Igreja em favor de uma

antropologia de integração, especialmente na redação da confissão de fé descrita no Sínodo confessional de Barmen, a Declaração de Barmen.

Além disso, nos detivemos em identificar em um autor contemporâneo, professor Alfonso Garcia Rubio, teólogo radicado no Brasil, com relevante produção teológica e oriundo da realidade nacional, através de sua contribuição teológica, sob a influência, entre outros, de Karl Barth, subscritor e mentor teológico da Declaração de Barmen, uma proposta de antropologia integradora, com inter-relações que podem ser estabelecidas com a referida declaração. Dessa maneira, ao estabelecer tal ligação, cabe refletir sobre a necessidade de se resgatar essa antropologia integradora diante do cenário vigente no mundo e especialmente no Brasil de ambiente polarizado e beligerante dos últimos anos.

Para alcançar tal objetivo, dividiremos a pesquisa em três capítulos, tendo como metodologia um levantamento de referências bibliográficas de teologia, antropologia teológica, história da Igreja e história do atual momento brasileiro. Em seu segundo capítulo, revisitaremos o movimento nazista, sua origem e acesso ao poder, bem como sua relação com a Igreja. Em seguida, os conceitos antropológicos subjacentes ao ideário do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, estruturados no darwinismo social e na relação comunitária de raça e uso do solo e recursos naturais, bem como sua adoção pelo chamado “cristianismo positivo”, seu predomínio na Igreja alemã e a grande disputa pela Igreja, que culminou com o movimento de resistência e a redação da declaração teológica de Barmen.

A dissertação apresentará em seu terceiro capítulo, os elementos da teologia de Alfonso Garcia Rubio, passando por sua antropologia da modernidade e sua crítica ao dualismo antropológico. Ademais, seguimos refletindo na obra do autor, mostrando que a antropologia de integração é a proposta de superação do dualismo e que está presente nas Escrituras Sagradas desde o antigo testamento, perpassando o novo testamento e chegando à contemporaneidade. Abordaremos ainda os conceitos de pessoalidade e as correlações, em especial na dimensão sócio-política do ser humano e na relação da Igreja com o poder político e seu papel na preservação da criação.

O quarto capítulo abordará a proposta de superação da antropologia nazista sob a análise do diálogo e as inter-relações entre a proposta antropológica identificada na Declaração de Barmen e os conceitos de antropologia integradora

constantes nos ensinamentos de Garcia Rubio, a partir de seus elementos convergentes e que se mostram em superação aos conceitos propostos pelos nazistas. Analisar-se-á a importância da Declaração de Barmen e dos conceitos do autor para a construção de um paradigma antropológico-teológico na contemporaneidade e, por último, identificaremos as semelhanças contextuais da realidade brasileira com a Alemanha nazista, sob a análise dos movimentos de “novo nazismo” e os modelos de exclusão e desumanização que se fazem presentes em nosso tempo, com a exclusão do outro, a superação do outro e a oposição ao outro.

É necessário enfatizar que haveria muito mais a se pesquisar e que a presente pesquisa não planeja fazer um tratado antropológico, no entanto, busca ressaltar a importância da antropologia teológica de integração na história moderna da humanidade e da Igreja, bem como, sinalizar que os elementos do passado são úteis para que possamos, em abordagem contextualizada, continuar no caminho de integração a partir daquilo que já experimentamos como Igreja, diante do real temor de, em cenários semelhantes, repetir os mesmos erros do passado.

Capítulo 2: O Movimento nazista e a Igreja alemã

Considerações iniciais

O presente capítulo tem como objetivo entender a chegada ao poder do partido nacional socialista dos trabalhadores alemães, ou partido nazista, desde sua constituição até a hegemonia política na Alemanha entre as décadas de 30 e 40 do século XX e sua relação com a Igreja cristã alemã. Abordaremos os pressupostos antropológicos subjacentes à ideologia nazista e sua influência na teologia e prática religiosa da Igreja através da escalada de poder que cooptou boa parte da liderança eclesiástica. Por fim, abordaremos a resistência ao nazismo dentro da Igreja alemã culminando com a análise do sínodo de Barmen, importante marco teológico e antropológico contra os ideais nazistas.

2.1. A gênese do partido nazista

Adolf Hitler, assim como o partido nazista foram uma criação de seu tempo. Um subproduto da história alemã que transformou todo o curso da história moderna e cujo início, ao menos objetivamente, pode-se atribuir à presença de Adolf Hitler, como informante do exército, em uma reunião do partido nacional socialista dos trabalhadores alemães, conhecido como partido nazista, em 12 de setembro de 1919 em Munique, Baviera. O objetivo da presença de um espião era desbaratar células comunistas na Alemanha, entretanto, em que pese a influência socialista em sua origem¹, o partido possuía um viés ultranacionalista, o que fascinou o homem que se tornaria o *Führer* do Reich Alemão. Tais reuniões eram frequentes no primeiro quarto do século XX, especialmente diante das condições sócio-políticas em que se encontrava a nação Alemã.

O retumbante fracasso da Primeira Guerra mundial trouxe consequências políticas drásticas para o povo alemão: o fim do império produziu uma profunda instabilidade política e as pesadas obrigações constantes do Tratado de Versalhes

¹ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p.55

impediram o sucesso da recém proclamada república de Weimar² que agora era culpada por ter aceitado os absurdos termos impostos pelos aliados. Entretanto, economicamente a crise era ainda pior. A ocupação da região do Ruhr em 1923 por tropas francesas estrangulou a indústria e conseqüentemente o país. O sofrimento produziu a descrença no governo e se tornou terreno fértil para toda sorte de ideologias políticas, inclusive o nazismo.

Como a maioria dos movimentos ideológicos, o partido nazista se declarava como único detentor da solução para os problemas alemães e que o caminho para se superar as dificuldades passava por alguns pontos obrigatórios: o descumprimento do tratado de Versalhes, o pangermanismo, a nacionalização da base econômica e um Estado estruturado sobre uma hierarquia racial.

Segundo Kitchen³, o partido se caracterizava como uma espécie de religião, cujos “dogmas” principais eram um nacionalismo radical e agressivo, a rejeição da democracia e do conceito de liberdade individual sob o novo pilar da identidade nacional: a raça ariana. Em um primeiro momento, o partido aproveitou a grande rejeição à democracia e ganhou crescimento considerável na região da Baviera, especialmente em Munique, chegando a ter mais de cinquenta mil membros em 1922⁴. Tal expansão fez Hitler acreditar que poderia conquistar o poder pela força, e em 9 de novembro tentou um golpe durante um comício político em uma cervejaria de Berlim, que resultou na morte de alguns de seus apoiadores e em sua condenação à prisão, quando cumpriu nove meses de cárcere e escreveu seu livro “*Mein Kampf*”.

2.1.1. A chegada ao poder

Após o cumprimento de sua pena, Hitler empenhou-se na reconstrução do partido e conseguiu uma pequena representação parlamentar nas eleições de 1928, com cerca de 2,6% do voto popular⁵. Em dois anos, a representatividade cresceu

² LUTZER, Erwin. A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p.37.

³ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p.62

⁴ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 70

⁵ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 71

vertiginosamente, chegando ao total de 6,4 milhões de eleitores no pleito de 1930, com um discurso oportunista, aproveitando-se da crise mundial instaurada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929 e sem um programa de poder, basicamente o partido crescia sob o carisma de seu líder e contava com a apatia dos alemães.

Diante de um momento tão difícil, o povo escolheu abdicar de sua responsabilidade, conforme relata Erwin Lutzer citando Gerald Suster:

Muitas pessoas receberam com prazer a abolição da responsabilidade individual por suas ações; para alguns é mais fácil obedecer que aceitar os riscos da liberdade. Os trabalhadores da atualidade possuem estabilidade no emprego, serviços de saúde, programas de férias a baixo custo. Ora, se a liberdade significa passar fome, então é preferível a escravidão. O homem por quem a Alemanha aguardava havia chegado.⁶

Nas eleições de 1932, o partido nazista conseguiu eleger 320 deputados e viu a filiação do partido crescer para mais de 1,4 milhão e a ascensão de Hitler ao poder ocorreu com sua nomeação como chanceler pelo presidente Hindenburg em 1933. Logo após, com a morte do presidente em 1934 o parlamento alemão concedeu poderes ditatoriais à Adolf Hitler, que acumulou as funções de presidente e chanceler, sendo tal fusão aprovada mediante plebiscito. Então, o chefe de estado alemão se autodenominou o “guia” da nação alemã (*Führer*), eleito democraticamente e em seguida alterando a constituição para inaugurar oficialmente a ditadura nazista na Alemanha.

2.1.2. A antropologia nazista: darwinismo social como pressuposto fundamental

Com o poder consolidado, o partido pode enfim colocar em prática os pressupostos ideológicos que defendia, ainda que não abertamente. Importa considerar que a ideologia nazista trouxe consigo uma percepção própria do que é “ser humano”, inclusive com a categorização de quem poderia ser considerado humano ou não, a partir de suas ideologias, a proposta do partido alcançava o povo alemão em todas as dimensões antropológicas⁷.

⁶ LUTZER, Erwin. A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p.42

⁷ A Antropologia é o estudo do homem como ser biológico, social e cultural. Devido à amplitude destes temas, o conhecimento antropológico geralmente é organizado em áreas que indicam uma escolha prévia de certos aspectos a serem privilegiados como a “Antropologia Física ou Biológica” (aspectos genéticos e biológicos do homem), “Antropologia Social” (organização social e política, parentesco, instituições sociais), “Antropologia Cultural” (sistemas simbólicos, religião,

Na época, a corrente científica do darwinismo social era preponderante na Europa, especialmente na Alemanha. Basicamente é uma derivação do conceito da obra de Charles Darwin, a “origem das espécies”⁸, em que através da evolução, a partir de um ancestral comum, os homínídeos foram se desenvolvendo até o surgimento da raça dominante e o conseqüente desaparecimento das demais raças, provocando uma diferenciação evolucionista. Segundo a interpretação vigente do darwinismo social, a miscigenação produziria uma involução das “raças dominantes”.⁹

Assim, compreendemos como a concepção nazista de governo era diferente de tudo o que a modernidade trouxe em forma de desenvolvimento. Para os nazistas, não eram as instituições, a democracia, ou qualquer outra manifestação de vontade popular que legitimava o poder dos governantes, mas uma espécie de seleção natural que levava os mais fortes e hábeis a governar e dominar sobre os mais fracos, o que finalmente ocorrera na Alemanha e este pensamento era externado pelo máximo governante nazista:

O êxito na conquista da alma popular se logra quando, ao mesmo tempo em que travamos a batalha política em prol de nossos próprios fins, destruimos também nossos opositores. As multidões são apenas uma parte da natureza (...) e querem é contemplar a vitória do mais forte e a destruição do mais débil.¹⁰

Dentre os pontos mais relevantes neste contexto, podemos citar a concepção darwinista da sociedade que era advogada pelo regime e que vitimou todos os considerados inferiores, como os negros, homossexuais, ciganos, deficientes físicos e em especial os judeus.

Para compreendermos a dimensão do ódio disseminado aos judeus, podemos citar um trecho de um discurso de Adolf Hitler que traduz bem tal sentimento:

comportamento), “Arqueologia” (condições de existência dos grupos humanos desaparecidos) e “Antropologia teológica” subjacente a todo conceito de ser humano.

⁸ Livro que contém a teoria de Darwin, em que o autor defendia que organismos vivos evoluem através de um processo que chamou de “seleção natural”.

⁹ MEDEIROS, Gabriel Saldanha. O Estado racista e a *volks-gemeinschaft*: A comunidade do povo no terceiro Reich. id on-line. Revista de psicologia, p. 696

¹⁰ “FERNANDO, Jorge. Hitler, retrato de uma tirania, p.93-94

Eu não considero os judeus animais, pois eles estão tão distantes dos animais como os animais estão dos humanos (...) Por conseguinte, não é um crime exterminá-los, visto que eles não pertencem à raça humana.¹¹

O cenário na Europa do início do século XX era propício para teorias inventivas, e foi solo fértil para a criação do “mito ariano” em que os nazistas fundamentavam suas teorias racistas, inclusive, em 1905 já havia uma “sociedade de higiene racial”¹² em pleno vigor na Alemanha, fomentando essa doutrina racial que era falsamente creditada como pautada na biologia e que foi a grande propulsora do regime, determinando e delimitando suas ações na sociedade em diversas áreas e especialmente sobre a Igreja cristã na Alemanha.

2.1.3. A antropologia nazista: “sangue e comunidade racial”

Como veremos nos próximos capítulos, as políticas públicas aplicadas pelos nazistas eram eivadas de fundamentos filosóficos e teológicos, especialmente em relação à pessoa humana. O mito ariano nazista, por exemplo, era fundamentado em um conceito importante para o partido e repetidamente trabalhado por seus teóricos: *blut und Boden*.¹³ A teoria levantada como base do partido, visava criar uma justificativa moral para toda a sorte de perseguições, remoções e assassinatos que seriam praticados contra aqueles que não se enquadravam no padrão germânico do nacional-socialismo. Inclusive, tais crimes não foram apenas a ação de um grupo de assassinos ou extremistas que tomaram o poder, mas sim fruto de uma política antissemita e racista que foi complacentemente aceita pela maior parte da população alemã através do entorpecimento de suas consciências.

Hitler disse por diversas vezes que a “higiene racial” era a essência da revolução nacional-socialista e que era o meio de purificação da raça alemã para a criação da “comunidade racial” de uma raça germânica pura, saudável e forte, livres do que fazia mal ao “corpo racial” alemão.¹⁴ Entre aqueles que eram considerados ameaças, estavam os criminosos, andarilhos, moradores de rua, mendigos, alcoólatras, dependentes químicos e homossexuais, que eram excluídos por

¹¹ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 99

¹² RABITZ, Cornelia. Darwin e o darwinismo social. DW – Made for Minds. on-line.

¹³ Expressão alemã que significa “sangue e solo”

¹⁴ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 121

violarem um senso de moralidade ariano, mas cuja origem era genética, sendo imperiosa a sua esterilização para evitar sua proliferação, levando à esterilização forçada de 370 mil alemães até o início da guerra.¹⁵

Inclusive, o terceiro Reich se notabilizou por criar leis e programas oficiais de extermínio para viabilizar a arianização da Alemanha, sempre remontando aos conceitos do darwinismo social. Destacam-se alguns programas governamentais que obtiveram sucesso na empreitada. Podemos citar a Lei de esterilização, que previa a castração forçada dos que não se enquadravam na comunidade, com a criação de “tribunais de saúde hereditária” que julgavam pedidos de castração forçada, sendo possível que a família ou o próprio médico entregasse seu paciente para a castração involuntária.¹⁶

O conceito de “sangue” dos nazistas também implicou na atroz perseguição contra os portadores de doenças congênitas ou quaisquer tipos de deficiência física através do programa T4 (Aktion T4)¹⁷ Os deficientes eram conhecidos como “vermes” (*Schädlingen*)¹⁸ e precisavam ser eliminados, assim o processo de eugenia nazista, que consistia em eliminar da sociedade qualquer tipo de pessoa que apresentasse alguma deficiência mental ou física, e produzir, geneticamente, uma nova geração de pessoas adequadas à raça ariana. O extermínio ocorria por injeção letal, mas posteriormente, em virtude da quantidade de vítimas, começaram a usar as câmaras de gás. A eugenia foi o ensaio para o holocausto que se veria no período da guerra. O historiador Phillippe Burrin descreveu o processo de eugenia nazista:

Hitler decidiu pôr fim também à 'existência indigna de ser vivida dos doentes mentais'. Uma ordem correspondente foi dada inicialmente de forma verbal, depois, no decorrer do mês de outubro, por meio de uma carta cuja data foi antecipada para 1º de setembro de 1939. Hitler não confiou a direção desta operação, impropriamente qualificada de “eutanásia”, a Himmler, mas a uma de suas secretárias, a chancelaria do Führer, cuja tarefa consistia em princípio em receber as solicitações particulares.¹⁹

¹⁵ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 121

¹⁶ MEDEIROS, Gabriel Saldanha. O Estado racista e a *volks-gemeinschaft*: A comunidade do povo no terceiro Reich. id on-line. Revista de psicologia, p. 699

¹⁷ Aktion T4 foi o nome usado nos julgamentos pós-segunda guerra mundial para o programa de eugenismo e eutanásia da Alemanha nazista durante o qual médicos assassinaram centenas de pessoas consideradas por eles "incuravelmente doentes, através de exame médico crítico".

¹⁸ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p.132

¹⁹ BURRIN, Philippe. Hitler e os Judeus – Gênese de um genocídio, p. 68

A chancelaria do Reich desenvolveu métodos sigilosos para a eugenia, inclusive com a criação de uma empresa cuja finalidade era transportar os pacientes para o envenenamento por gás, como descrito por Burrin:

(...) Depois de algumas experiências, foi estabelecido um procedimento uniforme, que consistia em mandar que as vítimas se despissem ou despi-las e levá-las numa sala com falsas duchas onde elas seriam asfixiadas por monóxido de carbono. Os cadáveres eram queimados num forno crematório, depois que lhes eram arrancados todos os dentes de ouro. Um atestado de óbito era enviado às famílias após um processo de complicada camuflagem, a fim de evitar o anúncio simultâneo de inúmeros decessos numa mesma localidade. Em pouco menos de dois anos, a empresa fez mais de 70 mil vítimas.²⁰

A eugenia surge de uma perversão extrema do darwinismo social, que, conforme veremos posteriormente, acabou por ser uma proposta de substituição religiosa para os alemães, na qual aqueles que deveriam ter sido eliminados pela seleção natural e sobreviveram, agora ameaçavam os superiores naturais pela perpetuação de seus materiais genéticos, sendo o caminho da esterilização e posteriormente da eutanásia, a contribuição da medicina para salvaguardar a saúde da comunidade alemã.²¹

Os conceitos supramencionados trazem o embasamento teórico para a criação do que se conheceu como *Volksgemeinschaft*, em tradução livre, “comunidade do povo”, que era uma sociedade alemã baseada nos princípios da pureza do sangue ariano e na higiene racial. O conceito de comunidade para os nazistas decorria da interpretação ideológica desenvolvida por Alfred Rosenberg²² que se opunha ao ideal cristão de centralidade do indivíduo e de salvação individual com a substituição dessa religião pelo sangue ariano e a religião dele decorrente, que estabelecia o conceito de coletividade racial.²³ Com uma massiva campanha de publicidade e o aparelhamento das escolas, universidades e órgãos de cultura e meios de comunicação, a disseminação de folhetos, jornais e livretos ressaltando os valores relacionados à comunidade racial, buscavam orientar o pensamento da população.

²⁰ BURRIN, Philippe. Hitler e os Judeus – Gênese de um genocídio, p. 69

²¹ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 133

²² Alfred Ernst Rosenberg(1893-1946) foi um político e escritor alemão, que se tornou o grande ideólogo do regime nazista, especialmente no tocante aos conceitos de raça e comunidade que eram defendidos no seu livro “O mito do século XX”. Foi conselheiro de Adolf Hitler e chegou a ser responsável pelos territórios da Europa Oriental e comandou o extermínio de milhares de judeus. Foi condenado à morte no Tribunal de Nuremberg após a guerra.

²³ MEDEIROS, Gabriel Saldanha. O Estado racista e a *volks-gemeinschaft*: A comunidade do povo no terceiro Reich id online. Revista de psicologia, p.699

A necessidade de arianização era tão grande, que o governo lançou o programa *lebensborn*²⁴, que visava o aumento do índice de natalidade e sob o comando de Heinrich Himmler, o governo resolveu criar uma nova geração de arianos. Em 1935, iniciou-se o projeto e sua finalidade era proporcionar assistência médica para as grávidas, fomentando a manutenção da gravidez até o fim e, mediante a comprovação de ancestralidade ariana, mulheres que possivelmente abortariam seus filhos, agora poderiam deixá-los aos cuidados do Estado, que promoveria a adoção de seus filhos por casais arianos.²⁵

2.1.4. A antropologia nazista: “solo e espaço vital”

O esforço nazista em imprimir uma nova perspectiva antropológica que alterasse os conceitos de humanidade se diversificava em outras teorias e ideologias, inclusive na ligação com o solo e os recursos naturais. Para Adolf Hitler, era clara a necessidade de se garantir o *Lebensraum*²⁶ com a expansão para o Leste europeu. Embora o conceito de espaço vital divergisse entre os líderes nazistas, basicamente a proposta era fazer de toda a porção oriental da Europa uma espécie de feudo nazista, para exploração de recursos naturais, potencial industrial e agricultura, no qual os povos inferiores seriam vassalos da raça ariana que conquistaria o mundo.²⁷

O conceito de exploração do solo também estava presente dentro das fronteiras do país, já que de acordo com a ideologia do partido, o camponês alemão era a origem do puro e legítimo sangue ariano²⁸, sendo a espinha dorsal do povo alemão. O *Blut und Boden* era colocado em prática com a política racial guiando os planos de assentamento rural, uma vez que os colonos eram selecionados de acordo com critérios raciais e sua ação não era apenas agrária, mas visava a “germanização do campo” que transcenderia a própria pessoa do agricultor ou dono da terra., sendo

²⁴ Em tradução livre do alemão: “fonte da vida”, tratava-se de uma associação patrocinada pelo Estado nazista com relação com a *Schutzstaffel* (Conhecidas também como “SS” eram o esquadrão de proteção, uma tropa de elite nazista) visando aumentar a natalidade de crianças arianas, através de partos em anonimato para mães solteiras, sequestros de crianças que eram adotadas por membros do Partido e tinham suas identidades alteradas.

²⁵ MEDEIROS, Gabriel Saldanha. O Estado racista e a *volks-gemeinschaft*: A comunidade do povo no terceiro Reich. id on-line. Revista de psicologia, p.701

²⁶ Expressão que significa “espaço vital” e abrangia os territórios a serem dominados pelo Reich

²⁷ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 146

²⁸ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 151

transmitida por direito genético aos seus descendentes. O partido nomeou Walther Darré²⁹ para cuidar dos assuntos relacionados ao campo e promover uma reforma agrária que criasse uma comunidade de agricultores do Reich, dispostos à serem os instrumentos de conquista e anexação do espaço compreendido como vital para os nazistas, em outras palavras, os exércitos destruiriam os inimigos do sangue ariano no Leste e os fazendeiros protegeriam o solo da degeneração mediante sua genética, uma vez que a propriedade era direito do Reich e do povo alemão.

Sobre essa política, Isabel Heinemann traz o seguinte relato:

Himmler (...)estava preocupado principalmente com a limpeza étnica, com uma reorganização racial de toda a região. O “Leste” se tornaria (...)uma ‘província loira’.

Por esta razão, uma chamada "Lista do Povo alemão" foi elaborada na Polônia ocidental anexada, dividida em quatro categorias, nas quais foram incluídos todos os que pudessem provar sua germanidade (...) Os "especialistas raciais" da SS agora tinham que verificar os classificados e, assim, decidiam pela expropriação e expulsão. Mas os recém-chegados étnicos alemães também foram verificados e selecionados racialmente. Apenas aqueles que eram “racialmente valiosos” no sentido da SS deveriam ser assentados, o restante trazido para a Alemanha e usado como trabalhadores. Dezenas de "examinadores de raça" da SS, inspirados pela tarefa de criar um Leste alemão "racialmente puro", examinaram, registraram, fotografaram e categorizaram dezenas de milhares de pessoas nos próximos meses e determinaram seu futuro destino.³⁰

Percebemos que a construção do ideário nazista que permeou a sociedade alemã não se deu apenas por circunstâncias, embora estas tenham sido relevantes para o seu acontecimento, mas por uma estimulação de parte considerável da sociedade para aceitar e internalizar uma nova perspectiva antropológica e moral, cunhada pela *Volksgemeinschaft* e só assim, poderemos compreender a transformação de indivíduos livres, mental e moralmente saudáveis em cúmplices do maior morticínio da história da humanidade. Ao se desconstruir o valor e sentido do homem e da criação, uma nova construção é possível e a edificação erigida pelo partido nazista levou o povo alemão ao caos e à barbárie.

2.2. O nazismo e a Igreja cristã na Alemanha

²⁹ Richard Walther Darré(1895-1953) foi um dos ideólogos da doutrina do *Blut und Boden* e Exerceu o cargo de Ministro da Alimentação e Agricultura do Reich, entre 1933 e 1942, fomentando a criação de colônias agrícolas geridas pelo Estado. Foi condenado pelo Tribunal de Nuremberg a sete anos de prisão

³⁰ DEUTSCHLANDFUNK. Isabel Heinemann: raça, povoamento, sangue alemão. O Escritório Principal de Raça e Liquidação da SS e a reorganização racial da Europa, on-line.

O nazismo sustentou, inicialmente, uma relação de relativa tolerância com as Igrejas na Alemanha. Em fevereiro de 1920, Adolf Hitler havia proclamado os vinte e cinco pontos do programa do partido nazista na cervejaria Hofbräuhaus em Munique, e o item de número 24 declarava uma posição de ambiguidade em relação à Igreja:

Exigimos a liberdade de religião para todas as denominações religiosas dentro do Estado, desde que não ameacem a sua existência ou se oponham aos sentidos morais da raça germânica. O Partido, como tal, defende o ponto de vista de um Cristianismo positivo, sem se comprometer confessionalmente com qualquer denominação. Ele combate o espírito judaico-materialista dentro e ao redor de nós, e está convencido de que uma recuperação duradoura de nossa nação só pode ter sucesso a partir de dentro sobre este enquadramento: a utilidade comum precede a utilidade individual.³¹

Dessa forma, o cristianismo era tolerado, desde que não se opusesse aos sentidos morais da raça germânica, que viriam a ser a própria base do Estado alemão, o que se revelava desde o início, uma coexistência impossível à luz das Escrituras e da tradição e teologia cristãs. O partido defendia ainda o combate ao espírito materialista (judaico) e a sobreposição do interesse comum pelo interesse individual, que na hermenêutica nazista significaria o extermínio daqueles que se opusessem à sua vontade, sob o manto de um “cristianismo positivo”.

Conforme veremos, a postura de aparente neutralidade para com as Igrejas na Alemanha, se mostraria uma estratégia temporária até a implementação de uma nova leitura do cristianismo que cooptaria para as fileiras do partido uma série de teólogos e clérigos relevantes, bem como boa parte dos membros das congregações cristãs na Alemanha. Sabemos que o cerne da ideologia nazista era embebido no paganismo nórdico e germânico, embora não fosse demonstrado dessa forma, especialmente na relação com a Igreja.

O antissemitismo presente na Europa do final do século XIX e início do século XX, a rejeição do Antigo Testamento por boa parte dos teólogos alemães, inclusive os teólogos nazistas, foram elementos úteis na expansão e aceitação do nazismo no seio da Igreja³². Auxiliaram a fazer uma ligação entre os ideais nazistas e os cristãos, intermediados pela perspectiva de um cristianismo adequado à visão nazista de modernidade e aos ideais defendidos pelo partido.

³¹ TEATRO DO MUNDO. Programa do partido nacional socialista dos trabalhadores alemães, on-line.

³² FERREIRA, Franklin. A Igreja Confessional Alemã e a “Disputa pela Igreja”(1933-1937). Fides Reformata, on-line.

2.2.1. Cristianismo positivo

O cristianismo positivo era uma espécie de cristianismo nazista, ou o nacional-socialismo com vestes cristãs. Considerando a “raça ariana” como remanescente da mítica atlântica, os ideólogos do partido identificavam Jesus Cristo como ariano e que lutou contra o poder das trevas, leia-se judaísmo, sendo assassinado pelos próprios judeus e que os alemães seriam os escolhidos pela providência para complementar a obra de Cristo de destruição do judaísmo.³³

O Cristianismo positivo, além de usar uma visão deturpada do liberalismo teológico, sedimentou-se especialmente na figura do Jesus histórico. A proposta do liberalismo teológico era propor uma reconstrução da figura de Cristo a partir de relatos decorrentes da tradição e submetê-los à análise histórico-crítica³⁴. Para os nazistas, o Jesus real e que transitou na história, não correspondia ao que foi descrito no Novo Testamento, sendo sobrepujado por uma versão judaica do Cristo que precisava ser desconstruída em absoluto.

Os defensores dessa leitura teológica se autodenominaram “cristãos alemães” e entendiam que o apóstolo Paulo foi o grande responsável pela deturpação da mensagem de Cristo, fazendo dela uma mensagem contaminada pelo judaísmo. O foco na descontinuidade entre Jesus e Paulo solidificou outro desdobramento teológico que é a desvalorização do conceito de expiação da fé cristã e uma resignificação à luz do pensamento dos ideólogos do nacional-socialismo. A salvação, para os cristãos nazistas, era uma conquista da raça ariana, tangível, terrena e materializada com a construção de uma nova humanidade, carecendo de qualquer efeito transcendental.³⁵

Cristãos foram cooptados com essa proposta de releitura da teologia e da fé cristã e a partir de então, o processo de transformação de pessoas em máquinas de morticínio e crueldade fora iniciado. Os nazistas asseguravam ao povo que eles estavam cumprindo o seu “destino”, que as raças inferiores deveriam ser destruídas e não amadas, que a mensagem da cruz de Cristo foi deturpada pela influência judaica, mas que agora a mensagem da fé cristã alemã não seria da cruz que foi

³³ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.25

³⁴ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.26

³⁵ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.26.

manchada pelo sangue de Jesus para o sacrifício de nossos pecados e sim do sangue dos judeus, imolados no altar do nacional-socialismo, em favor da nova raça que surgia, como bem nos esclarecem, as palavras de Erwin Lutzer: “a cruz exigiu o sangue de Cristo; a suástica exigiu o sangue da nação judaica”³⁶.

2.2.2. A relação com a Igreja católica

A partir do pano de fundo ideológico demonstrado, as ações práticas de cooptação e engano perpetradas sobre a Igreja na Alemanha pode ser percebida com algumas distinções entre as tradições católicas e protestantes. Ademais, podemos perceber que as falas de Adolf Hitler e outros ideólogos do nacional socialismo nunca esconderam plenamente suas reais intenções em relação à fé cristã. Certa vez, o próprio Hitler disse em comício realizado em agosto de 1933: “nós mesmos nos tornaremos uma Igreja”³⁷. Em relação aos católicos, a resistência ao nazismo foi bem mais sólida do que a dos protestantes, especialmente após a *Kulturkampf*³⁸ promovida no século XIX por Bismarck³⁹, quando houve um afastamento significativo entre o Estado alemão e o catolicismo.

Curiosamente, Adolf Hitler nutria certo respeito pela Igreja católica como instituição, o que inclusive é comentado em sua obra *Mein Kampf*⁴⁰, e paralelamente, odiava a participação católica na política alemã, desejando, assim como fez Mussolini na Itália, banir completamente os clérigos da vida política. Politicamente, Hitler conseguiu seu intento após a reunião dos bispos católicos em Fulda, em que retiraram todas as objeções ao nacional socialismo, saíram da vida política e proibiram inclusive qualquer tipo de discussão em torno dos acertos ou erros do Nacional socialismo, com a concordata assinada pelos bispos em 20 de julho de 1933.⁴¹

³⁶ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 118

³⁷ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 185

³⁸ Termo alemão que pode ser traduzido como “luta pela cultura” e se refere às lutas de poder entre os estados democráticos na Alemanha e a Igreja Católica Romana, em especial sobre o papel da religião na política.

³⁹ Otto Eduard Leopold von Bismarck-Schönhausen, Ex-primeiro ministro da Prússia, político e diplomata alemão do século XIX.

⁴⁰ Como já dito, trata-se do livro de Adolf Hitler, “Minha luta”.

⁴¹ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 192

A concordada romana legitimava um regime que violara diversas vezes a constituição e a lei alemã e atribuindo-lhe um prestígio indigno no exterior, o que nos causa estranheza diante da postura originalmente rígida dos católicos em relação ao partido nazista. O espírito da época afetava a todos os alemães, sem distinção de credo ou fé. O testemunho de um sacerdote católico, padre Falkan, trazido por Robert Wait⁴², demonstra bem este sentimento:

Devo admitir que fiquei feliz ao ver que os nazistas chegaram ao poder, porque naquele momento tive a sensação de que Hitler, um católico, era temente a Deus e seria alguém que poderia combater o comunismo em nome da Igreja (...) o antissemitismo dos nazistas, assim como seu antimarxismo, interessavam à Igreja.

Contudo, logo no início de 1934, os Nazistas começaram a demonstrar suas reais intenções e a oprimirem a Igreja. As organizações de jovens católicos foram proibidas e começaram a ocorrer purgações e perseguições, autorizadas pelo governo, aos católicos, culminando com uma campanha oficial contra padres e ordens religiosas no ano de 1935⁴³ que por motivos políticos foi suspensa por ordem expressa de Hitler.

Em 1937 o vaticano reagiu de forma vigorosa às tirânicas práticas nazistas, com a redação da encíclica “Com uma preocupação ardente”⁴⁴, que foi o primeiro documento público de um chefe de Estado europeu a criticar o nazismo e suas atrocidades, o que despertou a ira e reações coléricas do partido, afinal, o Papa Pio XI exortava firmemente os alemães à rejeitarem o “culto pagão alemão” e reafirmarem sua fé cristã. Corajosamente, as dioceses não alardearam a produção do texto em língua alemã e no domingo de Ramos⁴⁵ se fez a leitura pública nas Igrejas em toda a Alemanha, o que levou ao fechamento de tipografias, perseguição e prisão de clérigos católicos. Contudo, mesmo diante da leniência e da subserviência de parte dos clérigos alemães ao Nacional Socialismo, a corajosa e inspiradora resposta da comunidade de fé católica, sinalizou a união da legítima cristandade alemã diante da tirania e malignidade do nacional-socialismo alemão.

⁴² WAITE, 1977, p. 317, apud LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 118

⁴³ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 193

⁴⁴ Em alemão: “*Mit brennender Sorge*”.

⁴⁵ IHU.UNISINOS. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. A ardente preocupação de Pio XI. A condenação do racismo pelo Vaticano, on-line.

2.2.3. A relação com as Igrejas protestantes

No tocante ao protestantismo alemão, nos deteremos de forma mais intensa em função da declaração de Barmen que é produzida por este movimento e tem papel fundamental no presente trabalho. A estrutura e organização da Igreja protestante alemã foram vitais para a ampliação do alcance e da influência nazista em seu meio. Os protestantes encontravam-se divididos em denominações, com uma parcela minoritária pertencente a Igrejas livres, como batistas e metodistas, mas a ampla maioria pertencia às Igrejas luteranas ou oriundas da reforma e que tinham vinculação com o governo⁴⁶. Em meio a essa divisão histórica, houve o acréscimo de uma nova dissidência, entre os que apoiavam o partido nazista integralmente, autodenominados de “cristãos alemães” e os que entendiam que os princípios nazistas eram opostos ao Cristianismo.

Pelo lado do Partido, o próprio Hitler também hesitava de um conflito aberto com a Igreja, razão pela qual, citava com frequência, em seus discursos, temas caros aos protestantes alemães, como: Deus, escatologia e providência divina. Outro fator significativo e que contribuiu para a adesão dos protestantes ao Nacional-Socialismo foi a identificação histórica do protestantismo como religião nacional alemã.⁴⁷ A Igreja foi dividida em vinte e oito Igrejas estatais e em 1933 houve a reforma constitucional esperada pelo partido e por significativa parte da Igreja protestante. Ato contínuo, Adolf Hitler nomeou Ludwig Müller⁴⁸ como bispo do Reich e chefe da Igreja estatal alemã.

O protestantismo alemão sempre fora um aliado importante dos governos alemães, transmitindo os ideais do governo e revestindo-os de teologia e mandamento divino para o povo alemão⁴⁹, assim, os teólogos alemães eram hábeis

⁴⁶ SHIRER, William. *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*, Volume 1: Triunfo e Consolidação (1933-1939), p. 293

⁴⁷ KITCHEN, Martin. *O terceiro Reich: carisma e comunidade*, p. 187

⁴⁸ Capelão do exército de Königsberg, membro do partido nazista desde 1931 e chefe do “movimento cristão alemão”. Com a criação da Igreja do Reich Alemão, foi conduzido à liderança da Igreja estatal Alemã via pleito entre os clérigos, após intervenção do próprio Hitler em comunicado nacional via rádio. Renunciou ao cargo em 1935 e manteve-se um nazista convicto até o fim. Cometeu suicídio logo após a derrota alemã em 1945.

⁴⁹ SILVA, Júlio Cesar Silveira. *Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil*, p.35

na justificação dos mandos e desmandos governamentais, fortalecendo o imaginário de que a Igreja protestante representa e defende os interesses do Estado alemão.

Em contrapartida, o Estado é a operação secular da Igreja e a manifestação do governo de Deus sobre a nação germânica, o que facilitou a criação de uma Igreja que representasse a vontade do representante de Deus: o *Führer* Adolf Hitler.

2.2.4. Os cristãos alemães

Para compreender como Hitler criou uma Igreja nazista em pleno berço da reforma protestante, precisamos entender os movimentos de fortalecimento do regime e como este alcançou capilaridade entre os clérigos e leigos alemães. Inicialmente, havia um imaginário comum que unia os alemães: “Os inimigos da nação”. Os democratas da república de Weimar que assinaram o vergonhoso tratado de Versalhes, os comunistas, os estrangeiros, os judeus e tantos outros. A Alemanha era o berço da Reforma e o bem da Alemanha era o objetivo do cristianismo, e o partido nazista era o instrumento de Deus para esse propósito.

Em 1931, os nazistas organizaram um movimento chamado de “cristãos alemães” (*Deutsche Christen*), promotor do cristianismo positivo e cujo objetivo era promover uma nova Igreja alemã, unida e sob uma única autoridade⁵⁰, o próprio Hitler. Neste momento plantava-se a semente da Igreja do Reich (*Deutsche Evangelische Kirche*), de que falaremos posteriormente.

Os adeptos do movimento traziam um ardente desejo e fiel propósito de ressignificar os princípios e dogmas do cristianismo à luz dos mandamentos do nacional-socialismo, afinal, desde a época do império, o governante era reconhecido como alguém que governa por direito divino⁵¹. Os impressionantes relatos de batismos de crianças diante de bandeiras com suásticas, ou de altares nazistas em Igrejas protestantes⁵², demonstram como os cristãos alemães defendiam

⁵⁰ FERREIRA, Franklin. A Igreja Confessional Alemã e a “Disputa pela Igreja” (1933-1937). *Fides reformata*, on-line.

⁵¹ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 134

⁵² LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 129

a grandeza da Alemanha, ansiando pela glória dos bons e velhos tempos do império, agora não mais com o imperador, mas com o chefe do partido nazista.

2.2.5. A Igreja nacional do Reich

A criação da Igreja nacional do Reich era um desejo dos cristãos alemães mas também um desejo do próprio Adolf Hitler, afinal, seria mais fácil controlar e submeter o protestantismo alemão se houvesse apenas uma Igreja oficial e o cristianismo positivo seria a bandeira única de todos os cristãos protestantes. A unificação se deu em 1933 após interferência direta dos nazistas no governo da Igreja. Tal interferência se inicia no sínodo de Wittemberg, conhecido como “sínodo pardo”, em virtude dos uniformes da SA⁵³ utilizados pelos apoiadores do partido durante o concílio.

Entretanto, houve um movimento inesperado para os nazistas, os cristãos que não aderiram ao movimento cristão pró-nazista eram maioria e propuseram a eleição de outro clérigo, o pastor Friedrich Von Bodelschwing. A eleição visava muito mais do que um moderador para a Igreja, mas uma nova figura com poderes plenipotenciários, diferente de tudo o que o protestantismo alemão já havia experimentado. O teólogo Karl Barth traz sua percepção sobre a eleição:

O bispo de 1933 evidentemente não foi e nem é esse inofensivo bispo titular. Se fosse, como poder-se-ia explicar a urgência do clamor por ele, e sobretudo o calor da discussão sobre a questão “Müller ou Bodelschwing”? Teria sido o bispo imperial algo realmente necessário, como já de imediato foi apresentado no princípio de todas as conversações? (...) Com essa premissa deduz-se desde já que desta vez, em 1933, todos aqueles que de algum modo queriam um bispo forçosamente pensavam num bispo “verdadeiro”. Em suma: o bispo como o havia até agora apenas na dogmática católica, mas não evangélica.⁵⁴

O pastor Friedrich Von Bodelschwing foi eleito em maio de 1933 e Hitler interveio na Igreja de forma arbitrária, dissolvendo as organizações eclesásticas e depondo todos os partidários do candidato eleito, começando uma odiosa campanha de difamação e terror, que levou o bispo eleito a renunciar ao cargo.⁵⁵

⁵³ “*Sturmabteilung*”, conhecida como a “tropa de assalto” do partido nazista. Era uma tropa paramilitar lideradas por Ernst Röhm e que apoiaram o regime de Hitler até seu fim na “noite dos longos punhais” (30 de junho de 1934), quando foram expurgadas pelos próprios nazistas sob ordens de Adolf Hitler.

⁵⁴ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.46

⁵⁵ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p. 47

Os cristãos alemães não perderam a oportunidade e passaram a controlar a Igreja protestante alemã, elaborando uma constituição da Igreja que foi ratificada pelo parlamento alemão ainda em 1934 e conforme já mencionamos, Adolf Hitler conclamou publicamente aos eleitores que votassem nos cristãos alemães e que apenas estes candidatos estariam comprometidos com o futuro e a “liberdade desta nação”⁵⁶. A adesão popular foi massiva e levou à eleição dos candidatos nazistas e de Ludwig Müller como bispo da Igreja do Reich (*Reichskirche*).

Müller detinha o apoio absoluto de Hitler e promoveu uma rígida centralização da Igreja protestante, absorvendo outras Igrejas e prendendo e enviando pastores dissidentes aos campos de concentração. Cerca de oitocentos mil jovens alemães pertencentes às organizações de jovens evangélicos e protestantes foram absorvidos e incorporados pelas fileiras da juventude hitlerista⁵⁷, mas não foi o suficiente para um domínio completo sobre os dissidentes dentro do protestantismo.

Com o passar do tempo, o partido nazista mudou de estratégia e promoveu um esvaziamento da figura de Müller, criando o ministério para as Igrejas do Reich em 1935, sob o comando de Hans Kerrl⁵⁸, que com o apoio de teólogos nazistas levou à criação de um manifesto que dizia: “nós afirmamos o esforço nacional-socialista de criar um novo povo baseado em raça, sangue e solo”, que aumentava ainda mais a tensão na Igreja, e forçava os dissidentes da ideologia nazista a se manifestarem publicamente, mesmo com todos os riscos envolvidos.

O ministro de negócios da Igreja tentava aproximar a instituição nazista das Igrejas que ainda confessavam a fé cristã, mas isso contrastava com o paganismo que se assenhorava dos púlpitos e das catedrais outrora protestantes. Em 1936, a páscoa foi celebrada como se fosse um festival pagão e em 1937, após os comícios de Nuremberg, a ancestralidade ariana promovia um laicismo místico cada vez mais distante do cristianismo e de seus princípios, mas os êxitos econômicos, sociais e na política externa de Hitler falavam mais alto que a consciência da maioria dos

⁵⁶ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 156

⁵⁷ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 188

⁵⁸ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 190

alemães, que mesmo com a declaração expressa de Martin Bormann⁵⁹ de que “O cristianismo e o nacional-socialismo são irreconciliáveis”⁶⁰ não abandonaram o partido e seu regime de terror

2.2.6. O parágrafo ariano

O sínodo pardo⁶¹ trouxe uma certa ambiguidade que só seria conhecida no pós-guerra, pois ao mesmo tempo em que ele trazia consigo a imagem clara da “nazificação” da Igreja alemã, trouxe consigo uma determinação que iniciou efetivamente a resistência ao regime dentro da Igreja. O intenso antissemitismo que vigorava na Alemanha impulsionou a criação de um dispositivo que na prática impedia pastores de ascendência judia de ingressarem no pastorado. Em um primeiro momento, não houve a obrigatoriedade de renúncia de pastores já ordenados⁶², mas isso seria questão de tempo, pois em pouco tempo os nazistas passariam a exigir prova de ancestralidade ariana, inclusive, todos os pastores foram obrigados a prestarem juramento de lealdade absoluta ao Reich.

Desde o final do século XIX, vigorava em várias organizações e grupos pró-germânicos, tanto na Áustria como na Alemanha, um princípio de rejeição em suas fileiras, de todo e qualquer indivíduo que não se enquadrasse na definição de “germânico” ou “ariano” e com a chegada dos nazistas no poder em janeiro de 1933 o processo de perseguição aos judeus e a todos que não se enquadravam nos critérios raciais e étnicos do regime ficou cada vez mais intenso. Sob a orientação do ministro do interior Wilhelm Frick⁶³ houve a promulgação da “Lei de

⁵⁹ Martin Bormann (1900-1945) foi um oficial nazista de grande destaque, chefe da chancelaria do partido, posteriormente tornou-se assessor privado de Adolf Hitler, sendo um dos principais proponentes da perseguição às igrejas cristãs e do extermínio de judeus e eslavos durante a expansão da frente oriental na segunda guerra mundial. Cometeu suicídio em maio de 1945, sendo julgado *in absentia* pelo tribunal militar internacional de Nuremberg. Foi condenado à morte por crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

⁶⁰ SHIRER, William. Ascensão e Queda do Terceiro Reich, Volume 1: Triunfo e Consolidação (1933-1939), p. 298

⁶¹ O Sínodo geral prussiano, realizado no ano de 1933 e que confirmou Ludwig Müller como bispo do Reich foi chamado de sínodo pardo dada a ostensiva presença de militantes da Sturmabteilung (também conhecidos como “SA”, eram as “tropas de assalto” do regime nazista) com seu uniforme de cor parda.

⁶² SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.48

⁶³ Wilhelm Frick foi alto oficial do partido nazista e cruel antissemita. Foi o primeiro ministro do interior do Reich e posteriormente foi nomeado protetor da Boêmia e Morávia, cargo que manteve até o fim da guerra. Foi preso e julgado no Tribunal Militar internacional de Nuremberg onde foi

restauração da função pública” (Gesetz zur Wiederherstellung des Berufsbeamtentums, GWB) em 7 de Abril de 1933 e autorizava a revogação da nomeação e a demissão de funcionários que não fossem de ascendência ariana, sendo o primeiro dispositivo antissemita de grande alcance nacional. Podemos ver o conteúdo do dispositivo legal a seguir:

[...] a fim de reestruturar a função pública a nível nacional e simplificar a sua administração, os funcionários podem ser despedidos por força das seguintes disposições, ainda que as condições necessárias para o seu despedimento sejam definidas pela lei em vigor não seria cumprido. "

[...]§ 3 , 1º funcionários que não são de ascendência ariana, incluindo funcionários honorários,[...]⁶⁴

Posteriormente, esta lei e as demais leis antissemitas foram complementadas com os decretos de aplicação, em que se especificavam quais seriam os “não arianos” e em especial quem eram os indesejáveis, clarificando assim os alvos primários do ódio e perseguição nazistas, conforme vemos no Artº 2 do referido decreto:

[...] § 1 Qualquer descendente de não arianos, em particular de pais ou avós judeus, é considerado não ariano. Esta disposição se aplica mesmo se apenas um dos pais ou um dos avós não for de ascendência ariana. Este princípio é particularmente válido se um dos pais ou um dos avós era de fé judaica.[...]

[...]§ 3º Em caso de dúvida sobre a ascendência ariana, deve-se obter um parecer da comissão de perícia racial do Ministério do Interior. ⁶⁵

A aplicação da lei para os pastores trouxe grande divergência durante o sínodo pardo, os opositores do regime não puderam se manifestar, mas a inconformidade com a aplicação da lei fez com que os pastores se unissem em prol de uma Igreja independente, e curiosamente, o Pr. Martin Niemöller⁶⁶, que até então

condenado à morte por crimes contra a humanidade, crimes contra a paz e crimes de guerra, sendo executado por enforcamento em 16 de outubro de 1946.

⁶⁴ Biblioteca nacional Austríaca (Österreichische Nationalbibliothek), ALEX Historische Rechts- und Gesetzestexte (Textos jurídicos e jurídicos históricos), (tradução nossa), on-line.

⁶⁵ ⁶⁵ Biblioteca nacional Austríaca (Österreichische Nationalbibliothek), ALEX Historische Rechts- und Gesetzestexte (Textos jurídicos e jurídicos históricos), (tradução nossa), on-line.

⁶⁶ Martin Niemöller foi oficial da marinha alemã na primeira guerra mundial, quando destacou-se e foi condecorado com a cruz de ferro. Tornou-se pastor luterano e por seu viés nacionalista, em um primeiro momento apoiou o regime nazista, mas ao perceber os excessos do partido começou a protestar e se tornou inimigo do governo. Foi um dos criadores da liga pastoral de emergência, que posteriormente se transformaria na Igreja confessante. Após ser perseguido, processado e condenado a sete meses de prisão, Adolf Hitler o denominou seu “prisioneiro pessoal, e enviou-o primeiramente ao campo de concentração de Sachsenhausen e posteriormente à Dachau. Foi libertado pelos aliados no fim da guerra.

era um apoiador do regime e posteriormente se tornaria opositor declarado do nazismo, assinou a ata do sínodo, que indiretamente, iniciaria o movimento de resistência ao partido dentro da Igreja protestante.

2.3. A “disputa pela Igreja”

O parágrafo ariano foi o ponto de cisão definitiva entre os que queriam uma Igreja independente, submetida apenas ao senhorio de Jesus Cristo e os que entendiam ser possível que a Igreja se submetesse ao governo e autoridade inquestionável do *Führer* e do partido nazista. Para os cristãos alemães, nesse momento da história se fazia pertinente a ordenança e advertência do Senhor Jesus ao seu povo: “ninguém pode servir a dois senhores: ou odiará um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro.”⁶⁷ A liderança da resistência eclesiástica era fundamentada em três grandes teólogos e personagens fundamentais para a manutenção da esperança na Igreja: Karl Barth⁶⁸, Martin Niemöller e Dietrich Bonhoeffer⁶⁹, sobre os quais, falaremos com mais propriedade no decorrer do capítulo.

Hitler possuía uma impressão muito negativa sobre os protestantes, inclusive lhe era surpreendente que eles pudessem se organizar para mover algum tipo de resistência. Em sua pátria natal, a Áustria, os protestantes representavam uma ínfima parcela da população, mas na Alemanha o contingente era significativamente maior, cerca de 2/3 da população. Certa vez, disse que os protestantes se submeteriam, pois, “são gente insignificante, submissos como cães (...)”⁷⁰, o que provou não ser verdade, especialmente pelo alcance e organização que a resistência eclesiástica alemã representou. Aos olhos dos corajosos membros

⁶⁷ Mateus, 6,24

⁶⁸ Karl Barth (1886-1968) foi um teólogo suíço que se destacou como um dos maiores teólogos do século XX. Considerado o pai da neortodoxia, foi um ferrenho opositor do nazismo, sendo um dos grandes responsáveis pela resistência eclesiástica alemã. Foi obrigado a abandonar a universidade de Bonn por recusar-se a prestar juramento de lealdade a Hitler. Foi o grande mentor intelectual da declaração teológica de Barmen.

⁶⁹ Dietrich Bonhoeffer (1906-1945) foi um teólogo alemão e pastor luterano, membro da resistência alemã e que fundou a igreja confessante, com grande contribuição teológica sobre o discipulado e a graça cristã. Participou do planejamento do atentado para assassinar Adolf Hitler, foi preso em 1943 e enforcado em abril de 1945 no campo de concentração de Flossenbürg.

⁷⁰ SHIRER, William. Ascensão e Queda do Terceiro Reich, Volume 1: Triunfo e Consolidação (1933-1939), p. 295

da Igreja confessante, havia um dilema doloroso, porém cuja escolha era óbvia para todos os chamados cristãos: concordar com a derrota da nação e do regime para viabilizar a sobrevivência da fé e da cultura cristãs que haviam moldado a civilização até o momento.⁷¹

Neste ponto da história, surge a verdadeira luta pela Igreja na Alemanha e sua liberdade, que ficou conhecida como *Kirchenkampf*. O país tinha cerca de 65 milhões de habitantes, dos quais, cerca de 150 mil pertenciam às “Igrejas livres” e cerca de 48 milhões pertenciam às 28 Igrejas territoriais independentes, que formavam a Federação evangélica alemã de Igrejas (*Deutscher Evangelischer Kirchenbund*)⁷² que incluíam reformados e luteranos e que foram cooptados sob a bandeira da Igreja do Reich, conforme já mencionamos. Como uma reação à ação dos “cristãos alemães”, inicia-se o que seria conhecido como os opositores do regime criaram um grupo chamado de “liga emergencial dos pastores” (*Pfarrernotbund*)⁷³

O movimento de resistência se organizou e passou a promover ações para combater o controle nazista sobre os pastores e as congregações. Os pastores Herbert Goltz, Jacob Gunther e Eugene Weschke foram os percussores do movimento, posteriormente apoiados por Martin Niemöller e Dietrich Bonhoeffer. Basicamente, os objetivos da liga, conforme menciona Franklin Ferreira, eram os seguintes⁷⁴:

- (1) Renovar a fidelidade às Escrituras e à doutrina;
- (2) resistir aos que atacavam as Escrituras e à doutrina;
- (3) ajudar financeira e materialmente aos que eram perseguidos; e
- (4) repudiar o Parágrafo ariano.

Em novembro de 1933 a situação se torna mais difícil para os membros da liga emergencial. Os cristãos alemães realizam um comício em Berlim com mais de 20 mil pessoas, com uma procissão de bandeiras nazistas ao som de “Castelo

⁷¹ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p.191

⁷² FERREIRA, Franklin. A Igreja Confessional Alemã e a “Disputa pela Igreja” (1933-1937). Fides reformata, on-line.

⁷³ FERREIRA, Franklin. A Igreja Confessional Alemã e a “Disputa pela Igreja” (1933-1937). Fides reformata, on-line.

⁷⁴ FERREIRA, Franklin. A Igreja Confessional Alemã e a “Disputa pela Igreja” (1933-1937). Fides reformata, on-line.

forte é o nosso Deus”⁷⁵ em um verdadeiro ato de adoração ao regime nazista e seu representante, que se tornou ainda mais repulsivo diante do discurso de um dos dignitários dos cristãos alemães, Dr. Krause, que disse ser necessário uma “nova reforma” e que se a Igreja quisesse um lugar na Alemanha, deveria dar os seguintes passos:

(...) a libertação da liturgia e da declaração de fé que não fossem alemãs, a liberação do Antigo Testamento, com sua ética de recompensa judaica, e de todas as histórias de negociantes de gado e cafetões (...) as nossas Igrejas nas províncias também terão de tomar providências quanto aos relatos obviamente distorcidos e supersticiosos do Novo Testamento, os quais deverão ser expurgados, e que toda a teologia de inferioridade e de bode expiatório, apresentadas pelo rabino Paulo, deverá ser, em princípio, renegada, pois ela perpetuou uma falsificação do Evangelho.⁷⁶

Tal reunião deflagrou uma série de protestos entre os pastores opositores e sinalizou ainda mais a ruptura com o movimento dos “cristãos alemães”, o pastor Niemöller protestou oficialmente com o Bispo Ludwig Müller em nome da Liga pastoral de emergência, que levou à uma reação de Müller, que emitiu o decreto conhecido como “Diretriz da Mordaça”, impedindo a discussão de assuntos polêmicos e controversos em seus sermões. A pressão sobre Hitler aumentou, ao ponto de ele desejar reunir-se com os líderes da Liga, inclusive Niemöller.

Recebidos na chancelaria do *Reich* em Berlim, Hitler disse ao pastor Niemöller: “Limite-se à Igreja. Eu cuido do povo alemão”.⁷⁷ Ao final da reunião, o corajoso pastor interpelou o *Führer* dizendo:

Você disse: ‘Eu cuido do povo alemão’. Porém, nós também, como cristãos e homens do clero, temos responsabilidade para com o povo alemão. Essa responsabilidade nos foi confiada por Deus, e nem você nem ninguém neste mundo tem o poder de tirá-la de nós.⁷⁸

Na mesma noite, a Igreja pastoreada por Niemöller foi invadida por integrantes da Gestapo e posteriormente sofreu um atentado quando uma bomba caseira foi arremessada no pátio. O pastor ainda sofreria a rejeição entre seus pares, pois acabou sendo rotulado como um obstáculo para a pacificação entre o nacional-socialismo e a Igreja alemã, mais de dois mil pastores abandonariam a liga. O

⁷⁵ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p.162

⁷⁶ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 163

⁷⁷ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 165

⁷⁸ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p. 165

isolamento de Niemöller era apenas um prenúncio dos grandes desafios que ainda viriam, especialmente no ano de 1934.

2.3.1. A Igreja confessante

A liga de emergência dos pastores continuou existindo mesmo com todas as dificuldades que eram impostas pelo regime. O núcleo de sua liderança acabou sendo exercido por Bonhoeffer e Niemöller e posteriormente acabou por se tornar a Igreja confessante. Neste momento, Dietrich estava em Londres, onde pastoreava em uma comunidade germânica e começava a traçar alianças para a resistência fora do território alemão. Niemöller lutava dentro da Alemanha, buscando refrear o processo de nazificação da Igreja que era promovido pelos cristãos alemães e que não poderia ser parado de outra maneira, diante do aparelhamento do Estado e da legislação alemã pelo nacional-socialismo.

Entre 29 e 31 de maio de 1934, a Liga se reuniu em um sínodo em Barmen e formou oficialmente a Igreja confessante, proclamando ainda uma declaração e fé conhecida como Declaração Teológica de Barmen, que veremos com detalhes posteriormente. Ademais, em um primeiro momento, a Igreja confessante não se organizou como um movimento político em prol dos perseguidos, mas sim contra a intervenção estatal na Igreja, uma vez que a contestação aberta ao nazismo, diante da lealdade ao Estado que era característica dos alemães, certamente traria grande rejeição ao movimento, inclusive de seus adeptos iniciais.⁷⁹ Entretanto, esse cenário se alterou por volta do ano de 1936. A Igreja confessante redigiu e enviou um memorando a Adolf Hitler em 1936 protestando contra os campos de concentração e as crueldades contra os judeus nos seguintes termos:

Quando o homem ariano é glorificado, a Palavra de Deus testifica a Queda de todos os homens; quando o antissemitismo é impingido aos cristãos no contexto da cosmovisão do nacional-socialismo, obrigando-os a odiar os judeus, a ordem para que amemos o nosso próximo aponta no sentido oposto.⁸⁰

⁷⁹ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.56

⁸⁰ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p.180

O documento foi lido nos púlpitos de Igrejas, distribuído como panfletos e inclusive publicado na Suíça, o que levou a uma violenta reação do governo nazista. Centenas de pastores foram presos, e alguns assassinados, como Friedrich Weissler que foi torturado até a morte no campo de concentração de Sachsenhausen⁸¹ por ter ascendência judaica. A perseguição aos membros da Igreja só aumentava, e o pior ainda estaria por vir.

Em 1937, mais de oitocentos pastores foram presos, inclusive Martin Niemöller, que foi capturado no dia 1 de julho de 1937 em Berlim. Curiosamente, de forma quase que profética, no dia 27 de junho em sua congregação em Dahlem, pregou seu último sermão público no Reich nazista e mais uma vez, corajosamente afirmou:

Não temos mais a intenção de usar nossas próprias forças para fugir ao império da autoridade, como faziam antigamente os apóstolos. Não estamos mais dispostos a silenciar diante da ação do homem quando Deus nos ordena falar. Eis a razão pela qual devemos obedecer a Deus mais que ao homem.⁸²

Após oito meses de prisão, foi julgado no dia 2 de março de 1938 e condenado a pagar uma multa de dois mil marcos, além de sete meses de encarceramento por “abuso do púlpito”, sendo liberado pelo tribunal e preso na porta de saída sob “custódia protetora”, sendo libertado do campo de concentração de Dachau apenas sete anos depois.⁸³

Quanto a Dietrich Bonhoeffer, a trajetória de oposição ao regime foi diferente, mas igualmente heroica. O próprio pastor disse que “quando Deus chama um homem, o convida para vir e morrer”⁸⁴ e colocou em prática aquilo que afirmara. Bonhoeffer liderou um seminário ilegal que não receberia contribuição do governo nazista e portanto, poderia estar independente da influência do nacional-socialismo na formação dos pastores. O objetivo do seminário era treinar pastores para a Igreja confessante, livres do cristianismo positivo e da influência dos cristãos alemães. Em 1937 o seminário da Igreja confessante em Finkenwalde, cujo diretor era

⁸¹ MILSTEIN, Werner. Dietrich Bonhoeffer – Vida e pensamento, p.54

⁸² SHIRER, WILLIAM L., Ascensão e Queda do Terceiro Reich, Volume 1: Triunfo e Consolidação (1933-1939), p. 297

⁸³ SHIRER, WILLIAM L., Ascensão e Queda do Terceiro Reich, Volume 1: Triunfo e Consolidação (1933-1939), p.297

⁸⁴ LUTZER, Erwin, A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista, p.217

Bonhoeffer, foi fechado pela Gestapo, pois não possuía mais a licença para lecionar, que fora cassada pelo ministério da educação do Reich.

A tensão foi aumentando e em 9 de novembro de 1938 houve a *Kristallnacht*⁸⁵ que exigia uma vigorosa resposta da Igreja, o que não ocorreu e motivou a ida de Bonhoeffer para os Estados Unidos da América.

Ao perceber que os cristãos alemães não seriam capazes de impedir a guerra e a expansão do terceiro Reich, o pastor emigrou para os Estados Unidos da América para dar aula no Seminário Teológico Unido, em Nova Iorque. Sua ida à América provocou um grande conflito interno diante da realidade atroz de perseguição que viviam seus compatriotas e essa crise produziu uma mudança da postura pacifista do jovem pastor, que agora entendia ser fundamental destituir Hitler de qualquer forma, ingressando na conspiração liderada por Hans Von Dohnanyi, o almirante Wilhelm Canaris e o coronel Hans Oster⁸⁶, cujo objetivo era matar Adolf Hitler e interromper a máquina de guerra nazista.

Ao retornar à Alemanha, Bonhoeffer passou a ser mais perseguido pelas autoridades com proibições de pregações em público no ano de 1940, de publicações em 1941, até sua prisão em 05 de Abril de 1943. Ao descobrirem que participou dos atentados contra Hitler, foi julgado e sentenciado à morte e sua execução se deu no dia 09 de abril de 1945 por enforcamento no campo de concentração de Buchenwald⁸⁷, sete dias antes do suicídio do próprio Adolf Hitler.

A Igreja confessante foi o bastião do cristianismo contra o nazismo na Alemanha, entretanto, mesmo assim não é impassível de críticas. Majoritariamente, optou pelo confronto ao partido e suas normas para salvaguardar sua teologia e tradição, mas a defesa e a solidariedade para com os perseguidos não foi seguida por todos os seus integrantes. A ampliação da perseguição levou à obrigatoriedade da tomada de decisão por parte da Igreja confessante, com alguns se rendendo à pressão nazista e retornando à Igreja do Reich, outros se resignando em silêncio

⁸⁵ A expressão significa “noite dos cristais” e faz referência ao vidro das lojas, residências e sinagogas judaicas que, foi quebrado e espalhado pelo chão durante o pogrom realizado contra os judeus em toda a Alemanha, sob a direção das SA de civis apoiadores do nazismo, sob a justificativa de resposta ao assassinato de um diplomata alemão por um judeu, e que as autoridades nada fizeram para impedir.

⁸⁶ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.67

⁸⁷ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.67

diante da perseguição, mas diante das demais organizações alemãs, a ação de homens como Bonhoeffer e Niemöller, entre outros que desconhecemos, ainda assim, foi a instituição que mais salvou judeus durante o extermínio nacional-socialista. O testemunho de Albert Einstein (1879-1955), judeu exilado da Alemanha, pode nos dar um vislumbre da relevância da ação da Igreja confessante:

Por ser um amante da liberdade, quando veio a revolução, confiei que as universidades defenderiam a liberdade, ciente de que elas sempre se gabavam de se dedicar à defesa da verdade; mas não, as universidades silenciaram imediatamente. Eu, a seguir, confiei nos grandes editores dos jornais, cujos brilhantes editoriais haviam, no passado, proclamado seu amor pela liberdade; mas eles, assim como as universidades, silenciaram em poucas semanas.

Somente a Igreja se colocou bem no meio do caminho de Hitler em sua campanha para abafar a verdade. Eu jamais tivera nenhum interesse especial pela Igreja, mas agora sinto um grande afeto e admiração por ela, porque somente a Igreja teve coragem e perseverança para defender a liberdade moral e intelectual. Sou obrigado a confessar que o que já desprezei, agora elogio sem reservas.⁸⁸

Havia heróis na Alemanha durante o reinado do horror nazista e boa parte deles pertencia à Igreja de Cristo e confessaram seu nome, mesmo diante da perseguição, dor e da própria morte.

2.3.2. A declaração teológica de Barmen

Conforme já vimos, a declaração de Barmen⁸⁹ é a confissão de fé da Igreja confessante. Nascida com o nome de “declaração teológica a respeito da situação atual da Igreja evangélica alemã” e redigida durante o sínodo de Barmen, entre os dias 29 e 31 de maio de 1933, com a presença de clérigos das Igrejas luterana, reformada e unida em oposição à Igreja nacional do Reich.

A declaração é composta por seis teses, cuja abordagem, nesta pesquisa, se dará sob o prisma da antropologia teológica, uma vez que o cerne da resistência desenvolvida pela Igreja na Alemanha pautava-se no reconhecimento e na valorização da humanidade de todas as pessoas.

Em seus prolegômenos, a declaração expressa que não há intencionalidade de dividir a Igreja com a fundação de uma nova Igreja, embora condenando os caminhos teológicos, morais e antropológicos adotados pela Igreja Nacional do

⁸⁸ Apud LUTZER, Erwin, *A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista*, São Paulo, Editora Vida, 2003, p.197-198

⁸⁹ Declaração Teológica de Barmen

Reich, mas unicamente o interesse em manter a Igreja de Cristo fiel ao Evangelho de Jesus, sendo este evangelho o ponto de convergência e unidade da Igreja Cristã, sendo inclusive o disposto na própria constituição da Igreja evangélica alemã em seu artigo primeiro, conforme vemos:

Artigo 1º. - A base inviolável da Igreja Evangélica alemã é o Evangelho de Jesus Cristo, conforme nos é atestado nas Sagradas Escrituras e trazido novamente à luz nas Confissões da Reforma. Todos os poderes necessários à Igreja para cumprir sua missão por ele são determinados e limitados.⁹⁰

A preocupação com a legalidade do sínodo e sua conformidade para com a Lei não era sem propósito, afinal, o regime já estava perseguindo abertamente seus opositores e os cristãos alemães, certamente perseguiriam impiedosamente os inimigos do partido. O segundo artigo citado pelos subscritores trabalha o conceito de pluralidade na Igreja, mesmo diante da unidade constitucional que lhe era imposta. Em outras palavras, a constituição alemã garantia que unidade não significaria uniformidade como desejavam os nazistas, por isso a citação em seu segundo artigo: “Artigo 2º. - A Igreja Evangélica alemã é dividida em Igrejas regionais. (Landeskirchen)”⁹¹. O sínodo confessante visava conscientizar a população alemã, especialmente os cristãos, de que a Igreja do Reich não era a Igreja de Cristo e essa sim, se mostrava uma Igreja dissidente, pois abandonou sua fidelidade ao Evangelho, que é o elemento unificador da Igreja, conforme vemos na citação abaixo:

Nós, os representantes das Igrejas Luterana, Reformada e Unida, dos Sínodos livres, das assembleias eclesiais e organizações paroquiais unidas no Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã, declaramos estarmos unidos na base da Igreja Evangélica Alemã como uma federação de Igrejas Confessionais. Unifica-nos a confissão de um só Senhor da Igreja una, santa, católica e apostólica.

[...]Declaramos publicamente nesta Confissão, perante todas as Igrejas evangélicas da Alemanha, que aquilo que ela mantém como patrimônio comum está em grande perigo que também ameça a unidade da Igreja Evangélica Alemã.

[...]Na qualidade de membros das Igrejas Luterana, Reformada e Unida, podemos e devemos falar com uma só voz neste assunto. Precisamente por querermos ser e permanecer fiéis às nossas várias Confissões, não podemos silenciar, pois cremos ter recebido uma mensagem comum para proclamá-la numa época de necessidades e tentações gerais. Depositamos nossa confiança em Deus pelo que isto possa significar para as interações das Igrejas Confessionais.⁹²

⁹⁰ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

⁹¹ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

⁹² Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

Para a Igreja confessante, o sínodo era um ato público de obediência à palavra de Deus e de cumprimento do mandato divino percebido através do Apóstolo Pedro, pois enquanto cristãos, pastores e líderes da Igreja local, estavam servindo a comunidade em defesa da multiforme graça divina.⁹³ De forma geral, a declaração de Barmen se consolida como um documento sólido em favor da fé cristã que estava sendo substituída por uma fé secular, a fé na qual o salvador não era mais o Cristo encarnado, mas o homem divinizado, o *Führer* alemão, e na qual o Reino implementado não era do filho de Deus abençoando todas as nações, mas do Reich alemão sobre a raça eleita, os arianos e isso não poderia ser tolerado, assim, os subscritores denunciam uma última vez os erros dos cristãos alemães e posteriormente passam a defender as seis teses fundamentais da declaração:

Face dos erros dos cristãos alemães da presente administração da Igreja do Reich, erros que estão assolando a Igreja e, também rompendo, por esse motivo, a unidade da Igreja Evangélica Alemã, confessamos as seguintes verdades evangélicas:[...]⁹⁴

2.3.3. As “verdades evangélicas” defendidas na declaração teológica de Barmen

Como dissemos ao longo do capítulo, diante da opção do medo e da complacência, alguns cristãos resolveram posicionar-se e tornaram parte da Igreja confessante. Mas essa Igreja confessava o que? O evangelho de Cristo, traduzido em verdades evangélicas confessadas pelos subscritores, que estão escritas na declaração, mas que precisavam também ser vivenciadas por todos os seus defensores e cuja fidelidade seria colocada à prova quase que imediatamente após sua publicação. Passamos a demonstrar as teses de Barmen.

2.3.4. Tese 1

Eu sou o caminho e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim (Jo 14.6).

Em verdade, em verdade vos digo: o que não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, esse é ladrão e salteador... Eu sou a porta: se alguém entrar por mim, será salvo (Jo 10.1 e 9).

Jesus Cristo, como nos é atestado na Sagrada Escritura, é a única Palavra de Deus que devemos ouvir, e em quem devemos confiar e a quem devemos obedecer na vida e na morte.

⁹³ 1 Pedro 4,10

⁹⁴ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja teria o dever de reconhecer — além e a parte da Palavra de Deus — ainda outros acontecimentos e poderes, personagens e verdades como fontes da sua pregação e como revelação divina.⁹⁵

Algo que chama a atenção nas teses defendidas na Declaração de Barmen é que todas contêm a expressão: “rejeitamos a falsa doutrina”, o que denota a rejeição da compreensão de Igreja, estado e existência humana⁹⁶ propostas pelo partido nazista. A primeira tese defende o pressuposto de que Jesus Cristo é a revelação de Deus para a humanidade e que não pode em tempo algum dividir sua autoridade com qualquer pessoa ou palavra de origem humana e isso é condição fundamental para a identificação de uma comunidade cristã, conforme ensinou o grande teólogo por trás da declaração de Barmen, Karl Barth:

Na Igreja está-se de acordo que em nenhuma parte Deus está aí para nós, no mundo, em nosso espaço e em nosso tempo, a não ser nessa sua palavra; que essa sua palavra não tem para nós qualquer outro nome e conteúdo que não seja Jesus Cristo; e que Jesus Cristo não pode ser encontrado por nós em todo o mundo em nenhum outro lugar, a não ser cada dia de novo na escritura santa do Antigo e do Novo Testamento. Quanto a essas questões está-se de acordo na Igreja ou não se está na Igreja.⁹⁷

O caminho trilhado pela Igreja confessante é de oposição ao senhorio paralelo que Adolf Hitler e o partido almejavam, e durante certo tempo conseguiram, exercer sobre a Alemanha e os alemães. A Palavra era a arma que possuíam e o destino que lhes esperava era a morte, ou uma vida repleta de privações e sofrimentos, mas sua fidelidade ao Senhor da Igreja estava irremediavelmente demonstrada e documentada.

2.3.5. Tese 2

Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual se nos tornou da parte de Deus sabedoria e justiça e santificação e redenção (I Co 1.30).

Assim como Jesus Cristo é a certeza divina do perdão de todos os pecados, assim e também com a mesma seriedade, é a reivindicação poderosa de Deus sobre toda a nossa existência. Por seu intermédio experimentamos uma jubilosa libertação dos ímpios grilhões deste mundo, para servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas.

⁹⁵ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

⁹⁶ HENDERS, Helmut. Compromisso pastoral, clareza teológica e cidadania: a Declaração Teológica de Barmen como resultado de uma interação entre Igreja e academia teológica. Caminhando – Revista da faculdade de teologia da igreja metodista, on-line.

⁹⁷ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.86

Rejeitamos a falsa doutrina de que em nossa existência haveria áreas em que não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores, áreas em que não necessitaríamos da justificação e santificação por meio dele.⁹⁸

O governo de Cristo sobre a integralidade do ser humano é o ponto nevrálgico da segunda tese e um ataque frontal à antropologia nazista e sua falácia de uma “Igreja do Reich” que nada mais era que a tentação de equiparar o partido ao Evangelho. A proposta do partido era irreconciliável com o Evangelho: o partido e a nação deveriam ser a centralidade da vida do cristão alemão. Os assinantes da declaração de Barmen deixam claro que todas as esferas da existência humana estão sujeitas ao governo de Cristo. Aspectos biológicos, sociais, morais, psicológicos e espirituais são governados por Deus, não há espaço para uma dicotomia constitucional do indivíduo.

Deus e sua palavra encarnada em Cristo, precisam ser o centro e critério máximo na vida do cristão. Não há vocação política ou partidária que possa suplantar a centralidade do Evangelho no coração dos que creem. Os clérigos alemães se depararam com o desafio de manterem-se em uma espiritualidade integradora e cujo alcance transcendesse suas próprias vidas e beneficiassem a comunidade ou de secundarem essa vocação através da relativização da Palavra de Deus com a busca de sentido ou propósito em quaisquer fontes estranhas.

2.3.6. Tese 3

Mas, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é o cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado, pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua seu próprio crescimento para a edificação de si mesmo em amor (Ef 4,15-16).

A Igreja Cristã é a comunidade dos irmãos, na qual Jesus Cristo age atualmente como o Senhor na Palavra e nos Sacramentos através do Espírito Santo. Como Igreja formada por pecadores justificados, ela deve, num mundo pecador, testemunhar com sua fé, sua obediência, sua mensagem e sua organização que só dele ela é propriedade, que ela vive e deseja viver tão somente da sua consolação e das suas instruções na expectativa da sua vinda.

Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização, a seu bel prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes.⁹⁹

⁹⁸ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

⁹⁹ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

A terceira tese trabalha o âmago da própria história e sentido da Igreja reformada: a necessidade de sempre se reavaliar. A revisão de sua organização, estrutura, teologia, missão e serviço é parte importante na história da Igreja e aplicação prática de um dos maiores lemas decorrentes da reforma: “*Ecclesia Reformata et Semper Reformanda est*”¹⁰⁰ mas a origem, ou o fundamento dessa reforma precisa ser avaliado. Como o Nacional-socialismo era uma proposta política de poder, tentava fazer da Igreja uma extensão dessa proposta, com reavaliações e reformas feitas por interesses políticos e ideológicos e não por sujeição à Palavra de Deus.

Karl Barth avaliava a mudança da reforma alemã como uma pseudo-reforma eclesiástica, que só existia na aparência, mas cujo o âmago era uma revolução político-ideológica¹⁰¹ o que segundo o teólogo, traz uma ilusão de reforma, pois essa só pode ser produzida por ação ativa do Espírito santo em resposta ao chamado da palavra de Deus, o que parecia ser reforma, era uma subserviência nazista em forma de cristianismo, devendo preferir uma vida de privações e perseguições à aliançar-se com o nazismo e o cristianismo positivo dos cristãos alemães.¹⁰²

2.3.7. Tese 4

Sabeis que os governadores dos povos os dominam e que os maiores exercem autoridade sobre eles. Não é assim entre vós; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva (Mt 20.25-26).

A diversidade de funções na Igreja não estabelece o predomínio de uma sobre a outra, mas, antes o exercício do ministério confiado e ordenado a toda a comunidade.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, desviada deste ministério, poderia dar a si mesma ou permitir que se lhe dessem líderes especiais revestidos de poderes de mando.¹⁰³

A quarta tese da declaração de Barmen defende que o Senhor Jesus é o único e legítimo cabeça do corpo, que é a Igreja e que é Ele quem determina as funções de acordo com o propósito de sua existência. A doutrina nacional-socialista valorizava uma raça, um povo, um sangue sobre os demais e queria imprimir essa realidade na Igreja, o que foi prontamente aceito pelos cristãos alemães. O parágrafo ariano fora a maior prova de que na Igreja do Reich e no cristianismo positivo, há

¹⁰⁰ Expressão latina atribuída ao teólogo reformado holandês Gilbertus Voet (1589-1676) cujo significado aproximado é “igreja reformada, sempre se reformando”.

¹⁰¹ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.59

¹⁰² SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.60

¹⁰³ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

uma rígida hierarquia racial pautada na superioridade e posteriormente na eliminação dos indignos. Definitivamente, não há lugar para a antropologia nazista na Igreja e a diversidade funcional alinhada com a igualdade essencial traduzem o propósito cristão da comunhão dos santos.

Em tempo algum a questão foi a funcionalidade técnica, sempre houve a predileção ideológica, uma miniatura da estrutura do próprio partido, um corpo de pessoas encabeçadas por um *Führer* religioso com poderes autocráticos e governo absoluto sobre a Igreja, ladeado por seus bispos subservientes, que o ajudariam a desempenhar seu papel de “sub Hitler”, como disse Karl Barth:

Entenda-se bem: tratava-se do princípio do *Führer*, assim como se o tinha diante dos olhos concretamente na figura de Adolf Hitler e de seus sub-*Führer*. Que outro conceito de *Führer* poderia ter sido, quando na primavera de 1933 se enchia a boca com tal palavra? ¹⁰⁴

A Igreja é estruturada pelo serviço mútuo e uso recíproco dos dons concedidos pelo Espírito Santo. Há mútua edificação e consolação para a edificação da própria comunidade e benefício de todos, cristãos ou não cristãos, alemães ou não alemães, de todos os seres humanos em todos os lugares. A antropologia decorrente da comunhão e da eclesiologia bíblica é fundamentada na igualdade e no serviço e não na subserviência estruturada pelo ideal de raça.

2.3.8. Tese 5

Temei a Deus, honrai ao rei! (1 Pe 2.17).

A Escritura nos diz que o Estado tem o dever, conforme ordem divina, de zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido, no qual também vive a Igreja, segundo o padrão de julgamento e capacidade humana com emprego da intimidação e exercício da força. A Igreja reconhece o benefício dessa ordem divina com gratidão e reverência a Deus. Lembra a existência do Reino de Deus, dos mandamentos e da justiça divina, chamando, dessa forma a atenção para a responsabilidade de governantes e governados. Ela confia no poder da Palavra e lhe presta obediência, mediante a qual Deus sustenta todas as coisas.

Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir desse modo, a missão confiada à Igreja.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja poderia e deveria, ultrapassando a sua missão específica, apropriar-se das características, dos deveres e das dignidades estatais, tornando-se assim, ela mesma, um órgão do Estado.¹⁰⁵

¹⁰⁴ ALTMANN, Walter (org.). *Dádiva e Louvor*, p.150

¹⁰⁵ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

O conceito de comunidade é muito importante para o nacional-socialismo, mais do que isso, era seu próprio coração. A comunidade racial era a síntese do propósito nazista e dos desejos de Hitler e seus aliados. O senso de comunidade era enaltecido pelos gigantescos comícios do partido, festivais, desfiles produziam uma comunidade sacralizada, uma espécie de culto secularizado fundamentada na subordinação irrestrita à vontade de um líder político¹⁰⁶. O cerne da quinta tese é exatamente o combate a essa perspectiva que também contaminou a Igreja.

Para Barth, a Igreja é a vida comum de pessoas em uma comunidade possível através da ação do Espírito Santo¹⁰⁷ sob o senhorio de Cristo, com diferenças notáveis da proposta nazista. A reunião se dá sob a palavra de Cristo e sob sua autoridade e não por uma ordenança civil ou secular, a separação entre Igreja e estado é um símbolo dessa diferença gritante de propósito e funcionalidades. O Estado existe para o cumprimento de uma missão divina que tem sua importância e seu papel, mas não pode ser confundida com a função e o papel da Igreja, e os cristãos vivem essa dupla realidade, pois são parte de ambas as comunidades e as intercorrências que afetem uma, necessariamente podem afetar a outra, mas não havendo confusão quanto aos seus propósitos e finalidades. O Estado não deve ser linha auxiliar da Igreja e tampouco o inverso e de certa forma, sendo imperioso que a Igreja sempre esteja consciente de que sua vocação é distinta do Estado, sendo a Igreja, instrumento de demonstração profética do Reino de Deus no Estado e na comunidade civil¹⁰⁸

2.3.9. Tese 6

Eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século (Mt 28.20). A Palavra de Deus não está algemada (II Tm 2.9)

A missão da Igreja, na qual repousa sua liberdade, consiste em transmitir a todo o povo — em nome de Cristo e, portanto, a serviço da sua Palavra e da sua obra pela pregação e pelo sacramento— a mensagem da livre graça de Deus.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, possuída de arrogância humana, poderia colocar a Palavra e a obra do Senhor a serviço de quaisquer desejos, propósitos e planos escolhidos arbitrariamente.¹⁰⁹

¹⁰⁶ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p.383

¹⁰⁷ ALTMANN, Walter (org.). Dádiva e Louvor, p.291.

¹⁰⁸ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.82

¹⁰⁹ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

A última tese defendida pela declaração de Barmen é a afirmação final da dependência plena de Cristo que é característica marcante da Igreja. Independente das circunstâncias, é o Senhor quem determina o destino e a finalidade da Igreja cristã e não ela mesma ou o governo ou quaisquer outros agentes da história. A Igreja é propriedade de Cristo e por ser liberta por Ele, voluntariamente se torna cativa à sua missão de transmissão das boas novas de salvação através da proclamação da Palavra e de sua ação transformadora no mundo.

Hitler foi recebido como um profeta, um legítimo messias pelo povo alemão e especialmente pelos cristãos alemães. A denunciada Igreja Nacional do Reich serviu aos caprichos de seu líder supremo e senhor até o amargo fim, demonstrando uma fidelidade estranha àquela requerida por Deus. Barth atribuiu essa troca de fidelidade não à pressão e ameaças do governo nazistas mas sim a falta de compromisso e fidelidade para com a Palavra de Deus¹¹⁰ e por não se conectar à Palavra, não conheciam a voz de seu Senhor¹¹¹ e seguiram inconsequentemente a voz de um estranho, seguindo Adolf Hitler e o seu “evangelho” de ódio, preconceito, eugenia, destruição e morte.

A Igreja não pode colocar a Palavra do Senhor a serviço de ninguém que não seja o próprio Senhor da Palavra, independente do preço que isso custe e até mesmo de seus desejos, propósitos e preferências, cumprindo sua vocação e mantendo sua fidelidade àquele que a governa e a quem deve todas as coisas, inclusive sua própria existência.

Considerações finais

Percebemos como o nazismo foi um produto de seu tempo, mas cujos efeitos deixaram marcas permanentes não apenas na Alemanha, mas em todo o mundo. A chegada ao poder só foi possível em função de uma omissão injustificável da sociedade alemã e em especial da Igreja, considerando que naquele momento, quase 95% da população alemã se declarava adepta de alguma confissão cristã.

¹¹⁰ SILVA, Júlio Cesar Silveira. Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil, p.80

¹¹¹ João, 10,3

Curiosamente, parte dessa Igreja não apenas foi omissa, mas também cooperou ativa e conscientemente com o regime, participando da construção de um projeto de poder que dizimou milhões de pessoas e em especial aos que a Igreja tinha responsabilidade de proteger e salvaguardar.

A ação nazista tinha por trás uma nova compreensão antropológica estruturada em uma comunidade racial pautada pelo “sangue e solo” que governaria sobre tudo e todos, a partir de um darwinismo social travestido de cristianismo e que era atraente àqueles que tinham sede de poder e controle sobre os demais, os alemães não apenas deram a “César o que era de César” mas fizeram questão de lhe entregarem também aquilo que “era de Deus”, como o governo sobre tudo e todos, a decisão de quem era digno ou indigno, quem deveria viver ou morrer, tudo sob a benção de um “pseudocristianismo”.

Entretanto, alguns cristãos mantiveram-se fieis ao Senhor e à Igreja. Abriam mão de suas famílias, empregos, liberdade e para muitos, de sua própria vida, em prol da defesa do Evangelho, o verdadeiro, que valoriza o ser humano, que os iguala diante de Deus e cuja antropologia mostra-se diametralmente oposta à defendida pelo nacional-socialismo.

Essa postura corajosa trouxe consigo a redação de uma declaração fundamental para a compreensão do papel da Igreja em momentos como esse e do que de fato ela deve crer e defender, independente das consequências, em cumprimento de seu papel profético neste tempo. Em suma, boa parte da Igreja foi cooptada por um projeto antropológico de poder, mas o remanescente pôde deixar um legado inspirador para as próximas gerações, um testemunho antropológico-teológico pautado pela valorização do ser humano e manifestando sua importância, conforme desejado pelo Criador.

Assim, compreendemos o surgimento do partido nazista e como parte da Igreja conseguiu propor uma resistência fundamentada em uma antropologia teológica que pudesse opor o conceito antropológico do partido. Agora, veremos os elementos de ligação entre essa antropologia teológica e a desenvolvida por Alfonso García Rubio.

Capítulo 3: Elementos da teologia de Alfonso García Rubio

Considerações iniciais

Tendo visto o desenvolvimento do nacional-socialismo alemão estruturado em uma perspectiva antropológica que fora devidamente combatida pela declaração de Barmen, e visando reunir argumentação teológica que faça frente ao nazismo, dedicaremos este capítulo à obra de Alfonso Garcia Rubio, cuja contribuição para a antropologia teológica é deveras relevante e construída a partir da revelação bíblico-cristã e da autorrevelação do próprio Deus através da criação do homem, cuja imagem e semelhança é revelada na humanidade de Cristo Jesus. Iniciaremos o presente capítulo com a análise de uma antropologia da modernidade e a crítica da antropologia dualista que influenciou o pensamento cristão e a proposta de uma antropologia de integração

Posteriormente, trataremos da corporeidade sob o ponto de vista do autor e como o conceito de pessoalidade contribui para a superação do dualismo, passando às relações e inter-relações estabelecidas pela pessoa humana através da “co-humanidade” e as dimensões da pessoa humana no Antigo e Novo Testamentos e seu relacionamento com o poder político, bem como os efeitos de sua relação com a criação, notadamente como a antropologia integradora pode contribuir com a superação da crise ambiental. Evidenciando como sua obra ainda continua contribuindo com reflexões e propostas de intervenções pertinentes na sociedade hodierna.

3.1. Breve histórico

O presente capítulo é dedicado à apresentação da vida e obra do teólogo Alfonso García Rubio¹¹² e suas significativas contribuições para a teologia,

¹¹² Alfonso García Rubio é um teólogo católico nascido em 1934, na cidade de Alhama de Murcia, na Espanha. Foi ordenado ao sacerdócio católico em 1958, tendo feito sua graduação em teologia no Seminário Teológico Hispanoamericano de Madri, na Espanha, passando, desde 1959, a exercer seu ministério na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Em 1973, terminou seus estudos de doutorado em teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Foi professor no Seminário da Arquidiocese do Rio de Janeiro, e um dos pioneiros no então recentemente formado Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1968), trabalhando como professor de cristologia e antropologia teológica e em algumas oportunidades na direção do departamento de Teologia. Foi orientador nas turmas de graduação e pós-graduação em teologia, tendo sob sua supervisão, dezenas de dissertações, monografias e teses de doutorado e com profícua produção teológica, em especial com a produção de suas obras mais conhecidas no Brasil: GARCIA RUBIO, Unidade na pluralidade: O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs, 2ª Ed., 7ª

notadamente a antropologia teológica. O pensamento do autor será observado como elemento de fundamentação teórica para os apontamentos feitos sobre a proximidade da teologia de García Rubio e a teologia defendida na Declaração de Barmen, especialmente sob o viés antropológico.

Buscaremos ainda, compreender as influências teológicas e a compreensão sobre os conceitos antropológicos por ele defendidos e especialmente a perspectiva bíblica e integrada defendida pelo autor, em detrimento do dualismo antropológico prejudicial à fé cristã, bem como a dimensão humana na inter-relação com outros semelhantes e a criação.

O pensamento de García Rubio mostra-se de grande ajuda para entendermos os pontos de conexão com a perspectiva antropológica defendida na Declaração Teológica de Barmen e assim estabelecer o diálogo proposto no presente trabalho e que será demonstrado no próximo capítulo. Ressaltamos ainda, que nossa abordagem parte do autor em questão, especialmente alguns pontos de sua obra, entretanto, sem deixar de estabelecer o diálogo com outros autores e teólogos significativos para a nossa pesquisa.

Padre García tem como um dos principais fundamentos teóricos a necessidade da superação do que se conhece como dualismo antropológico, o qual, inclusive, em sua abordagem, é visto como um problema para a compreensão correta do ser humano à luz das Escrituras. Assim, parte do pressuposto que o confronto com a racionalidade produziu um enfrentamento com o *logos* filosófico grego, que para o cristianismo consolidou-se com um diálogo crítico¹¹³ entre a fé cristã e a filosofia, mas que apenas era possível com coragem e discernimento¹¹⁴.

reimpressão, São Paulo, Paulus, 2020; Id., Evangelização e maturidade afetiva, 3ª Ed., São Paulo, Paulinas, 2006; Id., Antropologia teológica. Salvação cristã: salvos de quê e para quê? 7ª Ed., Petrópolis, Vozes, 2019; Id., Teologia da libertação: política ou profetismo? Visão panorâmica e crítica da teologia política latino-americana, 2ª Ed., São Paulo, Loyola, 1983; Id., O encontro com Jesus Cristo vivo. Um ensaio de cristologia para nossos dias, 14ª Ed., São Paulo, Paulinas, 2010; Id., A caminho da maturidade na experiência de Deus, Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1ª edição, 2021; GARCIA RUBIO – J.P. AMADO (orgs.), Espiritualidade cristã em tempos de mudança. Contribuições teológico-pastorais, Petrópolis, Vozes, 2009; Id., Fé cristã e pensamento evolucionista. São Paulo, Paulinas, 2018; GARCIA RUBIO (org.), O humano integrado. Abordagens de antropologia teológica, 2ª Ed., Petrópolis, Vozes, 2007. Desde 2009, Alfonso García é professor emérito da PUC do Rio de Janeiro.

¹¹³ GARCIA RUBIO, A. O ser humano à luz da fé cristã e a racionalidade moderna, p.32

¹¹⁴ GARCIA RUBIO, A. O ser humano à luz da fé cristã e a racionalidade moderna, p.32

Coragem, para que os cristãos continuassem a pregar o Evangelho com a preservação da capacidade de diálogo com os pagãos e seu arcabouço filosófico e religioso oposto à fé cristã e o discernimento para que o diálogo não pervertesse a essência do cristianismo.¹¹⁵

3.2. Antropologia da modernidade

Um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento do pensamento do padre García é a observação de que na modernidade, houve uma mudança de eixo da perspectiva do ser humano, em outras palavras, a alteração de uma visão de mundo “cosmocêntrica” por uma antropocêntrica. De modo que ao compreender-se como o centro do mundo, o ser humano passa a ser sujeito e transcendente à própria natureza e criação, trazendo o próprio ser humano para o centro de todas as coisas, inclusive dos grandes dilemas da vida.¹¹⁶ Ainda nessa perspectiva, converte-se em antropologia a reflexão filosófica produzida pelo ser humano, uma vez que ele é o ápice da reflexão humana, então a busca do saber é a busca pelo próprio sentido do ser humano.

Tal antropocentrismo moderno, segundo o autor, desdobra-se em uma importante consequência, a compreensão de uma natureza dessacralizada. Tal consequência, a partir do pensamento exposto na “lei dos três estados” de Auguste Comte¹¹⁷ traz consigo a evolução da maneira com que o ser humano se relaciona com a natureza e paralelamente o estreitamento da relação do ser humano com a própria divindade¹¹⁸.

Assim, a lei dos três estados divide a relação com a natureza em uma etapa “religioso-mágica”, no qual a humanidade primitiva enxerga a natureza como sagrada e considera suas forças ocultas e misteriosas como manifestação de um

¹¹⁵ ALBUQUERQUE, Bruno da Silveira. O Pentecostalismo Integrado? A contribuição de Alfonso García Rubio para a superação do dualismo antropológico, p.46

¹¹⁶ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 32

¹¹⁷Isidore Auguste Marie François Xavier Comte(1798-1857) foi um filósofo francês que formulou a doutrina do Positivismo. Ele é considerado como o primeiro filósofo da ciência no sentido moderno do termo. Comte também é visto como o fundador da disciplina acadêmica de Sociologia.

¹¹⁸ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 32

poder divino que necessita ser aplacado pelo ser humano, em uma íntima associação entre natureza e divindade e um governo efetivo sobre o ser humano.¹¹⁹

A segunda etapa engloba o pensamento helênico até o período medieval e é conhecida como “etapa filosófica”. O pensamento do ser humano se desenvolve em um processo de autonomia da natureza e de autoconsciência, substituindo a relação mágica com o mundo. Há uma diminuição de influência do sagrado com a transição do domínio da divindade para a ordenação divina do cosmos e da realidade conhecida. Aqui, o ser humano passa a ser um contemplador da ordem cosmológica imposta pelo *logos* e um reprodutor dessa ordem na sociedade, posto que essa ordem é normativa para o ser humano e mesmo com o progresso, ainda há uma visão cosmológica latente. A terceira e última etapa é a “científico-técnica”, que supera o caráter misterioso da natureza e passa a submetê-la à investigação e domínio que culminarão em sua transformação e consequente dessacralização.¹²⁰

Essa inversão irá promover a descoberta da subjetividade do ser humano, não mais se observando o indivíduo de forma objetiva, e sim na lógica cartesiana do “penso, logo existo”, passando o ser humano a ter consciência de si e agora a ser o ente mais importante dessa cadeia relacional de: natureza-divindade-ser humano. Assim, há uma perda de importância da religião, do sentido religioso, da figura da divindade e institui-se um processo de secularização¹²¹, que segundo García, leva à autonomia da causa contingente (ser humano) em face da causa necessária (Deus). Como resultado, há uma opacidade da figura divina, relegada por muitos à esfera da superstição e do atraso produzido pela religião, constituindo-se a partir da modernidade, um óbice para comunicação da compreensão cristã da constituição do ser humano, conforme o próprio García Rubio afirma:

O desafio que a modernidade representa para a comunicação significativa da mensagem cristã está centrado, de maneira especial, na visão do ser humano. A visão antropológica predominante que foi elaborada no interior do mundo antigo, mediante a qual a Igreja procurava expressar as afirmações da fé cristã sobre o ser humano, é diretamente rejeitada pela racionalidade moderna, quer na área de ciências quer no domínio da filosofia e da cultura em geral.¹²²

¹¹⁹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 33

¹²⁰ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 33

¹²¹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 34

¹²² GARCIA RUBIO, A. O ser humano a luz da fé cristã e a racionalidade moderna, p.33

3.3. O problema do dualismo antropológico

García Rubio, em todas as suas obras, sempre criticou o dualismo, explicitando os seus pontos controvertidos e desconstruindo o senso comum de uma antropologia dualista presente na Igreja e na teologia. Essa visão de ser humano na qual a dicotomia entre espírito e matéria é fortemente enraizada, produz consequentemente uma dicotomia entre outras esferas da vida, como: fé e vida cotidiana, fé e política, divino e humano, teoria e prática e etc.¹²³ Segundo o autor, a visão bíblica do ser humano é aquela fundamentada em uma perspectiva unitária, que encontra seu enraizamento nas próprias Sagradas Escrituras e na tradição e magistério da Igreja, consonante com o pensamento do concílio vaticano II, conforme disposto na *Gaudium et Spes*:

14. O homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador (5). Não pode, portanto, desprezar a vida corporal; deve, pelo contrário, considerar o seu corpo como bom e digno de respeito, pois foi criado por Deus e há de ressuscitar no último dia. Todavia, ferido pelo pecado, o homem experimenta as revoltas do corpo. É, pois, a própria dignidade humana que exige que o homem glorifique a Deus no seu corpo (6), não deixando que este se escravize às más inclinações do próprio coração. Não se engana o homem, quando se reconhece por superior às coisas materiais e se considera como algo mais do que simples parcela da natureza ou anónimo elemento da cidade dos homens.¹²⁴

Como perceberemos neste capítulo, o instrumental teórico da filosofia grega permeou essa compreensão dualista do ser humano e isso ocorreu de forma escalonada conforme o seu próprio desenvolvimento e alcance.

3.3.1. A antropologia dualista platônica

Segundo o teólogo espanhol, a visão dicotômica do ser humano é bastante antiga, remontando à própria reflexão sobre o ser humano, com elementos constantes da filosofia oriental, passando pelo maniqueísmo persa até encontrar uma formatação mais rígida e definitiva na filosofia grega, tornando-se uma das bases do próprio helenismo, desde Pitágoras, mas construindo seu arcabouço teórico com o grande filósofo Platão. O pensamento platônico, inclusive, teve grande influência no desenvolvimento da filosofia, cultura, civilização e do próprio

¹²³ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 97

¹²⁴ CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. 1997.

ser humano no mundo ocidental.¹²⁵ Paradoxalmente, um ícone do paganismo grego tornou-se modelador da antropologia teológica da cristandade em função do grande volume de pensamento platônico permeado na compreensão cristã de ser humano, mundo e Deus.

A importância de Platão é tão significativa, que a sua distinção dos conceitos de *ideia* e de *coisa* continua vigente em nosso meio. Em resumo, as coisas pertencem ao mundo visível, tangível e sensorial, eivadas de mutabilidade e sujeitas à temporalidade, constituindo-se como um espectro do que de fato deveriam ser. As ideias são oriundas do ambiente espiritual e uma expressão da atemporalidade e imutabilidade divinas, sendo a expressão da realidade das coisas. O ser humano por sua vez, torna-se receptáculo das duas substâncias, tendo duas instâncias que possibilitam a coexistência destas duas realidades: a alma, como expressão do mundo das ideias, imortal e preexistente, agora encontra-se desconectada com o mundo “ideal” em função de sua encarnação e habitação no ser humano mediante o corpo.

Através dos sentidos humanos e em seu encontro com as coisas, ela vai se “redescobrir” como pertencente ao mundo ideal. Assim, alma e corpo, necessariamente, devem ser compreendidas e tratadas de forma distintas, pois pertencem a realidades igualmente díspares.

O filósofo grego compara a relação entre alma e corpo fazendo uso da analogia de que “a alma é o marinheiro e o corpo é o navio”¹²⁶ e isso implica no pensamento de que os seres humanos sempre lidarão com a ambiguidade e tensão interiores. No ser humano “platônico” estão presentes e patentes o conflito, a divisão e a degradação próprias de um ser dividido. Tal problema é resolvido, na lógica platônica, a partir da concessão do controle interno à razão e ao bem, conforme o próprio autor registra:

Igualmente, a única solução adequada para a ambiguidade internamente experimentada pelo homem, consistirá no primado total concedido à razão e ao bem. Deixar-se conduzir pelas opiniões é condenar-se à escravidão. A humanização do homem só se torna possível quando a reta razão e o bem governam a sua existência, ordenando (embora de maneira limitada) o mundo caótico e confuso próprio das percepções sensíveis.¹²⁷

¹²⁵ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 98

¹²⁶ PLATÃO. As Leis, 2004. On-line.

¹²⁷ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 100

Dessa forma, se prioriza a estruturação de pensamento pautada na lógica de “oposição-exclusão”, sendo necessária sua desconstrução, para que haja mudança de paradigma teórico para a lógica da “salvação-libertação” integral do ser humano.¹²⁸ A superação do dualismo e do helenismo¹²⁹ se mostra como condição vital para tal mudança ocorrer.

3.3.2. A antropologia dualista cartesiana

Inobstante a infiltração do pensamento platônico na vida comunitária e na teologia cristã, especialmente em sua antropologia, há outro desdobramento a respeito do dualismo que precisa ser superado: a perspectiva cartesiana. O advento da modernidade trouxe consigo uma sedimentação mais intensa dos pensamentos filosóficos e que teve grande participação do filósofo René Descartes. O dualismo moderno proposto por Descartes traz diferenças substanciais ao pensamento platônico. Neste, o “espírito” separa-se do “corpo” não mais para compreender o mundo ideal, mas sim para dominá-lo através da razão e do pensamento crítico, como vemos:

O corpo é simplesmente matéria espacial, substância extensa (“res extensa”), mera extensão mensurável matematicamente, enquanto que a alma ou espírito ou consciência é uma substância pensante (“res cogitans”). Na realidade, o corpo não passa de uma máquina que pode funcionar independentemente da alma. Esta não interfere na vida biológica do ser humano, pois sua finalidade única é precisamente pensar.¹³⁰

Em que pese a envolvente e erudita apresentação da reflexão cartesiana, suas consequências são graves para a antropologia teológica. Torna o sujeito uma mera expressão de sua consciência e absolutamente desconectado da corporeidade e vice-versa, redundando em uma legitimação do intenso individualismo dominador:

Ora, se o sujeito entra em contato com os outros sujeitos mediante o corpo, uma vez separado deste, fica igualmente isolado dos outros sujeitos. Está, assim, aberta a porta para o individualismo moderno com suas sequelas de dominação e opressão dos outros (pessoa concreta, classe, raça, sexo, povos...). O sujeito também se encontra separado radicalmente do mundo da natureza e vice-versa. A realidade ficará destarte perigosamente cindida em pura subjetividade e pura objetividade.¹³¹

¹²⁸ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 100

¹²⁹ Importa ressaltar que a superação do dualismo também engloba a perspectiva dualista presente em outras tradições filosóficas, como o estoicismo, que também carregava consigo um viés dualista. Ademais, o helenismo foi importante na construção da identidade e pensamento cristãos, com significativa influência sobre as comunidades cristãs.

¹³⁰ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 101

¹³¹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 101

A corporeidade torna-se vazia de sentido e propósito, nos restando a entender que a pessoa humana não pode ser concebida como uma junção parcial ou não permanente entre duas realidades¹³², espiritual e material, mente e corpo ou outras equivalentes. A assimilação dessa relativização do corpo produz consequências drásticas para a humanidade e para a própria integralidade do ser humano.

3.3.3. A superação do dualismo antropológico

Podemos perceber a centralidade da questão do dualismo antropológico na obra de García Rubio. A tarefa de superação desse dualismo não é fácil, mas segundo o autor, mostra-se viável se caminharmos através de algumas novas proposições e do resgate de antigas perspectivas que foram esvaziadas de sentido e valor ao longo do tempo. A relação de oposição-exclusão denunciada na crítica ao modelo platônico de antropologia não pode ser absoluta, especialmente no tocante à vontade humana.

Importa observarmos que o dualismo em nível ético é a relação existente no ser humano na relação “homem velho-novo” e o mesmo é latente dentro dos indivíduos e que este não é superado, ao contrário do dualismo metafísico, que se encontra superado e assim deve continuar.

Sob a ótica paulina¹³³, apenas com a morte do “velho homem”, o “novo homem” pode existir plenamente. Considerando o prisma da oposição-exclusão, o dualismo se faz presente na tomada de decisão do ser humano, mas não necessariamente se desdobra para alcançar outras dimensões da existência do indivíduo, e essa é a matriz do pensamento antropológico judaico-cristão:

Evidentemente, é feita aqui uma escolha antropológica. Como será mostrado nos próximos capítulos, a teologia judeu-cristã da criação elimina todo tipo de dualismo metafísico e supõe uma visão de homem em que sua unidade básica, embora reconhecendo a realidade das suas diversas dimensões, é decididamente sublinhada.¹³⁴

Como meio fundamental de promover tal superação, precisamos mudar a forma de observar o ser humano. Visar uma proposta de relação integração-inclusão

¹³² Júlio César Sousa de. JESUS, et al., Antônio Danilo Feitosa, BASTOS. Breve abordagem teológica do dualismo antropológico à possível integração-inclusão em García Rubio, on-line.

¹³³ Efésios 4,22-24

¹³⁴ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 107

e valorizar os elementos constituintes do ser humano (corpo e alma) em igualdade e processo de mútua cooperação, no qual cada indivíduo é enriquecido e valorizado nesta relação. Segundo Garcia, as tensões entre estes aspectos continuarão existindo e não devem ser ignoradas, posto que fazem parte da própria constituição humana.¹³⁵ Contudo, os conflitos não produzem necessariamente rupturas na relação ou desprezo de uma realidade em prejuízo da outra. Antes, eles contribuem para a complementariedade, crítica e inter-relação das instâncias constitutivas do indivíduo, se consolidando como uma “unidade diferenciada”, o que em síntese, segundo o professor Garcia, pode ser percebido da seguinte forma:

É a estrutura mental de oposição-exclusão que deve ser superada e substituída por outra, em que predomine a relação de integração-inclusão entre os elementos positivos (por exemplo, oração-ação). É a perspectiva que prevalece na Sagrada Escritura, a partir da teologia da criação. Todavia, uma visão integrada e unitária de ser humano não elimina os diferentes aspectos e dimensões que constituem a riqueza do humano, antes preserva firmemente essas diferenças, mas sempre na unidade fundamental da pessoa. Tampouco elimina as tensões que surgem no dinamismo da história, entre as diferentes dimensões. Só que estas tensões tendem a também ser resolvidas na *unidade* básica do ser humano, da pessoa concreta. Quando se trata, porém, de relacionar, no campo ético, o positivo (por exemplo, o compromisso pela justiça) com o negativo (por exemplo, a defesa de estruturas injustas que oprimem e desumanizam), é claro que a relação a ser desenvolvida deverá ser aquela em que predomina a oposição-exclusão. No campo ético, não há dúvida, para a tradição bíblico-cristã, de que existe um dualismo real. Mas não é lícito passar do dualismo ético para o dualismo metafísico.¹³⁶

3.3.4. uma antropologia integradora: o ser humano é único e integrado ao Criador

A visão greco-romana de ser humano, que sedimentou a antropologia durante séculos, deparou-se com um notável desafio a partir do desenvolvimento da perspectiva evolucionista. A casualidade passou a ser uma justificativa para a própria existência humana¹³⁷, transferindo toda a beleza e complexidade criativa ao acaso de um processo evolutivo de origem aleatória ou desconhecida. Segundo García, a perspectiva cristã não necessariamente descarta o evolucionismo, antes, propõe uma visão evolucionista que considere qualitativamente no ser humano o cerne da ação criativa divina. Nas palavras do autor:

¹³⁵ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 113

¹³⁶ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 113

¹³⁷ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 367

O homem em toda a sua realidade, integralmente considerado, procede da ação criadora de Deus, tal é a afirmação básica da fé. Os outros elementos dos relatos a respeito do como ou do modo de aparecer a humanidade sobre a terra pertencem ao instrumental narrativo. A explicação referente ao como da ação criadora de Deus, sempre transcendente a toda causalidade intramundana, não forma parte do conteúdo da fé.¹³⁸

Não se pode aceitar uma visão evolucionista que reduza o ser humano à mera resultante evolutiva, excluindo a ação criadora divina e a dimensão espiritual do ser humano. A convivência pacífica entre evolucionismo e a fé no Deus criador-salvador se dá exatamente na capacidade de desenvolvimento evolutivo do ser humano, no qual a ação de Deus encontra-se presente no próprio processo, atuando internamente e levando cada pessoa a produzir coisas além de sua capacidade meramente natural. Sendo a ação procriadora dos pais potencializada pela ação transcendental do Criador, criando cada pessoa de forma única.

Tal percepção transcende a verificação científica, pois a fé cristã, apoiada na aceitação do Deus criador e salvador, afirma a relação entre o mundo em evolução e seu Criador. Esta dá ao ser humano um protagonismo distinto dos mitos cosmogônicos antigos¹³⁹, elevando-o à relação íntima com o Criador mediante um exercício de fé significativa para homens e mulheres com uma nova visão de mundo¹⁴⁰, pela qual se aceita o Deus criador-salvador da revelação bíblica e se aceita o ser humano como integrado à história, ao cosmos que pertence e à própria esperança escatológica.

3.3.5. A antropologia integradora nas Escrituras

Conforme vimos, para o professor García a deformação da visão cristã do ser humano decorre de uma antropologia proeminentemente dualista, na qual o ser humano era apenas um “espírito” que habitava um corpo, uma espécie de instrumental dessa instância espiritual superior. Para ele, o amor e o serviço cristão, notadamente na esfera corporal ou material dos necessitados, são vitais para a fé cristã, sendo inclusive, apenas a pessoa encarnada, uma pessoa de fato.

Essa integração de espiritualidade e corporeidade é o paradigma bíblico tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. Ainda que este seja carente de uma

¹³⁸ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 373

¹³⁹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 387

¹⁴⁰ GARCIA RUBIO, A., AMADO, Joel Portella; FERNANDES. Fé cristã e pensamento evolucionista, p. 41

formatação sistemática da constituição do ser humano, quer seja dualista ou unitarista, a visão unitária do ser humano encontra-se presente nas Escrituras, e inclusive é compartilhada por outros autores.

Assim, importa que se realize o resgate da antropologia bíblica, especialmente presente no Antigo Testamento e que ficou negligenciada pelos teólogos por muito tempo. A esse respeito, Urbano Zilles versa sobre a importância da antropologia teológica:

O conceito cristão de homem não é mero produto da inteligência humana ou da religiosidade popular. Pressupõe a abertura para o mistério que transcende o natural, daquele que supera as possibilidades do homem e procede da graça divina. Para obter o conceito cristão de homem, é preciso ouvir as Sagradas Escrituras. Elas nos dizem algo sobre a imagem do homem querida por Deus e por ele revelada. É preciso ouvir e levar ao homem a palavra de Deus referente ao próprio homem em sua plena configuração. A tarefa da teologia é libertar conceitos bíblicos fundamentais como “carne”, “alma”, “coração”, “espírito”, “vida” de camadas que os envolveram, no decurso dos séculos, e os despiram de sua originalidade.¹⁴¹

Neste caminho, e considerando os instrumentais narrativos e conceituais multiculturais da Bíblia, García Rubio também lançou mão das obras de Enrique Dussel que defendia o monismo hebraico em contraponto ao dualismo grego¹⁴², também presente em larga escala no oriente próximo do período do Antigo Testamento, entre os semitas, assírios, babilônicos, fenícios, cananeus e até mesmo egípcios.¹⁴³ Tal perspectiva se torna ainda mais perceptível ao estudar os termos em hebraico quando da produção do texto bíblico, e que nem sempre encontram equivalentes válidos nos idiomas para os quais foram traduzidos.

Majoritariamente, quatro eram os grandes vocábulos relacionados ao ser humano no Antigo Testamento: *nefesh*, *basar*, *ruah*, *leb/lebab*.¹⁴⁴ A palavra *nefesh*, foi traduzida por alma, mas o significado de alma que é decorrente da influência helênica, é bem diverso do sentido original da palavra hebraica. Primariamente, a palavra significa “garganta” ou “pescoço”, o que simbolizaria o anelo, a sede do ser humano pela vida, e vida em um contexto concreto e não abstrato, ou seja, o ser humano não pode possuir *nefesh*, ele o é.

¹⁴¹ ZILLES, Urbano. Antropologia teológica, p. 12-13

¹⁴² DUSSEL, Enrique D. El humanismo semita, p. 21

¹⁴³ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 320

¹⁴⁴ WOLFF, Hans Walter. Antropologia do Antigo Testamento, p. 33

A palavra *basar* traz consigo significados plurais, mas geralmente atrelado à carne, tanto humana quanto de animais, e ao parentesco entre pessoas, sendo constantemente identificado com o corpo. Há ainda *ruah*, cujo significado primário é “vento”, mas também significa respiração ou vitalidade humana, a força vital do indivíduo, que lhe é concedida por Iahweh.¹⁴⁵

Finalmente, chegamos à palavra *leb/lebab* que também encontra tradução por coração. Em que pese as evidentes dificuldades na aplicação de coração como sede das ações e emoções humanas, notadamente do ponto de vista fisiológico, os escritores bíblicos fazem uso dessa expressão para atribuí-la à origem dos desejos e vontades humanas, mas especialmente àquelas que podem ser manifestadas pela razão ou cognição, agregando o domínio do pensamento ao domínio da escolha na volição humana, segundo os autores do Antigo Testamento. A postura “pré-filosófica”¹⁴⁶ do israelita prioriza o homem como uma unidade tão densa que os termos apresentados são relativos àquilo que é feito pontualmente por uma área do ser humano e também por todo o ser humano.

No tocante ao Novo Testamento, também há a presença da visão unitária do ser humano. A manutenção da concepção hebraica de unidade do ser é vigente no seio da Igreja, citando novamente Dussel, García Rubio afirma o seguinte:

No que se refere à visão de homem, são especialmente importantes os comentários bíblicos de Qumrã bem como os livros apócrifos do Antigo Testamento. Em conexão com a fé em Deus criador, ensinava-se o tema da criação do homem à imagem de Deus. Nefesh e rūah continuam a ser usados em sentido tradicional, mas começa à ser utilizado já com bastante frequência o termo nashamah, aplicado só ao homem, e que designa o que o grego entende por “alma”(…) Continua, no entanto, firme a fé na ressurreição daquele que morre, de tal maneira que a felicidade de homem na vida eterna não seria perfeita sem essa ressurreição. Trata-se indubitavelmente de uma importante indicação que está a nos dizer que o judaísmo palestinese se conservava ainda basicamente na perspectiva hebraica e não propriamente na visão helênica, apesar da crescente penetração desta.¹⁴⁷

Dessa forma, as páginas gregas do Novo Testamento trazem consigo expressões antropológicas distintas, tais como: *sarx*, *soma*, *kardia* mais relacionadas ao corpo físico e *psyché* e *pneuma* que eram usadas para definir aquilo que é imaterial e pertencente ao humano. Com algumas inter-relações, pode-se dizer que *psyché* seria o equivalente grego do hebraico *nefesh*, ainda no sentido de interioridade do ser humano. Já a *sarx* seria a equivalente de *basar*, mais

¹⁴⁵ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 321

¹⁴⁶ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 322

¹⁴⁷ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 324

relacionado à carne, entretanto ainda com a aplicação no sentido do ser humano como um todo.

Já a palavra *soma* é usada por Paulo com certa ênfase no contexto da ressurreição, mas também se referindo à carne. *Pneuma*, relaciona-se à *ruah* dos hebreus, simbolizando a vida doada por Deus através de seu sopro, quanto ao ser humano integrado, evidenciando a espiritualidade em oposição a *sarx*. Por fim, *Kardia* e *Leb* consolidam a centralidade do ser humano e à pessoa humana como um todo, o ser humano integrado.¹⁴⁸

Assim, García defende uma visão unitária do ser humano que percorre toda a revelação divina, Antigo e Novo Testamentos ligados por esse ser humano integrado. Garcia rejeita as abordagens que intencionam dividir ou fragmentar o ser humano, distanciando-nos da dicotomia alma-corpo oriunda do universo helênico.

Fato este que é abraçado pela própria cristologia, uma vez que não existe uma separação de alma e corpo, e sim uma separação em função da acolhida ou da rejeição do dom da salvação oferecido em Jesus, em quem o ser humano inteiro pode optar pela salvação ou pela condenação, o homem espiritual ou o homem carnal¹⁴⁹, nunca divididos em si mesmos, mas integralmente considerado.¹⁵⁰

3.4. A antropologia integradora: personalidade

Outro ponto fundamental na obra de García Rubio é a sua contribuição para a teologia no que concerne à personalidade do ser humano. Parte considerável de sua produção teológica caminha neste sentido. O autor percorre o caminho histórico do desenvolvimento da compreensão individual de pessoa, sendo tal classificação reconhecida como um patrimônio da Igreja¹⁵¹ e fundamental para o diálogo com outros setores da sociedade. Ademais, há uma preocupação em descrever e classificar de forma didática a constituição da pessoa humana a partir da cooperação entre tradição teológica e contribuição secular.

¹⁴⁸ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 327

¹⁴⁹ Considerando que o homem espiritual é compreendido também por seu corpo, a expressão “carnal” neste contexto, não é no sentido de humanidade ou matéria e sim de carnalidade, uma perversão da humanidade disposta a fazer o mal.

¹⁵⁰ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 329

¹⁵¹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 303

3.4.1. Desenvolvimento teológico da personalidade

Na perspectiva grega clássica, de predomínio do dualismo, o corpo apenas particulariza a universalidade do espírito no indivíduo. É o espírito, ou o não material, que define o ser humano, sendo todo o resto, uma aparente realidade que é fruto da influência maléfica do corpo nos indivíduos. Isto coloca a construção do conceito de pessoa, não nos pais da filosofia e sim nos pais da Igreja, ou antes, nos próprios escritores bíblicos, tornando fruto da relação dialógica entre Deus e os seres humanos, sendo a construção da ideia de pessoa humana uma contribuição singular e legitimamente cristã:

O valor, a dignidade e a importância da resposta humana aparece de maneira especialmente clara em Jesus Cristo. Com efeito, toda a sua vida foi vivida na abertura-disponibilidade ao Pai e no amor-serviço aos irmãos. E a partir desta existência relacional de Jesus Cristo que as comunidades cristãs irão percebendo o que significa o valor e a dignidade de cada ser humano concreto. É esta experiência do ser humano (vivida de maneira plena por Jesus Cristo), como ser de diálogo-relação, que está na base do que a Igreja entende por pessoa.¹⁵²

Sob essa perspectiva, García busca estabelecer o desenvolvimento do conceito de pessoa mediante diálogo crítico com os conceitos gregos de *persona* e *prosópon*¹⁵³. Este foi um termo utilizado pelos estoicos para designar os “papéis sociais” que cada indivíduo precisa representar em sua vida, sendo como algo exterior que lhe seria acrescentado. Segundo García Rubio, tais termos na verdade representavam uma oposição de características boas e ruins.

Se por um lado, apresentam o ser humano de maneira relacional e dialógica, por outro, demasiadamente extrínseco. Razão pela qual, o termo *hipóstases*(suporte) foi utilizado recorrentemente pelos pais da Igreja e na tradução latina foi substituída progressivamente por *substantia* e *subistentia*. Assim, conforme sua evolução semântica, *persona* recebe o significado de *subistentia* mas sem desaparecer o seu significado de relação.¹⁵⁴

A teologia clássica, mediante a influência do pensamento grego, desenvolve um conceito de pessoa abstrato e estático, quando Boécio afirma que

¹⁵² GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 305

¹⁵³ Expressões em latim e grego, respectivamente, que significam as máscaras usadas no teatro grego, bem como o rosto humano.

¹⁵⁴ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 306

“pessoa é a substância individual de natureza racional” focalizando no “ser”, conceito adotado ainda por Tomás de Aquino e correlacionado às três pessoas divinas. As definições e características da pessoa segundo a patrística e cujo pensamento caminhou até a teologia medieval são estruturadas em três aspectos básicos:

1a) a “inseidade”, quer dizer a pessoa é independente (não é “*in alio*”, mas *in se*, subsiste “em si e para si”). O que implica a dimensão de subsistencialidade própria da pessoa;

2a) o caráter único e irrepetível de cada pessoa singular. Uma pessoa não pode ser suprida por outra;

3a) pela sua natureza espiritual a pessoa não fica fechada em si própria, antes está aberta à realidade toda, ao horizonte ilimitado do ser.¹⁵⁵

Dessa forma, o pensamento moderno traz uma importante distinção acerca da pessoa humana, uma vez que é patente a valorização do caráter dinâmico, histórico e funcional que constituem as dimensões fundamentais da descrição de pessoa na modernidade.

3.4.2. Pessoaalidade: dimensões fundamentais

Nosso autor não busca produzir uma nova proposta de constituição da pessoa humana, mas trazer uma descrição teológica contemporânea e contextualizada, destacando os dois aspectos básicos constitutivos do ser pessoal: a interiorização ou imanência e a abertura ou transcendência.¹⁵⁶

A dimensão da imanência ou interiorização diz respeito à pessoa centrada em si e orientada à própria interioridade e que produzirá como característica a *auto possessão*. Em outras palavras, o auto pertencimento da pessoa em relação a ela mesma, sua autonomia, o que deslegitima qualquer tentativa de supressão da autonomia humana. Toda e qualquer ação neste sentido é agir contra o ser pessoal.

Como segunda característica, essa dimensão é compreendida por possuir *liberdade e responsabilidade*. Cada pessoa tem a possibilidade e a capacidade de escolher valores e princípios por si, sendo um desdobramento de seu próprio processo de amadurecimento pessoal, com volição, responsabilização e consequências de cada escolha. O desrespeito a esta liberdade alheia instaura uma

¹⁵⁵ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 307

¹⁵⁶ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 308

desumanização atroz que deve ser rejeitada, quer seja produzida por indivíduos, sistemas ou ideologias.¹⁵⁷

A imanência traz consigo uma terceira característica: “perseidade”, a auto finalidade de cada pessoa. Trata-se da necessidade de realização interior própria, objetando-se aos relacionamentos pragmáticos e utilitaristas e à objetificação dos indivíduos, visto que usar alguém para atingir uma finalidade também é uma ação desumanizadora, pois as pessoas devem viver em função do Deus-Ágape, resgatando sua identidade e finalidade.¹⁵⁸

Alfonso García afirma que estes elementos constituem os aspectos básicos da dimensão de imanência própria à cada pessoa, justificando a dignidade, valor e sentido a cada pessoa na terra. Como já vimos nesse trabalho e que também será objeto de melhor análise no próximo capítulo, ao longo da história, projetos humanos de poder e dominação produziram profunda desconstrução identitária e afirmação de superioridade de determinadas pessoas em detrimento de outras, em função de sua religião, nacionalidade, etnia, condição socioeconômica e outros injustificáveis argumentos. Nada pode fundamentar a desvalorização do propósito da pessoa humana, devendo ser essa uma luta aguerrida da Igreja:

Da dignidade ontológica da pessoa brota uma crítica radical contra as múltiplas formas antigas e modernas de escravidão, de manipulação e de instrumentalização de pessoas concretas, de grupos sociais e de povos igualmente concretos. Mais ainda, os atentados contra a dignidade do ser humano que certamente desumanizam a pessoa escravizada, manipulada e instrumentalizada, também desumanizam aqueles que escravizam, manipulam e coisificam outros seres humanos. As relações de dominação, escravização, por mais que se apresentem às vezes em nome de sublimes ideais, desumanizam a todos os envolvidos nelas. Isto levanta um questionamento muito duro e severo em face de sistemas e de estruturas que instauram e perpetuam relações de dominação e de manipulação coisificantes. Certamente, a indignação que provocam não deve ser um exercício retórico, antes deve implicar compromisso por outro tipo de sociedade e de estruturas que estejam a serviço e não obstaculizem a humanização do homem.¹⁵⁹

Padre García afirma ainda que a grandeza da dignidade da pessoa humana é manifestada justamente por seu caráter pessoal, que é único, insubstituível, irrepetível e merecedor de todo respeito.¹⁶⁰ Tamanha é a importância dessa reflexão, que no cenário brasileiro, com o advento da Constituição federal promulgada em

¹⁵⁷ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 308

¹⁵⁸ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 308

¹⁵⁹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 309

¹⁶⁰ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 309

1988, a mesma ganha previsibilidade legal com o princípio da dignidade da pessoa humana¹⁶¹ que respalda o próprio ordenamento jurídico brasileiro e que após a segunda guerra mundial passou a ser progressivamente adotado em todas as democracias e países comprometidos com a manutenção da paz e com a valorização da vida humana. Embora tais dimensões sejam fundamentais, não são exaustivas no tocante à formação do indivíduo e que foram desenvolvidos à luz do pensamento moderno.

Podemos perceber ainda a dimensão de abertura ou transcendência. Assim como a pessoa é chamada a ser ela mesma e ter auto disposição, a dimensão de interioridade de forma alguma deve ser compreendida como isolamento, ao contrário, a auto transcendência é fundamental para a constituição do indivíduo como pessoa. Apenas na relação com os demais é que experimentamos a completude pessoal. Essa transcendência pode ser percebida na relação de “abertura ao mundo”, pois somos partes dele, criaturas em uma sociedade de criaturas que devem experimentar uma solidariedade fundamental, na qual cada um é chamado para melhorar o mundo no qual está inserido. A criação não tem como finalidade sua manipulação e exploração pelo ser humano, sendo necessária uma postura contrária ao materialismo instrumental vigente, ao menos desde a revolução industrial, e também contrária ao idealismo separador da pessoa e do mundo ao seu redor.¹⁶²

A transcendência também se manifesta em relação aos outros e a Deus. Segundo García, “sair-se de si para o encontro é constitutivo da pessoa”¹⁶³ pois a liberdade, a autonomia e a auto finalidade são experimentadas apenas no diálogo interpessoal. Quanto à abertura a Deus, essa se apresenta como o mais fundamental entre os aspectos da pessoa. Conforme veremos adiante, é o que a própria revelação contida nas sagradas Escrituras apresenta, sendo uma relação dialógica com Deus,

¹⁶¹ O princípio da dignidade da pessoa humana é um conceito filosófico e abstrato que determina o valor inerente da moralidade, espiritualidade e honra de todo o ser humano, independente da sua condição perante a circunstância dada. É um princípio fortemente influenciado pelo pensamento iluminista dos séculos XVII e XVIII. Portanto, influenciou o pensamento dos intelectuais da época e até a constituição de países que passaram por revoluções burguesas no período, como a França e os Estados Unidos da América.

¹⁶² GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 310

¹⁶³ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 311

única e exclusiva, nos convertendo de meros indivíduos para pessoas e que apenas o ser humano pode experimentá-la:

Com Jesus Cristo, a valorização do homem como ser pessoal chega até um ponto inimaginável. É em Jesus Cristo que percebemos como é extraordinária a dignidade de cada ser humano concreto, isto é, de cada pessoa. Em Jesus Cristo percebemos como a pessoa se realiza: sobretudo na relação com o Tu divino, um Deus certamente com características pessoais. Decerto, a orientação para Deus é a dimensão mais íntima e radical de toda criatura. Todavia, o homem, criado à imagem de Deus, como ser pessoal, é chamado a assumir e a viver consciente e livremente a relação com Deus.”¹⁶⁴

3.4.3. Complexidade da pessoa humana

Conforme vimos, o ser humano é criado uno e sob tal prisma. O conceito de pessoa é fundamental para conseguirmos concatenar a unidade do ser humano com as dualidades existentes dentro de si, entre as dimensões básicas daquilo que constitui cada um de nós como indivíduo. Professor García propõe que essa unidade não sacrifica a dualidade em aspectos ou dimensões por ela vividas.¹⁶⁵ O autor propõe uma simultaneidade intrínseca na pessoa humana, entre as esferas corpórea e espiritual que é perceptível empiricamente por todas as pessoas no momento em que nos enxergamos como “sujeito único”¹⁶⁶ nas ações espirituais e corporais da vida.

O ser humano apresenta-se, então, como um organismo vivo em virtude de sua corporeidade, sendo um ser vivo. E mais do que isso, um organismo vivo movido pelo espírito humano, sendo a pessoa humana, necessariamente corpórea, mas não apenas isso, também não sendo apenas um instrumento da alma, como preconiza o platonismo, ou uma simples manifestação exterior, como na perspectiva cartesiana e em última análise. Em hipótese alguma, o corpo é inimigo ou opositor do espírito, sendo exatamente através do corpo, que a pessoa humana se expressa, se relaciona com os outros e com o mundo circundante. Nas palavras do professor García, “o ser humano não tem corpo, mas é corpo.”¹⁶⁷

¹⁶⁴ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 311

¹⁶⁵ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 343

¹⁶⁶ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 343
GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 345

Ademais, a corporeidade não é a única instância de existência da pessoa humana. Esta só se completa com a alma ou espírito humano, esfera que transcende as limitações corpóreas através de uma unicidade aberta a outras pessoas, inclusive o conhecimento intelectual e a própria volição, que vão produzir uma efetiva inter-relação corpórea-espiritual, evidenciando a realidade corpórea e espiritual do ser humano. Apenas com essa relação pode-se experimentar a final superação do dualismo, afinal, da mesma forma com que o ser humano “não possui um corpo”, ele também “não possui alma”, ou seja, ele é corpo e é alma concomitantemente.

O eminente padre espanhol afirma o seguinte:

“O ser humano é uma única realidade, um único ser pessoal, um único sujeito. Tanto a dimensão espiritual quanto a corpórea designam a realidade e o ser total do ser humano. Alma e corpo não são dois seres que se justapõem, antes devem ser considerados como duas notas ou princípios essenciais e fundamentais ‘da estrutura ontológica unitária que é o homem’”.¹⁶⁸

A proposta de García não é a de materializar o espírito e tampouco de espiritualizar a matéria, mas concebê-los como nas palavras de Karl Rahner, que identificava tais realidades “como momentos diversos entre si e referidos reciprocamente de modo indissolúvel, da realidade una e criada”¹⁶⁹ trazendo um paradoxo consigo. O cristão necessariamente é materialista e espiritualista, de forma concomitante e complementar, justapostas em função da própria complexidade da natureza humana.

Entretanto, importa observarmos que não existe uma adesão ao monismo¹⁷⁰ na proposta de padre Alfonso, em virtude da diversidade de aspectos constituintes do ser humano constantes nessa realidade unitária do humano concreto, resumindo-se na compreensão de que a unidade não anula a dualidade e vice-versa. Importa ressaltar também a experiência do ser humano unitário enquanto pessoa, quando a matéria e o espírito são reais na pessoa humana, sendo tal compreensão, a derradeira superação do dualismo.

¹⁶⁸ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 348

¹⁶⁹ K. Rahner, “La unidad de espíritu y materia en la comprensión de la fé cristiana”, p. 124.

¹⁷⁰ Concepção filosófica de que a realidade é constituída por um princípio fundamental elementar e no qual todos os seres existentes são redutíveis à essa própria realidade.

3.5. A pessoa humana e suas relações: a “co-humanidade”

Vimos o desenvolvimento da reflexão teológica proposta por García Rubio no tocante à própria pessoa. Entretanto, essa pessoa só experimenta a plenitude de sua existência quando coexiste com outras pessoas. A própria existência dela se fundamenta na interação e relação com as demais pessoas, inclusive, essa é a mesma análise proferida pelo próprio Criador quando da constatação sobre a solidão do homem no jardim do Éden: “Não é bom que o homem esteja sozinho. Farei alguém que o ajude e o complete”.¹⁷¹ Ao que parece, essa objeção ao isolamento transcende o relacionamento entre os dois humanos ali descritos e estabelece um padrão para a humanidade: a humanidade relacional.

O desenvolvimento humano está atrelado ao amálgama de relações, trocas, colaborações, desafetos, amizades e inimizades e toda a sorte de experiência que apenas pode se experimentar na coletividade. É uma questão de dependência, muito mais do que uma mera escolha. Essa relação com os outros que nos faz tomar consciência da singularidade que nos é peculiar e deve ser preocupação dos discípulos de Cristo. Neste sentido, a própria *Gaudium et spes* nos orienta:

Entre os principais aspectos do mundo atual conta-se a multiplicação das relações entre os homens, cujo desenvolvimento é muito favorecido pelos progressos técnicos hodiernos. Todavia, o diálogo fraterno entre os homens não se realiza ao nível destes progressos, mas ao nível mais profundo da comunidade de pessoas, a qual exige o mútuo respeito da sua plena dignidade espiritual. A revelação cristã favorece poderosamente esta comunhão entre as pessoas, ao mesmo tempo que nos leva a uma compreensão mais profunda das leis da vida social que o Criador inscreveu na natureza espiritual e moral do homem.¹⁷²

Em que pese a relação com o Criador ser o aspecto mais impressionante e significativo da criação humana, importa considerarmos que o ser humano é criado por Deus, mas também para Deus. Isso nos leva à funcionalidade do ser humano, e Padre García encontra o cumprimento desta função a partir da influência de Karl Barth e do conceito da relação “eu e tu” como expressão do propósito de nossa própria criação.¹⁷³ A partir da semelhança entre a humanidade de Cristo e nossa própria humanidade, Barth sinaliza a coexistência e a co-humanidade como características intrínsecas da própria constituição humana, posto que sem os outros,

¹⁷¹ Gênesis 2,18

¹⁷² CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, 1997, §§ n.23

¹⁷³ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 448

o ser humano se desumanizaria e a própria moral cristã nos direciona ao amor e serviço para o próximo, notadamente para os mais fracos.¹⁷⁴

Como frutos da modernidade, o antropocentrismo unilateral e o subjetivismo têm produzido efeitos danosos nas relações interpessoais, pois o foco é o isolamento e não o compartilhamento. O sujeito se isola dos demais e consolida uma antropologia individualista que será guiada pelo desejo de dominação e exploração dos demais, conforme já abordamos no recorte histórico explorado no primeiro capítulo. Para García, o abandono do próximo é a desonra do ser humano pois distorce o caráter de Deus, e o encontro é a única maneira pela qual esse ser humano pode experimentar a humanidade em plural, condição vital para sermos pessoas no sentido pleno. Nesta direção, a real aplicação do conceito de “eu” e “tu” é o reconhecimento do outro como alguém semelhante, pois conversamos e falamos um para o outro¹⁷⁵ e não sobre o outro ou a partir do outro, evitando a “coisificação” das pessoas e conseqüentemente um utilitarismo relacional.

A respeito do encontro entre os iguais, este significa o mútuo olhar que nos permite enxergar o outro como um ser humano e se permitir ser visto da mesma forma, unindo os seres humanos em um “protagonismo solidário” no qual há a valorização do indivíduo e do próximo de forma concomitante. Além do aspecto visual, o encontro permite a oitiva do próximo. Através da palavra, eu posso alcançar aquilo que uma imagem distorcida pode ter expressado de forma equivocada. Tão fundamental quanto ouvir o outro é permitir ao outro que desfrute do direito de ser ouvido.¹⁷⁶

García se preocupa em ressaltar um aspecto das relações humanas que não pode ser negligenciado, especialmente pela Igreja, que é o encontro com o pobre, desprezado e marginalizado, o que tem sua humanidade negada pelos demais “humanos”:

Encontro com a pessoa concreta do empobrecido com seu rosto desfigurado, com sua humanidade negada. Encontro vivido, por uma parte, no respeito e na delicadeza manifestados no “ver” e no deixar “ser visto” humanamente, no “ouvir” e no “falar” humanos, na ajuda oferecida e recebida para enfrentar a situação miserável em que o outro se encontra, no assumir voluntariamente estar com e junto a ele na caminhada para a humanização- libertação. Encontro que leva a superar todo assistencialismo míope, surdo

¹⁷⁴ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 448

¹⁷⁵ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 451

¹⁷⁶ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 452

e mudo, porque incapaz de aceitar a interpelação tão real proveniente do rosto do pobre com seu poder radical de desinstalar. Encontro vivido, por outra parte, na indignação provocada pela injustiça, pela dominação, pela mentira e cegueira que tomam possíveis esta desfiguração desta pessoa concreta¹⁷⁷

Há ainda outras duas dimensões do encontro, que são o “ajudar” e o “ser com”. A primeira é um apelo mútuo à ação humana, que é caracterizada por ser aquela em que o outro é ajudado, pois não existe decisão humana que possa prescindir da obrigação de ajudar os demais, e se assim for, tal ação, ainda que pretensamente humanitária, não terá nada de humana. Quanto à segunda dimensão, está pautada na volição humana de aceitar que a necessidade da co-humanidade não é acidental, mas expressão do ato divino da criação que almejava nossa existência em comum. Em outras palavras, é desenvolver externamente aquilo que internamente já é uma realidade, dependemos e devemos viver em humanidade.¹⁷⁸ A co-humanidade passa a constituir aspecto vital na transcendência humana, pois é a expressão humana da decisão e do diálogo estabelecidos com o Criador em nível horizontal, sendo por si, uma superação do “eu” personalista e individualista.

3.5.1. A pessoa humana e sua dimensão sociopolítica

A significativa obra de García Rubio traz consigo uma abordagem que não busca apenas um sentido na relação do ser humano consigo e com os outros, mas também com o Estado, inclusive como desdobramento da própria relação “eu-tu” abordada anteriormente e como aplicação da sociabilidade e conseqüentemente da política através da co-humanidade. A própria máxima aristotélica de que o ser humano é um “ser social” traz consigo a importância de se observar a dimensão política em uma perspectiva antropológica. Visto que o ser social é político e esse mesmo ser também é humano, logo, tal abordagem não poderia ser ignorada pela antropologia teológica, e que para o nosso autor, pode ser trabalhada mediante o seguinte conceito:

Suposta uma perspectiva axiológica, pode-se responder afirmando que com a política procura-se “uma forma de convivência entre indivíduos, grupos, nações, que ofereça condições para a realização do bem comum”. Por bem comum entendemos “o conjunto de condições concretas que permitem a todos atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana.¹⁷⁹

¹⁷⁷ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 456

¹⁷⁸ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 454

¹⁷⁹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 493

3.5.2. A dimensão sociopolítica do ser humano no Antigo Testamento

Assim como a própria constituição humana, a perspectiva política sob o prisma da antropologia teológica também passa pelo progressivo processo de revelação iniciado através do Antigo Testamento, cujo próprio relacionamento com Yahweh é mediado por pessoas, líderes que desempenhavam papel político para a comunidade de Israel e inclusive na relação com comunidades vizinhas. Garcia cita a experiência fundante de Israel, constante do êxodo do Egito como uma libertação espiritual, mas também política, que em suas palavras denominou como “uma libertação política no contexto de uma libertação religiosa”.¹⁸⁰

A relação entre religião e política se fez presente inequivocamente a partir de então. No período dos juízes, passando pela monarquia e até mesmo a função profética continha dimensões políticas em sua constituição. Inclusive no período do judaísmo do segundo templo, se faz presente a ação política entre os sacerdotes e líderes judeus e os imperadores e reis que mantinham relação com Israel. Rubio¹⁸¹ destaca que mesmo dentro da dimensão política, os crentes não poderiam prescindir da consciência do senhorio de Deus sobre suas vidas e sobre a nação. Nisto a razão pela qual o Rei de Israel nunca foi considerado divino ou exerceu um poder absoluto e inquestionável, pois isso desencadearia em idolatria. Afinal toda divinização de qualquer coisa que não seja o próprio Deus, incluindo o Rei ou o próprio Estado, é idolatria e uma forma de desumanização do ser humano.

A própria dimensão escatológica presente no Antigo Testamento tem forte cunho político, pois a salvação ofertada por Deus atinge todas as dimensões do ser humano, inclusive a sociopolítica. Isto leva a uma imperiosa necessidade de converter e transformar as estruturas sociais, políticas e econômicas do mundo, sendo fortemente desejadas pela escatologia deste período, um novo mundo, de fraternidade, de solidariedade e paz. A esperança messiânica não era exclusivamente política, mas fortemente impactada por ela.

Ainda podemos observar a dimensão política do ser humano no próprio episódio da criação. Adão e Eva tinham como responsabilidade a administração de

¹⁸⁰ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 494

¹⁸¹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 495

todo o mundo criado, que lhes era acessível. Tal administração visava o bem comum da humanidade, sendo naquele momento, toda a humanidade responsável pela gestão do mundo criado. Para García, há uma vigorosa crítica aos sistemas que furtam tal responsabilidade de cada ser humano, terceirizando-a para uma minoria que decidirá os rumos das coisas, como vemos:

Toda organização social, política e econômica que prive desta responsabilidade a homens e mulheres concretos, colocando-a apenas em mãos de uma minoria (classe ou grupo dominante, burocracia, tecnocracia), contradiz o desígnio criador de Deus e constitui um atentado contra a dignidade do homem criado à imagem de Deus. A teologia da criação contém, assim, uma crítica radical contra os sistemas, estruturas e situações que impedem ou obstaculizam o desenvolvimento da responsabilidade do homem.¹⁸²

A visão unitária do ser humano descrita na narrativa de gênesis integra a dimensão política com as demais dimensões do ser humano, produzindo entre estas uma relação de complementariedade e não de negação ou oposição.

3.5.3. A dimensão sociopolítica do ser humano no Novo Testamento

Percorrendo o caminho da revelação divina ao seu povo, chegamos às páginas do Novo Testamento, de onde podemos extrair os desdobramentos da nova aliança de Cristo também no campo da política. A leitura dos textos e fundamentos ali constantes precisa ser interpretada considerando seus elementos culturais e contextuais sob risco de uma leitura anacrônica. O comportamento do cristão diante da política é trabalhado por García Rubio de forma paralela ao desenvolvimento da própria história cristã. O autor exemplifica com o texto constante no Evangelho de Marcos a relação de Jesus com a tributação exercida pelos romanos:

Mais tarde, os líderes enviaram alguns fariseus e membros do partido de Herodes com o objetivo de levar Jesus a dizer algo que desse motivo para o prenderem. Disseram: “Mestre, sabemos como o senhor é honesto. É imparcial e não demonstra favoritismo. Ensina o caminho de Deus de acordo com a verdade. Agora, diga-nos: É certo pagar impostos a César ou não? Devemos pagar ou não?”.

Jesus percebeu a hipocrisia deles e disse: “Por que vocês tentam me apanhar numa armadilha? Mostrem-me uma moeda de prata, e eu lhes direi”. Quando lhe deram a moeda, ele disse: “De quem são a imagem e o título nela gravados?”.

“De César”, responderam.

“Então deem a César o que pertence a César, e deem a Deus o que pertence a Deus”, disse ele.¹⁸³

¹⁸² GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 499

¹⁸³ Marcos 12,13-16

Para Cristo, o Estado tem valor e encontra-se sedimentado em um tempo-lugar na história e é importante para a sociedade, não podendo ter valor absoluto, antes, relativizado diante da necessidade de obedecer a Deus, pois esta é superior àquela. Dentro de seus próprios limites, o Estado deve ser obedecido e respeitado, porém ao exceder seu papel e promover uma “divinização” de si, deve ser corajosa e vigorosamente resistido pela Igreja.¹⁸⁴

No que diz respeito às comunidades cristãs no primeiro século e sua relação com o Império Romano, Garcia nos ensina que existem duas referências básicas que dialeticamente se relacionam.¹⁸⁵ A primeira perspectiva é aquela em que os cristãos cumprem com consciência plena as suas obrigações com as autoridades civis. Paulo alinha-se com Jesus no pensamento da utilidade do Estado, que não deve ser absolutizado, entretanto, respeitado e obedecido no tocante à sua atividade fim, como exemplificado no texto de Romanos 13, 1-7:

Seja todo homem submisso às autoridades que exercem o poder, pois não há autoridade a não ser por Deus e as que existem são estabelecidas por ele. Assim, aquele que se opõe à autoridade se revolta contra a ordem querida por Deus, e os rebeldes atrairão a condenação sobre si mesmos. Com efeito, os magistrados não são temíveis quando se faz o bem, mas quando se faz o mal. Queres não ter de temer a autoridade? Faze o bem e receberás os seus elogios, pois ela está a serviço de Deus para te incitar ao bem. Mas se fazes o mal, então teme. Pois não é em vão que ela traz a espada: castigando, está a serviço de Deus para manifestar a sua cólera para com o malfeitor. Por isso é necessário submeter-se, não somente por temor da cólera, mas também por motivo de consciência. Este é também o motivo pelo qual pagais impostos: os que os recebem são encarregados por Deus de se dedicarem a este ofício. Dai a cada um o que lhe é devido: o imposto, as taxas, o temor, o respeito, a cada um o que lhe deveis.¹⁸⁶

O segundo referencial remonta às atitudes dos cristãos em face do Império Romano, no contexto da perseguição atroz imposta sobre a Igreja, especialmente após a quinta década do primeiro século d.C, e com a imposição do culto ao imperador que ganhou significativa força sob o governo de Nero (54 d.C – 68 d.C). A idolatria em face do governante divinizado foi o fim da cooperação entre o governo estatal como autoridade instituída por Deus para ser seu opositor, e que agora era instituído pelo próprio Satanás¹⁸⁷ e, que em hipótese alguma deve ser acatado pelos cristãos.

¹⁸⁴ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 500

¹⁸⁵ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 500

¹⁸⁶ Romanos 13,1-7

¹⁸⁷ Apocalipse 13,2

De toda sorte, Garcia enfatiza a necessidade de superar a visão exclusiva do aspecto espiritual da salvação e buscar em Jesus a dimensão pública e política localizada na história da salvação cristã, que perpassa a vida, morte e ressurreição de Jesus, seu senhorio sobre tudo e todos e a libertação do pecado, conforme cita o autor:

Por sua vez, o anúncio concretizado, mediante sinais, da nova realidade do mundo novo é caracterizado pela reconciliação com Deus e com os irmãos. Todo relacionamento de opressão e de dominação, todas as estruturas e sistemas que desumanizam ou impedem a humanização do homem são desmascarados como negação do Deus-Ágape e como negação do homem. A palavra, atitudes, vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo não devem ser reduzidas ao domínio do meramente privado, já que possuem uma dimensão social e política. A mesma coisa deve ser afirmada de todas as realidades fundamentais da experiência cristã: a paz, a reconciliação, o amor-serviço, a aceitação do único Senhor, a vivência da nova humanidade ou, segundo a terminologia clássica, a vida da graça.¹⁸⁸

A mensagem de Jesus sobre o Reino de Deus e seu comportamento em relação aos pobres, marginalizados e rejeitados e também sua contundente crítica aos poderosos e líderes civis e religiosos se consolidam como um paradigma comportamental para a Igreja em toda a história.

3.5.4. A relação entre Igreja e poder político

Percebemos no transcorrer da descrição da relação presente nas Escrituras, entre o ser humano e a política, grave tensão entre estes elementos, que também é compartilhada com a Igreja. Inclusive, o efeito da influência dualista, notadamente a neoplatônica, sobre o pensamento antropológico cristão, também trouxe mais complicadores para esta questão. Afinal, se há dicotomia irreconciliável entre corpo e alma, coisas terrenas como a esfera política não cabem àqueles que “são espirituais”, resultando em uma subserviência ou em um conivente silêncio da Igreja diante de abusos do poder Estatal sobre as pessoas.¹⁸⁹

O caminho proposto por padre Alfonso é o da valorização da esfera política que é capaz de se perceber como parte da sociedade e que precisa dar uma resposta aos clamores deste tempo através de uma função “crítico-libertadora”¹⁹⁰ da Igreja. Ou seja, a chave hermenêutica proposta para a reflexão política é a valorização da dimensão política da fé e da salvação cristãs, impedindo uma separação dualista

¹⁸⁸ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 529

¹⁸⁹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 530

¹⁹⁰ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 530

destas esferas. A antropologia unitária se faz presente por extensão na dimensão política humana, pois se o ser humano contém tal dimensão, a fé cristã necessariamente também a conterá. Por certo que o autor não propõe a valorização das diferenças destas questões, mas a mútua articulação que impede a redução da fé ao círculo privado e pessoal e também seu uso de forma indiscriminada como ferramenta de manipulação e politização dos crentes.

Como serva da mensagem de salvação e libertação integral do ser humano, a Igreja tem papel fundamental na sociedade. De forma institucional, deve participar do debate político de modo crítico, através de seu labor, formando e emitindo opiniões marcantes e significativas nesse cenário, acompanhada da ação cristã individual. Cada cristão, através do sufrágio ou da participação efetiva na vida pública, deve exercer sua ação política sem se esquecer de sua vocação e compromisso espirituais.

3.6. A pessoa humana e o meio ambiente: a crise ecológica

Um dos aspectos mais negligenciados da questão antropológica pela Igreja é exatamente a questão ecológica. Ao contrário do que alguns possam alegar, a criação é parte fundamental e indissociável do ser humano e deve ser objeto de interesse da teologia cristã.

A reflexão sobre o papel da criação também foi objeto de pesquisa e ensino do professor García Rubio, especialmente em função da crítica que repousa sobre a humanidade e também sobre a Igreja, em função da construção de uma teologia arrogante em relação ao meio ambiente. Entre os inúmeros problemas encontrados no mundo, a superpopulação e a escassez de alimentos, o açodamento do consumo das reservas naturais, o armamentismo e a poluição notabilizam-se de forma significativa e apresentam-se de forma interligada como sintomas de um mal latente que repousa na maneira com que nos relacionamos com a natureza e o mundo criado.¹⁹¹

A falsa percepção de que o ser humano exerce um domínio irrestrito e absoluto sobre a criação tem produzido incontáveis prejuízos para a própria humanidade. O ser humano, de acordo com a narrativa bíblica, foi nomeado como

¹⁹¹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 534

“dominador”¹⁹² do mundo criado, entretanto, essa denominação está relacionada ao domínio representativo do próprio Deus e não ao espoliamento irracional da criação e seus recursos para a satisfação das necessidades humanas, conforme preconizado desde o período da revolução industrial, quando este domínio abusivo beneficia uma minoria e aumenta os abismos da desigualdade e exploração. O fundamento de tal mentalidade está ligado a um subjetivismo antropológico dualista que deturpa também a relação com o mundo criado, considerando que este não deve ser preocupação da espiritualidade, por ser material.

Segundo García, um dos desafios da teologia é identificar a presença do pecado na crise ecológica que resulta na alienação de Deus, do outro e da criação, de modo que a salvação do ser humano não pode ser dissociada da salvação do meio ambiente:

Sociedade desumana e destruição da natureza aparecem, aos olhos da fé cristã, como duas ramificações de um tronco comum: o afastamento do ser humano, dominado pela “vontade de poder”, da relação dialógica com Deus criador- salvador. As teologias políticas (...) dariam provas de grande miopia se não percebessem e se não se aprofundassem nesta dupla vertente de um problema básico da humanidade atual. Se a sociedade opressora e manipuladora deve ser combatida, na medida em que contraria o plano divino sobre a humanização real de cada ser humano concreto, concomitantemente devem ser combatidas as formas abusivas, meramente mecanicistas e suicidas de se relacionar o homem com o meio ambiente.¹⁹³

O desenvolvimento pautado apenas em aspectos financeiros e econômicos é produto do antropocentrismo obtuso e que não pode ser ignorado sob o ponto de vista antropológico. É de impressionante contradição que não percebamos a íntima correlação do ser humano com o ambiente que o circunda, em complexa rede de relações, inclusive entre sociedade e meio ambiente, pois, o ser humano vive em sociedade e a sociedade em um meio ambiente. Se o ser humano destrói e expropria o meio ambiente, em última análise, o faz consigo mesmo.

3.6.1. A contribuição da antropologia integradora para superação da crise

A teologia precisa dialogar com o mundo que a cerca, e importa sinalizar sua contribuição para o benefício da coletividade. Em especial, uma antropologia integradora propõe que a teologia da criação é aliada do progresso científico sustentável e que possa ser ferramenta do domínio responsável sobre a criação. Não

¹⁹² Gênesis 1,26-28

¹⁹³ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 551

existe uma libertação do ser humano que seja feita em dissonância do universo criado, pois o ser humano faz parte desse mundo criado, sem o qual não seria integrado de fato.¹⁹⁴ A contribuição de uma leitura antropológica integradora, repousa na demonstração da intimidade relacional entre Deus e o ser humano, entre os próprios seres humanos e entre os homens e a criação. O ser humano fechado em si não consegue perceber a necessidade de se preservar e lutar pelo meio ambiente, e deve ser alvo da pregação do evangelho para que seja possível a libertação do pecado que submete todo o mundo criado.

O fim da perspectiva de domínio unilateral demanda uma nova orientação teológica. O indivíduo não pode mais ser dono do mundo e sim administrador. Afinal, a criação é um presente do Criador para que o ser humano possa desfrutar de uma vida com tudo o que é necessário para sua subsistência, felicidade e realização. Esse ser humano integral está totalmente vinculado com o ambiente que o constitui.

3.6.2. O resgate da perspectiva simbólico-sacramental do mundo

O cenário preocupante do meio ambiente importa na valorização do mundo criado sob uma perspectiva simbólico-sacramental. O mundo, a fauna, a flora, tudo do que nos servimos não podem ser reduzidos a uma perspectiva utilitarista, mas são de uma profundidade simbólica ímpar, pois são presentes do amor criador de Deus e representam esse amor através de nossa interação com elas. A contemplação, respeito e gratidão em relação ao que foi criado são maneiras de compreender o mundo de forma benéfica.

De acordo com García, existem duas tradições interpretativas a respeito da fé na criação, conhecidas como hermenêutica proclamativa e manifestativa. A primeira, enxerga no Antigo Testamento a salvação como centralidade da mensagem, de modo que a criação deve ser percebida como um meio para a salvação, sendo o início desta. Já a linha manifestativa valoriza a Palavra e o compromisso com a ética divina e a criação possui uma consistência própria, não é apenas objeto para o proveito humano.¹⁹⁵ Tal visão focaliza o ser humano como

¹⁹⁴ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 569

¹⁹⁵ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 554

participante do cosmo e unido ao mundo criado, sendo sua própria salvação ligada à salvação do cosmo e presente com maior vigor nas páginas do Novo Testamento.

Assim, o cosmo passa a possuir um valor de reflexão e manifestação que deve levar todos os seres humanos ao desenvolvimento de sensibilidade, empatia e interesse por toda a forma de vida, especialmente por estarmos diante de um mundo tão repleto de símbolos do amor e graça do Criador. A integração humanizadora de García Rubio perpassa a integração do ser humano com todas as outras criaturas e ultimamente com o Criador, através da ação mediadora de Jesus, descrita pelo autor:

No início, continuação e consumação do mundo, está sempre atuando a ação criadora amorosa divina, mais especificamente, o mistério de Jesus Cristo. Um cosmos assim penetrado da ação do Deus pessoal e dotado de uma dimensão cristológica tão radical não pode ser reduzido a mero instrumento para proveito do homem. A mensagem bíblica da administração responsável da natureza deve estar acompanhada do respeito, da admiração e da ação de graças, diante de um mundo rico de conteúdo simbólico-teológico.¹⁹⁶

Considerações finais

A antropologia desenvolvida pelo nazismo foi importante para o estabelecimento de seu poder e dominação sobre a sociedade alemã e significativa parcela da Igreja em seu tempo. Como parte fundamental desse pensamento antropológico dualista, a dissociação dos deveres do alemão como membro do partido nazista ou participante do regime e como cristão possibilitou que, homens e mulheres que ao mesmo tempo confessavam a fé cristã permanecessem silentes diante do assassinato de vizinhos, amigos e até mesmo parentes. Diante da problemática levantada até aqui, nos resta identificar os erros e abusos do pensamento nazista e sua formatação teórica a partir da oposição feita pela Igreja confessante, expressamente através da declaração de Barmen e também sob a perspectiva antropológica de García Rubio.

Ao levar em consideração a monumental contribuição das obras de García Rubio, podemos não apenas ver os elementos constantes da antropologia teológica expressa no documento de Barmen, mas também em explicitar a relevância das obras e ensinamentos de Padre Alfonso. Ainda que nos seja impossível condensar toda riqueza de sua obra neste trabalho, entendemos que os pontos levantados são

¹⁹⁶ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 555

suficientes para apresentar um panorama bíblico e teológico de seu pensamento e produção.

No próximo capítulo abordaremos a oposição e superação do pensamento antropológico nazista, e a possibilidade de conexão do pensamento de García Rubio com a antropologia da Igreja confessante constante na declaração de Barmen, bem como ressaltaremos similaridades do cenário da década de 30 do século XX na Alemanha e suas virtuais consequências no contexto hodierno.

Capítulo 4: Caminhos de superação da antropologia nazista: inter-relações entre a declaração teológica de Barmen e a antropologia integradora de García Rubio

Considerações iniciais

Podemos perceber ao longo dos capítulos anteriores, que a proposta antropológica subjacente na ideologia nazista é diametralmente oposta à antropologia cristã, segundo o autor escolhido, García Rubio. Naquela, há a desvalorização do humano e da criação, a influência nociva do darwinismo social e o processo de desumanização dos indesejáveis. Por outro lado, nesta perspectiva, há a valorização do humano e da natureza criada, expressão da bondade e cuidado do Criador, bem como a firme defesa da antropologia integradora.

Foi visto também que, em meio à influência do nazismo, levanta-se uma nova proposta antropológica produzida pela Igreja confessante, registrada na declaração teológica de Barmen e que visa combater a equivocada antropologia ariana e que, com todo o cuidado para evitarmos uma leitura anacrônica, caminha pelas sendas da antropologia teológica moderna, com autores como K. Barth. Hoje, é possível perceber interfaces entre aquela declaração e a antropologia teológica contemporânea (e pós-Concílio Vaticano II, na teologia católica), aqui demonstrada através da obra de García Rubio, identificando que ambos foram derivados de uma interpretação fiel das Escrituras, alinhadas ao seu tempo e ao propósito de sua escrita.

Dessa forma, no presente capítulo encontraremos os pontos de divergência levantados tanto pela declaração de Barmen quanto pelos ensinamentos do Padre García em relação aos conceitos antropológicos mais significativos dos teóricos nazistas, a saber: darwinismo social, sangue e comunidade racial e a ideia de solo e espaço vital. A tríade antropológica do pensamento do *Reich* é frontalmente condenada pelas Escrituras, e conforme os ensinamentos de García Rubio, a igualdade em Cristo supera a segregação, a humanização integradora que evolui com as diferenças e a importância da co-humanidade e a Integração com a criação como será demonstrado a seguir.

Ademais, objetivamos ainda, refletir brevemente sobre o ressurgimento de leituras antropológicas semelhantes à da Alemanha antissemita das décadas de trinta e quarenta do século passado em tempos hodiernos, inclusive no cenário evangélico brasileiro, configurando um preocupante cenário, que deve ser observado pela Igreja com bastante preocupação e engajamento teológico, político e social.

4.1. Pontos de convergência entre a Declaração de Barmen e a antropologia integradora de García Rubio

A partir da pesquisa feita nos capítulos anteriores, podemos perceber que existem pontos de convergência que não podem ser obliterados em nossa análise da Declaração teológica de Barmen sob o prisma da antropologia integradora proposta por mestre García. Elementos como a valorização da personalidade, da importância de cada e de todo ser humano, a necessidade de cooperação entre os homens, a dimensão sociopolítica, a relação entre a Igreja e o Estado e até mesmo o bom uso dos recursos naturais são pontos que são fundamentais nas obras do professor espanhol e que se observados cuidadosamente, encontram-se presentes nas corajosas teses resultantes do sínodo de Barmen. Tais convergências notabilizam-se por combaterem outras perspectivas antropológicas que trouxeram inegáveis malefícios ao ser humano, à Igreja e à própria criação, por isso, passam a ser objeto de nossa análise.

4.1.1 A igualdade entre os seres humanos em superação ao darwinismo social

Conforme se depreende do primeiro capítulo¹⁹⁷, o grande pressuposto antropológico do movimento nazista é o conceito de “darwinismo social”, que advoga uma “evolução” entre humanos. A partir desse conceito cunhou-se, progressivamente, sobre a população alemã, a crença de que eram superiores aos demais e que, portanto, não apenas teriam a opção, mas o dever de subjugar e exterminar os mais débeis, passando a promover um processo de “purificação” da raça e da cultura germânicas.

¹⁹⁷ Cf. tópico 2.1.2

A Igreja confessante, quando da sua oposição formal ao regime nazista, ao documentar as teses desenvolvidas no sínodo de Barmen, tratou do tema ao explicitar na tese de número quatro, o seguinte:

A diversidade de funções na Igreja não estabelece o domínio de uma sobre a outra, mas, antes o exercício do ministério confiado e ordenado a toda a comunidade. Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, desviada deste ministério, poderia dar a si mesma ou permitir que se lhe dessem líderes especiais revestidos de poderes de mando.¹⁹⁸

Percebemos que a Igreja reunida em Barmen, frontalmente se posiciona contra todo tipo de preconceito, xenofobia, racismo ou abjeções semelhantes, mesmo que isso lhe custasse a liberdade e em muitos casos a própria vida. Assim como o Criador não demonstra parcialidade ou favoritismo, nós, sua Igreja, não podemos adotar tais pensamentos. A criação do ser humano “à imagem e semelhança de Deus”¹⁹⁹ é o princípio basilar deste entendimento, todos somos expressão da criatividade divina e devemos ser propagadores do amor que motivou a própria criação do ser humano.

Além do aspecto representativo, a argumentação de Barmen está em consonância com a orientação paulina sobre a igualdade em Cristo. Não podemos pensar em seres humanos “superiores e inferiores”, pois a nova realidade da criação em Cristo Jesus nos iguala, fazendo de todos nós, parte da nova criação em Cristo Jesus, inaugurando uma nova realidade antropológica, posto que, se algo somos, é irmãos e irmãs, pois Cristo, que se faz nosso irmão, nos irmana?

Pois todos vocês são filhos de Deus por meio da fé em Cristo Jesus. Todos que foram unidos com Cristo no batismo se revestiram de Cristo. Não há mais judeu nem gentio, escravo nem livre, homem nem mulher, pois todos vocês são um em Cristo Jesus.²⁰⁰

Neste sentido, García Rubio corrobora o pensamento expresso na Declaração de Barmen ao desenvolver o conceito da nova natureza humana, criada a partir do advento histórico de Cristo Jesus. Ao contrário da mitologia ariana, advogada pelo nazismo e pela significativa parcela da Igreja alemã que aderiu aos enganos do partido, o homem ideal e sonhado como padrão para a humanidade não era alemão ou a expressão dos ideais do paganismo ou dos poetas germânicos e sim o próprio Cristo encarnado, de modo que o estabelecimento do humano perfeito, jamais serviria de justificativa para a aniquilação ou sobreposição dos ditos

¹⁹⁸ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line

¹⁹⁹ Gênesis 1,26

²⁰⁰ Gálatas 3,26-28

inferiores e sim como instrumento de resgate e salvação de todos, conforme nos ensina o próprio autor:

(...)Jesus Cristo considerado como segundo Adão era fácil passar a designá-lo como o homem novo. É o que faz Ef 2,15. Jesus Cristo é o homem sonhado, o homem que as religiões e as civilizações, sob as mais diversas formas, idealizaram. É o homem entrevisto pelos poetas e pelos místicos, o homem que o ser humano comum gostaria de ser, às vezes. Jesus Cristo responde a este anelo e o transcende. É o homem novo num sentido incomparavelmente mais rico do que o homem ousou sonhar. Homem novo, dom gratuito do amor desconcertante de Deus. Homem novo, Jesus é cabeça e início da nova humanidade. Nele, se revela a verdade do homem, aquilo que o homem é chamado a ser, segundo o desígnio divino.²⁰¹

Torna-se cristalino que o darwinismo social não pode ser considerado uma possibilidade para os que defendem uma antropologia bíblica e teologicamente equilibradas. Percebemos que em Cristo não há reforço de diferenças, mas o fim de todas as inimizades e divisões, a ressurreição de Cristo estabelece a paz e a reconciliação entre todas as pessoas.

Nas palavras de García, percebemos a aplicação equivocada do conceito evolucionista:

Para as ciências naturais, o homem é um ser vivo, pertencente ao mundo animal, especificamente ao gênero dos mamíferos, que faz o seu aparecimento no mundo como resultado de um lento processo evolutivo. Certamente não compete à teologia pronunciar-se sobre a verdade científica do evolucionismo antropológico. Mas pode e deve perguntar-se sobre a possibilidade de conciliar a visão evolutiva com a fé em Deus criador. A perspectiva evolucionista do mundo e do homem — sempre que se trata de uma evolução que não exclua a ação criadora de Deus bem com a dimensão espiritual do homem — não apresenta na atualidade problemas especiais para a fé cristã.²⁰²

Aqui resulta o grande problema interpretativo da evolução pelos teóricos ideológicos alemães. Ao extrapolar o conceito evolucionista biológico e aplica-lo às relações humanas e à sociedade, os nazistas incorreram exatamente no óbice ressaltado pelo professor García Rubio, que defende uma articulação de sentido entre a ciência evolutiva e a fé no Criador como alternativa à oposição entre os conceitos, que produz o mecanismo da seleção natural, cego, cruel, brutal e desapiadado, exata expressão do darwinismo social.²⁰³

Inclusive, causa espanto o fato de que boa parte dos teólogos e clérigos alemães tenham se permitido enganar com uma proposta de reflexão teológica tão dissonante das Sagradas Escrituras, notadamente do Novo Testamento. Ademais,

²⁰¹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 203

²⁰² GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 384

²⁰³ GARCIA RUBIO, A., AMADO, Joel Portella. Fé cristã e pensamento evolucionista, p.18

torna-se ainda mais espantoso, o fato desse movimento não ter ficado restrito àquela nação, antes, a influência do darwinismo social alcançou diversos outros países, inclusive deixando sua marca no Brasil.

Em 1923 foi criada em solo tupiniquim a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), que assim como os nazistas, passou a solicitar a esterilização sexual de doentes, a apregoar o fim da miscigenação racial e a insistir pela proibição de imigração de indivíduos “indignos” ou “não brancos”. Citamos:

A xenofobia da Liga evidenciou-se na sua insistência em criar um organismo de controle da imigração em nome da preservação eugênica dos brasileiros. (...) A Liga procurou demonstrar que os doentes mentais se constituíam basicamente de indivíduos não-brancos (negros, árabes, japoneses, chineses...) ou de brancos “menos respeitáveis”, como os portugueses. Certos tipos étnicos, como o italiano e o alemão, não eram inseridos nas estatísticas psiquiátricas, uma vez que esta inclusão poderia comprometer o ideal eugênico da Liga. Observa-se que a LBHM, no Brasil, encerra em seu âmago tanto ideias eugênicas como darwinistas sociais e racistas.²⁰⁴

O relato da realidade brasileira durante o mesmo período histórico dos eventos ocorridos na Alemanha, traduzem como a corrente do darwinismo social ganhou adeptos em todas as esferas da sociedade, notadamente na elite acadêmica e nos círculos médicos, manifestando em parte, o latente racismo ainda presente na sociedade brasileira.

Diante de tal cenário, percebemos quão contemporânea é a compreensão da proposta antropológica compartilhada, ainda que em contextos distintos, pelo sínodo de Barmen e as obras de Rubio, e que não deixam espaço para quaisquer perspectivas verticalizadas da relação humana. Inexistem superiores ou inferiores, melhores ou piores, dignos ou indignos a partir de uma seleção natural entre humanos.

Rubio traz consigo, ainda, a vanguarda do pensamento eclesial da Igreja, expresso no arrojado pontificado de Francisco, ressaltando que cabe à comunidade cristã, a responsabilidade de valorização do outro, especialmente daquele marginalizado, desvalorizado e excluído, e que nós devemos nos relacionar uns com os outros através do respeito às liberdades e às diversidades, na responsabilidade e com a finalidade de cooperação para o bem.²⁰⁵

²⁰⁴ BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e educação brasileira, p. 158

²⁰⁵CARDOSO, M^a Teresa de Freitas. Aspectos ecumênicos da Evangelium Gaudium, p. 258

Neste sentido e ainda utilizando a *Evangelii Gaudium* como parâmetro comparativo do aspecto visionário da obra de García, a professora Pedrosa-Pádua lembra que “a antropologia atual vê o ser humano como relação, e esta perspectiva permeia o pensamento do Papa em sua Exortação”, acrescentando ainda o seguinte:

Não sobrevivemos sem os outros, sem a natureza, sem o cosmos. A própria filosofia da alteridade, hoje, olha o ser humano em sua necessidade da alteridade, constitutiva de identidade. A autonomia se dá por meio do outro (Ricoeur, Levinás, Kristeva). O outro me convoca, me tira do fechamento de mim mesmo. O outro não é necessariamente uma agressão, um “inferno” (Sartre), mas graça e salvação. A autonomia não se conquista na recusa do outro, mas na relação.²⁰⁶

Percebemos que a antropologia expressa em Barmen e o pensamento antropológico de García Rubio não apenas suplantam o darwinismo social, mas juntos, reforçam um legado teológico que se apresenta como fundamento para estruturas antropológicas posteriores, servindo como um marco limitador de como deve ser a compreensão do outro, mediante uma proposta antropológica integradora.

4.1.2. A integração dos humanos em superação à ideologia de uma raça superior

Como consequência direta do darwinismo social, em que raças superiores devem sobrepular as demais, há o pensamento de que a tal “raça ariana” deveria não apenas usar as demais, mas em hipótese alguma integrar-se a elas, daí, o desenvolvimento de doutrinas ideológicas que foram travestidas de políticas públicas do Estado alemão e recebidas alegremente por parte da Igreja alemã que fora cooptada pelo partido.

Conceitos como o “*Blut und Boden*”²⁰⁷ e a promulgação de leis de erradicação das ameaças à linhagem ariana eram aplicados indiscriminadamente na sociedade e a Igreja posicionou-se contra tais ideais através do documento de Barmen. Notadamente, podemos citar em especial a tese de número cinco, que assim versa:

A Escritura nos diz que o Estado tem o dever, conforme ordem divina, de zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido, no qual também vive a Igreja, segundo o

²⁰⁶ PEDROSA-PADUA, Lúcia. O ser humano, centro da *Evangelii Gaudium*, p.138

²⁰⁷ Sangue e Solo.

padrão de julgamento e capacidade humana com emprego da intimidação e exercício da força.

(...)rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir desse modo, a missão confiada à Igreja.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja poderia e deveria, ultrapassando a sua missão específica, apropriar-se das características, dos deveres e das dignidades estatais, tornando-se assim, ela mesma, um órgão do Estado.²⁰⁸

Aqui há um desdobramento importante do combate ao regime nazista. Até então, não havia uma crítica contundente ao Estado, à estrutura estatal e seus agentes, os grandes idealizadores da máquina de extermínio nazista, afinal, o Estado era o *Führer* e o partido. Ao opor-se a ambos, a Igreja confessante deixava de militar apenas na esfera ideológica e passava a atingir a própria estrutura estatal. Um rompimento corajoso, definitivo e irremediável.

Se outrora a discussão era a respeito da ideologia de raças, agora era a aplicação dessa ideologia que era combatida. Não existiam raças superiores, não poderia existir separação entre pessoas, o Estado não poderia conduzir a nação dessa forma, isso era rejeitado pela Igreja, afinal, a diretriz da existência humana se estabelece através das divinas Escrituras e pela vida de Cristo e não através dos inflamados discursos de Nuremberg.²⁰⁹

Os teólogos de Barmen resgataram a compreensão neotestamentária de que há um limite para a obediência ao Estado, conforme narrado por Lucas, quando interpelados por seus opositores a respeito da proibição de pregarem o Evangelho, os apóstolos corajosamente responderam: “Devemos obedecer a Deus antes de qualquer autoridade humana.”²¹⁰ Tal postura sinaliza que desde a Igreja primitiva, há tensão na relação entre Igreja e Estado, e que ocasionalmente, é necessário um posicionamento firme por parte do corpo de Cristo, independente das consequências, ainda que desperte inimizades e opositores incansáveis, e que agora era repetida por outros valentes cristãos em meio à perseguição, marcando o fim de qualquer espécie de cooperação da Igreja confessante e os nazistas.

²⁰⁸ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

²⁰⁹ O comício anual em Nuremberg era a reunião máxima do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. E de lá, estabeleceu-se conjunto de leis antisemitas criadas pela Alemanha Nazista, sendo introduzidas pelo Reichstag durante o comício, em 15 de setembro de 1935.

²¹⁰ Atos 5,29

Como vimos, Karl Barth foi o grande mentor teológico da Declaração de Barmen e percebemos, em especial neste ponto, uma marca indelével de sua influência teológica. Para Barth, o foco da teologia era a comunidade de fé, então a experiência da comunidade de fé cristã precisava ser manifestada não apenas na fala, mas na prática da Igreja. É a postura da Igreja diante do mundo e em favor de todos os necessitados que demonstrará a eficácia, e a necessidade, da comunidade de fé.²¹¹

Neste caso, a comunidade de fé alemã precisava se insurgir contra um pequeno grupo que almejava instituir uma outra comunidade, alheia à de Cristo, exclusivista e alheia a qualquer afeto e valorização humana, uma oposição frontal aos ensinamentos de Cristo e à concepção antropológica cristã. Assim, ainda que considerando e respeitando as diferenças contextuais e históricas, podemos perceber similaridades importantes entre a integração humana proposta na Declaração de Barmen e a proposta por García Rubio.

Ao considerarmos que a Igreja é composta por aqueles que são nascidos de novo em Cristo, essa nova vida precisa ser experimentada nas relações interpessoais e para García, esse é o aspecto fundamental para o estabelecimento de boas relações entre as pessoas, independente das diferenças que porventura possuam. A partir da percepção do outro enquanto sujeito, dotado de razão, podemos experimentar a subjetividade que vai guiar nossas relações, tal subjetividade, quando manifesta de forma fechada, ou isolada, é contraproducente à antropologia de integração.²¹²

Enraizado na realidade da América latina, padre García dialoga com desafios diversos em espécie dos da Alemanha nazista, mas muito próximos do ponto de vista dos efeitos. Com uma realidade ditatorial bem semelhante, todos os países da parte sul do continente americano passaram por períodos de regimes ditatoriais, que moldaram muito do pensamento antropológico dos seus governantes e do senso comum, produzindo um caminho de desumanização.

4.1.3. A humanização como caminho de integração

²¹¹ BARTH, Karl. Introdução à teologia evangélica, p. 32

²¹² GARCIA RUBIO, A. Salvação cristã: salvos de quê e para quê? p. 141

Segundo García, o otimismo antropológico²¹³ presente na Europa e herdeiro do iluminismo, e que parecia presente em todas as esferas da vida humana, não passou de mera ilusão, comprovada pelo catastrófico cenário que se seguiria. O caminho de desumanização neste cenário, começa no início do século XX e possui relação direta com o período histórico que é objeto de nossa pesquisa. Os avanços econômicos e sociais da Europa não foram suficientes para a garantia de sua estabilidade, a aparente luz progressista demonstrada pelo desenvolvimento jurídico, artístico e educacional foram ofuscadas pelo barbarismo do advento da primeira guerra mundial(1914-1918).²¹⁴

Há um prisma muito significativo que é exposto pelo autor, ao ressaltar que em que pese os horrores da primeira grande guerra tenham ofuscado a esperança moderna de que a civilização ocidental fosse a redentora do mundo, a incapacidade da liderança das potências europeias em encontrar soluções pacíficas para os conflitos de interesses vigentes na Europa, impossibilitou o estabelecimento do diálogo e foi o sinal para que também ocorresse o fim da paz.²¹⁵ Ademais, conforme já descrito no primeiro capítulo, os desdobramentos da primeira guerra, em especial a postura dos vencedores em espoliar e arruinar a Alemanha derrotada, especialmente os abusivos termos do tratado de Versalhes²¹⁶ formaram as condições ideais para o caos político que originou o nazismo e todo o seu ignominável legado.

Como vimos ao longo deste trabalho, a desumanização é passo fundamental para a vigência de uma cosmovisão que opõe pessoas e intenta colocar seres humanos sobre outros seres humanos. Assim, a humanização é o caminho proposto por Garcia para mitigar e posteriormente combater os efeitos de uma antropologia de exclusão e não de integração. Em que pese seja impossível a reparação plena de todos os horrores do nazismo, a mudança de mentalidade produz esperança de que outras pessoas experimentem a humanização, inclusive, segundo o autor,

²¹³ GARCIA RUBIO, A. A caminho da maturidade na experiência de Deus, p. 16

²¹⁴ GARCIA RUBIO, A. A caminho da maturidade na experiência de Deus, p. 16

²¹⁵ GARCIA RUBIO, A. A caminho da maturidade na experiência de Deus, p. 17

²¹⁶ O Tratado de Versalhes (1919) foi um tratado de paz assinado pelas potências europeias que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial. Os Alemães o classificaram como uma *diktat* (imposição). O principal ponto do tratado determinava que a Alemanha aceitasse todas as responsabilidades por causar a guerra, assumindo a culpa e consequentemente o dever de indenizar os vencedores, além de uma drástica redução de seus territórios, forças militares e independência econômica. Seu descumprimento era uma das principais pautas do partido nazista.

posteriormente, o próprio século XX foi capaz de produzir progresso no caminho de humanização:

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer o enorme progresso material alcançado, especialmente nos anos que vão de 1947 até 1973. Isto é, durante, aproximadamente um quarto de século ou um pouco mais, pôde-se constatar um extraordinário progresso e profundas mudanças econômicas, sociais e culturais.²¹⁷

Garcia reconhece ainda, que uma evidência desse progresso é o fato de que, majoritariamente, os filhos vivem em condições melhores que seus pais, aumentando ainda a consciência de injustiças sociais e a sensibilidade diante da corrupção, das questões ecológicas, evidenciando progresso nas dimensões da humanização.²¹⁸ Ele entende que o caminho da humanização passa pelo vislumbre das luzes que vão clarear a percepção do humano sobre o que é ser humano de fato e se manifestam como boa alimentação, escolaridade, comunicação, acesso à transporte e afins.

Por outro lado, o processo de humanização também passa pela percepção com aquilo que não é plenamente alcançado pelas luzes, que são as “sombras”, que se manifestam como as ambiguidades, negatividades, a parte obscura da personalidade humana, em um diálogo interessante com a psicanálise, e ao lidar com as sombras, o ser humano pode se proteger e manter o caminho de humanização. Para García, a ambiguidade não se apresenta como um problema, exceto quando, em suas próprias palavras, “acompanhada da tendência do ser humano em negar o negativo e projetar nos outros a própria negatividade.”²¹⁹

A experiência nazista trouxe a aplicação máxima desse pensamento. Ao colocar seus inimigos ideológicos, especialmente os judeus, como expressão da negatividade, sombra existencial, criou-se a ilusão de que esse ser humano não é um humano de fato, devendo ser desprezado, destruído e assim seria possível “salvar a humanidade”, quando na verdade os próprios humanos estavam em um profundo espiral de desumanização, na verdadeira sombra coletiva descrita por García.

A humanização passa ainda pelo conhecimento de si mesmo e a relação decorrente desse autoconhecimento consigo e com os outros e, especialmente para

²¹⁷ GARCIA RUBIO, A. A caminho da maturidade na experiência de Deus, p. 19

²¹⁸ GARCIA RUBIO, A. A caminho da maturidade na experiência de Deus, p.20

²¹⁹ GARCIA RUBIO, A. A caminho da maturidade na experiência de Deus, p.22

a fé cristã, no conhecimento de Jesus Cristo, que proporciona a final e sublime humanização. Não se pode falar de humanização sem considerar a obra redentora de Cristo e seu caráter integrador. Jesus é a expressão do amor divino pela humanidade e de seu acolhimento, em Cristo, a todos os seres humanos.

Não há espaço para um *reich* de exclusão a partir da implementação do Reino de Deus. Para os cristãos, o ser humano é voltado para o Criador e temos claramente nos evangelhos, o Senhor Jesus em uma ação constante de abertura, acolhimento, redenção e transformação. Com a valorização e respeito às diferenças, sem discriminações e condições prévias. A encarnação de Cristo se torna o símbolo máximo da humanização e instrumento de integração equânime de todos os povos, de todos os humanos, em todos os tempos.

4.1.4. A co-humanidade e a solidariedade como manifestações da integração entre seres humanos

Na contramão de toda a retórica de ódio e oposição vigente no mundo e especialmente presente na perspectiva antropológica de exclusão representada pelo ideário nazista, a influência de Karl Barth sobre a obra de García é perceptível quando o autor aborda a importância da solidariedade. Caminhar sozinho, em isolamento, é expressão da exclusão e por consequência, a inclusão se manifesta no caminhar comunitário, em que a pessoa humana encontra abertura em outras pessoas e o simples fato de ser pessoa traz consigo a necessidade de relação interpessoal²²⁰ com os diferentes e não apenas com aqueles que julgamos serem iguais, e de certa forma, mera expressão de nós mesmos, levando-nos ao isolamento e exclusão, ainda que acompanhados.

Muitas vezes, em função da politização, ou de eventuais polarizações exacerbadas na sociedade, inclusive na Igreja, há certo descuido nas relações pessoa-pessoa e com isso um afastamento do paradigma de co-humanidade e solidariedade estabelecido por Jesus, em que Garcia evoca o pensamento de K. Barth:

²²⁰ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 444

K. Barth aponta a coexistência e a co-humanidade concreta como a “forma fundamental” da condição humana. Uma existência isolada, separada da relação com os outros seres humanos, abstrata, não é uma vida realmente humana.²²¹

Dessa forma, a ausência dos outros desumaniza o ser humano e olhar para a experiência do nazismo e ver seu recrudescimento deve alarmar a sociedade para não se permitir ser envolvidas em ideologias, filosofias e quaisquer outras tentativas de passar por humano aquilo que não é. A humanidade só é real com o encontro e o encontro é fundamentado na liberdade de podermos escolher nos encontrar.²²²

A proposta antropológica da co-humanidade parte da premissa de que a pessoa humana é “solidária e não solitária”²²³ e a solidariedade garante que estamos no caminho certo de humanização, inclusive se considerarmos que a solidariedade é também uma característica do próprio Deus, que se solidarizou com a humanidade caída, proporcionando-lhe salvação e redenção através da humanidade de Cristo, e parece, que é exatamente através da solidariedade de uns para com os outros que compartilharemos essa salvação com as demais pessoas, através do amor-serviço solidário da fé cristã.²²⁴

De forma complementar, a co-humanidade manifesta na solidariedade é uma vital contraposição a uma perspectiva autocrática e subjetivista do “eu”, sendo lembrete perene de que a própria constituição do ser humano é coexistir com os demais, o que exige abertura, ajuda e comprometimento mútuos, uma legítima experiência de abertura ao outro e também a si mesmo.

4.2. A integração do ser humano com a criação em superação ao uso predatório dos recursos naturais

Como demonstrado no primeiro capítulo, a antropologia ariana primava por um uso predatório e exaustivo do meio ambiente em direção ao leste, características do imperialismo europeu, que ainda vigorava de certa forma, na aurora do século XX, a fim de resguardar os recursos naturais necessários para a expansão do *Reich* sobre seus inimigos. Inclusive, a questão do uso dos recursos naturais pelos alemães tornou-se ponto importantíssimo na expansão de sua ideologia nacional-

²²¹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 448

²²² GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 454

²²³ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 455

²²⁴ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 458

socialista.²²⁵ Assim, poderemos perceber como a relação dos nazistas com o meio ambiente tornou-se ferramenta de imposição política e militar e nefasto paradigma antropológico.

4.2.1. *Lebensraum*: o determinismo antropológico e geográfico como fundamento nazista para a expansão territorial e exploração dos recursos naturais

Dentro da política de desenvolvimento econômico dos nazistas, o conceito de *Lebensraum* (espaço vital) era massificado pelos líderes nazistas e aplicado dentro e fora de seu território. Na Alemanha, por exemplo, houve significativa perda de áreas cultiváveis para substituí-las por campos de treinamento militar e rodovias para o escoamento da produção bélica, bem como queda acentuada dos empregos no campo. Como comparação, a República de Weimar conseguiu produzir 57.300 novos empregos no campo e o governo nazista apenas 22.000 novas oportunidades.²²⁶ O uso das terras cultiváveis alemãs, trazia consigo a necessidade de maior expansão territorial para a produção de empregos, o uso do campo e a obtenção de recursos.

A ideia de expansão nazista para o estabelecimento do *Lebensraum* nazista é oriunda dos conceitos desenvolvidos por Friedrich Ratzel²²⁷ e surge como subproduto das perdas territoriais alemãs ao final da primeira guerra. Entre as reparações econômicas exigidas no tratado de Versalhes, a oeste de seu território, a Alemanha devolveu a região de Alsácia-Lorena à França, as cidades de Eupen e Malmedy para a Bélgica. A Dinamarca recebeu a parte norte da região de Schleswig, houve a desmilitarização da Renânia e a perda de todo o complexo industrial de Sarre.²²⁸

A Leste, a Polônia recebeu as regiões da Silésia e parte da Prússia Ocidental e a região dos Scudetos foi entregue à Tchecoslováquia. Fora da Europa, os alemães perderam todas as suas colônias na África e no Pacífico, por fim, a Alemanha

²²⁵ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 153

²²⁶ KITCHEN, Martin. O terceiro Reich: carisma e comunidade, p. 153

²²⁷ Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um geógrafo alemão e um dos principais teóricos clássicos da Geografia e o precursor da Geopolítica e do Determinismo Geográfico, que defende em sua publicação chamada “Antropogeografia”.

²²⁸ A ALEMANHA DEVIDO AO TRATADO DE VERSAILHES, 1919. Enciclopédia do holocausto, on-line.

perdeu o equivalente a 13% de seu território em solo europeu, aproximadamente 70.000 quilômetros quadrados e cerca de 10% de sua população, entre 6,5 e 7 milhões de habitantes.²²⁹ Para os nazistas, chegou a hora de recuperar este território, e conquistar todos os outros possíveis, e usar de todos os seus recursos.

Para Hitler, os conceitos de Ratzel, cuja doutrina geopolítica defendia que toda “raça ou povo com dotes civilizacionais superiores” precisaria de um grande espaço físico que suportasse seu desenvolvimento e a conquista desse “espaço vital” dependia da subjugação de povos ou raças inferiores, que eram indignos de ocupar tais territórios, levando Hitler a compreender a natureza como expressão da política e vice-versa, conforme comenta Snyder em citação analisando a obra *Mein Kampf* de Hitler:

A natureza desconhece limites políticos”, escreveu Hitler. “Ela põe forma de vida neste mundo e os deixa livres no jogo pelo poder”. Como política era natureza, e natureza era luta, não havia pensamento político possível. Essa conclusão era uma formulação extremada de um lugar-comum do século XIX segundo o qual as atividades humanas podem ser entendidas como manifestações biológicas.²³⁰

Os nazistas aplicaram prontamente os conceitos elaborados pelo *Führer*, na anexação da Alsácia e Lorena, pois a extração de carvão e ferro era fundamental para a manutenção da máquina de guerra nazista. Já nos Sudetos, a conferência de Munique²³¹ permitiu que a aplicação da política expansionista fosse dada sem dar nenhum tiro e posteriormente, a necessidade de expansão para o Leste Europeu era baseada na tentativa de transformar o Leste Europeu em uma área de exploração agrícola do II Reich.

Os habitantes de etnia eslava seriam transformados em escravos que trabalhariam a terra, indústrias, cidades e florestas seriam completamente destruídas para possibilitar a transformação dessa vasta área geográfica em área de plantio, onde o povo germânico controlaria essa força de trabalho escravo.

²²⁹ A Alemanha devido ao tratado de Versailhes, 1919. Enciclopédia do holocausto, on-line

²³⁰ SNYDER, Terra Negra – o holocausto como história e advertência, p.16

²³¹ Reunião que estabeleceu um tratado, datado de 29 de setembro de 1938, na cidade de Munique, na Alemanha, entre os líderes das maiores potências da Europa à época, Inglaterra, Itália e Alemanha, que autorizava à Alemanha o controle sobre os Sudetos, começando em 10 de outubro, e o controle efetivo do resto da Checoslováquia, desde que Hitler promettesse que esta seria a última reivindicação territorial da Alemanha.

Dessa forma, o *III Reich* não somente politizou e militarizou a natureza, mas tornou-a também um forte recurso ideológico sedimentando o conceito de *Volk*²³², além de ser um critério que o diferenciava dos indesejáveis, particularmente judeus e eslavos de modo que a *Lebensraum* no Nazismo é implementada como espaço vital, o espaço conquistado para o fornecimento de recursos naturais e trabalhadores escravos para a expansão dos mais aptos e dignos²³³, sob o prisma do darwinismo social e da concepção antropológica nazista.

Ao longo de toda a pesquisa e em especial no presente capítulo, percebemos a preocupação antropológica subjacente das afirmações teológicas de Barmen, inclusive no tocante à relação do ser humano redimido com a criação divina. Podemos, assim, perceber implicitamente, e evitando qualquer tipo de anacronismo nessa leitura, uma orientação ao cuidado com a criação divina na tese de número dois, que assim dispõe:

(...)Assim como Jesus Cristo é a certeza divina do perdão de todos os pecados, assim e também com a mesma seriedade, é a reivindicação poderosa de Deus sobre toda a nossa existência. Por seu intermédio experimentamos uma jubilosa libertação dos ímpios grilhões deste mundo, para servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas.²³⁴

Considerando que a Declaração de Barmen fora redigida por grandes teólogos, alguns dos mais notáveis do século XX, como Dietrich Bonhoeffer e Karl Barth, o uso da expressão “servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas” abrange não apenas os seres humanos, mas todas as outras criaturas. Fauna, flora e toda a vida na terra são conhecidas como a criação de Deus, mas trata-se da coletividade de sua criação.

A preocupação da Declaração de Barmen também compreendia o uso indiscriminado dos recursos naturais, a exploração do campo, a mortandade de diversas espécies de animais e destruição do próprio planeta com as manobras militares e ações expansivas em curso e iminente cenário de guerra globalizada que ocorreria poucos anos depois. Ainda que a seu modo, havia no pensamento dos teólogos de Barmen, a valorização de toda a vida na terra, inclusive como evidência da libertação que desfrutamos em Cristo.

²³² Palavra literalmente traduzida como povo, mas que no contexto nazista significava a massa que compunha a comunidade racial, detentora do poder.

²³³ Revista Franco-Brasileira de geografia (CONFINS). A Preservação da paisagem e a conservação da natureza no II Reich, on-line.

²³⁴ Portal Luteranos, A declaração teológica de Barmen, on-line.

4.2.2. A Integração do ser humano com a criação como restauração da integralidade antropológica

Assim como a Declaração de Barmen sinaliza, ainda que timidamente, sobre a importância do cuidado da criação e do envolvimento com a mesma, García Rubio aprofunda e amplia essa compreensão antropológica tão significativa ao longo de sua vasta produção teológica. De forma semelhante às preocupações percebidas na Declaração de Barmen, o autor espanhol traz um dado alarmante sobre o perigo dessa antropologia beligerante que é notória no nacional-socialismo e cujo alcance se ampliou com o desenvolvimento tecnológico:

Quando o homem comum toma consciência de que quase a metade dos cientistas e técnicos do mundo se dedicam à invenção, aperfeiçoamento e produção de armamentos, não pode deixar de ficar estarecido. E mais ainda, quando toma conhecimento da capacidade monstruosa de destruir a vida na Terra com armas nucleares que hoje uma minoria de burocratas e técnicos possui.²³⁵

Para Rubio, o cuidado com as criaturas de Deus é responsabilidade do ser humano, especialmente daquele que experimentou a nova humanidade em Jesus Cristo. O fato do ser humano ser uma criatura como as outras, entretanto, com a imagem e semelhança de Deus, traz sobre si uma condição especial diante das demais, entretanto, com um ônus que não pode ser negligenciado.

Afinal, tal condição especial não pode ser instrumento para o distanciamento do restante da criação, e sim como responsabilidade sobre si mesmo, sobre o próximo e sobre a natureza e o meio ambiente, sendo esse o fundamento da relação responsável do ser humano com o mundo criado.²³⁶

Para García, assim como para a Declaração de Barmen, não cabe uma dominação cruel e arbitrária do ser humano sobre o mundo criado, ao contrário do que se pode pensar, o ser humano não é senhor da criação, no universo existe apenas um Senhor, como o próprio Criador disse por intermédio do escrito profético de Isaías: “Eu, somente eu, sou o Senhor, e não há outro Salvador.”²³⁷

²³⁵ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 537

²³⁶ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 549

²³⁷ Isaías 43,11

Dessa forma, o papel do ser humano é de mordomo, administrador da criação, e a expectativa de Deus sobre ele é que esse papel seja exercido de maneira plena. Se a Declaração de Barmen identificava o pecado no nacional-socialismo quando o mesmo visava destruir, matar e vilipendiar as criaturas, identifica a possibilidade de redenção na relação restaurada entre o ser humano e o meio ambiente. Em suas palavras:

Aceitando a proposta do Criador, o homem toma-se administrador responsável do mundo criado, capaz de perceber o sentido profundo do conjunto do cosmos e capaz de responder ao apelo que vem do Criador e das criaturas. Mas esta resposta adequada só é possível quando o homem vive “a relação com Deus, assumindo a vocação que vem d’Ele.” E, pelo contrário, quando separado de Deus, o homem deturpa a relação com o cosmos e perde de vista o significado da criação, segundo o plano de Deus. Fechado na auto-adoração orgulhosa, e impulsionado pela vontade de poder, o ser humano perverte a relação com Deus, (...) e, concomitantemente, o relacionamento com o mundo criado. O pecado humano teve sempre estas funestas consequências. Só que hoje, com o enorme poder fornecido pelo progresso científico-técnico, o pecado, no que respeita à relação homem-meio ambiente, possui uma grande capacidade de destruição nunca antes imaginada.²³⁸

Por conseguinte, é em Cristo que a criação encontra a salvação e o ser humano também, uma vez que é parte dela. Ao contrário do que pensavam os teóricos ideológicos nazistas, não seria o fim do tratado de Versalhes ou a restauração do império alemão através da guerra e da tomada de poder, que os redimiria e os reconectaria com o mundo, tais projetos não possuem a capacidade redentora que os homens necessitam.

Para García, a antropologia integradora só se completa quando há a reintegração da relação entre os seres humanos e a criação, sendo em Cristo Jesus que as criaturas, o cosmos e a própria humanidade podem reconectar-se em harmonia, unidade e salvação.

A encarnação, morte na cruz e a ressurreição de Jesus Cristo têm, na fé do Novo Testamento, uma dimensão universal que abrange o cosmos todo. A libertação da natureza, coisificada e manipulada abusivamente pelo homem, está inseparavelmente unida com a libertação do pecado, em todas as suas dimensões, para a liberdade do amor-serviço, que inclui a administração responsável e solidária do meio ambiente.²³⁹

Assim, a antropologia de integração passa necessariamente pela relação entre o ser humano e demais criaturas, ou coletivamente, criação. Tais relações, ou inter-relações, constituem a própria natureza do ser humano. A corporeidade humana torna tangível o relacionamento e comunicação do ser humano com todas

²³⁸ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 550

²³⁹ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 551

as criaturas do mundo²⁴⁰ e a própria vida humana decorre da relação com o ambiente em que ele vive, de modo que a destruição e expropriação desse habitat traz consequências catastróficas para o próprio ser humano, não restando opção para a manutenção do ser humano, que não seja a integração com a criação a fim de manter a sua existência de forma integral, constituindo uma verdadeira antropologia integradora.

4.3. A importância da Declaração Teológica de Barmen e da antropologia integradora de García Rubio como paradigma antropológico-teológico na contemporaneidade

Ao longo de nossa pesquisa, buscamos identificar a origem do nazismo na Alemanha, suas estruturas fundamentais e os conceitos antropológicos presentes em sua construção histórica. Tal esforço visava levar à compreensão de como as ideias do partido nazista foram desdobramentos de uma leitura antropológica pautada no darwinismo social, que levou à crença infundada de uma raça superior e da exploração e expropriação de recursos naturais para levar o povo alemão, superior aos demais, ao seu destino de dominação sobre todos os povos débeis e conquista do mundo.

Infelizmente, tais fatos não estão presos às páginas dos livros de história e na lembrança de um passado que não gostaríamos de rememorar. Os milhões de mortos, a onda colossal de destruição e os efeitos nefastos das ações do Partido Nacional Socialista parecem não ter sido suficientes para nunca mais repetirmos tais erros.

A Igreja, como foi em Barmen, precisa estar na vanguarda da garantia dos direitos e da proteção dos seres humanos. O posicionamento da Igreja confessante sinalizou um limite para a promíscua relação entre Estado e Igreja e para a influência antropológica nazista na compreensão teológica e antropológica do corpo de Cristo. Ademais, além do referencial da Declaração de Barmen, o desenvolvimento da antropologia teológica, que tem em García Rubio uma contribuição particular na linha de integração antropológica, com o estabelecimento

²⁴⁰ GARCIA RUBIO, A. Unidade na pluralidade, p. 571

de uma antropologia integradora, nos ajuda a construir um novo paradigma antropológico em tempos tão incertos.

Reafirmar o valor e a importância do ser humano, das suas relações interpessoais, de sua relação consigo mesmo e com as demais criaturas e o próprio cosmos é condição fundamental para frearmos o recrudescimento de movimentos que exaltam o Nacional Socialismo, Estados e figuras fascistas e totalitárias. Tal preocupação não habita apenas o campo teórico, mas, infelizmente, começa a ser cristalizada em nossa sociedade.

4.3.1. A semelhança contextual entre a Alemanha do período nazista e a realidade brasileira atual

De modo geral, o ambiente que possibilitou a ascensão do nazismo era um ambiente de intensa insatisfação com a classe política e as políticas públicas aplicadas pela república de Weimar. Inflação crescente, desemprego, estagnação econômica, sentimento de vergonha e humilhação nas relações internacionais e frustração com os representantes eleitos. Havia a necessidade de se estabelecer um culpado e os nazistas prontamente elegeram um: os judeus.

O sociólogo espanhol, Manuel Castells, diz que o cenário econômico moderno se assemelha em muito ao da Alemanha pré-nazista:

O Estado que deve ser atacado não é aquele das máquinas de guerra, da repressão policial ou do desrespeito aos cidadãos. O Estado a ser desmontado é aquele que, segundo essa visão, concederia direitos demais - ou mesmo quaisquer direitos às pessoas ou grupos “errados”. Se o neoliberalismo desmontou o Estado de bem-estar social, a nova direita quer atacar o Estado como ente que garante direitos civis, direitos humanos.²⁴¹

Ademais, Castells firma ainda, que há exposição midiática por parte dos governos para produzir desconfiança, fomentando a crise de legitimidade que levou ao ressurgimento de governos inclinados ao totalitarismo.²⁴² No Brasil, o discurso maniqueísta de inspiração nazista inspira uma narrativa em que a “esquerda” é a fonte de todo o mal e corrupção no Brasil. Esther Gallego traz uma análise de tal metodologia midiática:

Reportagens em jornais e redes de televisão, processos judiciais, investigações policiais e boatos gerados na internet retroalimentaram-se, gerando uma nuvem de informações

²⁴¹ CASTELLS, Manuel. A crise da democracia liberal, p. 36

²⁴² CASTELLS, Manuel. A crise da democracia liberal, p.21

verdadeiras, duvidosas, ou indubitavelmente falsas que estigmatizava o PT - e, por consequência, toda a esquerda - como encarnação da desonestidade e do mal(...)²⁴³

Assim como o nacional-socialismo, os movimentos de extrema direita no Brasil, têm usado do conservadorismo como estratégia de combate ao inimigo da moralidade, o “marxismo cultural”, eivado de imoralidade e cujo escopo é promover a destruição completa da família tradicional e da religião²⁴⁴, imprimindo sobre a esquerda o estigma de propulsor da indecência, e que por isso, tudo o que for por ela produzido ou fomentado deveria ser desprezado.

O ódio passou a ser parte da plataforma eleitoral de grupos extremistas que somada à crise econômica que se agrava no Brasil nos últimos anos, produz a necessidade de um ícone que seja o salvador da nação e cuja postura possa vencer seus inimigos, no caso, o socialismo, o marxismo, o progressismo, entre outros, e tal salvador se apresenta na figura de agentes públicos com papel “messiânico”. Assim como o povo alemão via em Hitler a figura messiânica, parece que no Brasil se repete essa admiração, como vemos nesta pesquisa de campo que indicava os motivos da admiração de jovens por determinado candidato de extrema direita:

A figura de Bolsonaro também despertava profunda admiração. Nenhum adolescente entrevistado defendeu a volta da ditadura, mas achavam importante os valores de "pulso", "ordem", "disciplina", "mão forte" e "autoridade" neste momento de crise nacional. Enquanto todos os meninos se colocaram contra tortura e censura, sendo inclusive críticos da ação policial nas comunidades, eles viam na imagem do militar uma forma de "último recurso", isto é, um pedido de socorro de jovens que já foram tomados pelo desalento. Este é o caso de Rique (21 anos), (...) Ele passa o dia entre a casa e a Igreja Universal que frequenta. Deus e Bolsonaro, para ele, são duas formas de salvação de uma vida indigna(...)²⁴⁵

4.3.1.1. “Os novos nazismos”: o recrudescimento de movimentos de apoio ao totalitarismo no Brasil

Avolumam-se em nosso país o número de simpatizantes de regimes totalitários e conseqüentemente do próprio nazismo. Por exemplo, em junho de 2021, um adolescente de 17 anos de idade foi expulso de um shopping na região de Caruaru(PE) após usar uma cruz suástica nazista em seu braço. Sobre o fato, o presidente da federação israelita de São Paulo, Luiz Kingel disse o seguinte:

²⁴³ GALLEGO, Esther Solano. O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil, p. 25

²⁴⁴ GALLEGO, Esther Solano. O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil, p.36-38

²⁴⁵ GALLEGO, Esther Solano. O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil, p. 58

Quando um indivíduo decide sair em público vestindo a camiseta de um time de futebol, ele está deixando claro, sem precisar dizer uma só palavra, que admira aquele time, que o respeita, que o apoia, que concorda com ele. A mesma coisa acontece quando um indivíduo ostenta algum símbolo nazista. Um ato desses não é inocente. Os símbolos do nazismo trazem consigo as ideias de intolerância, ódio, racismo e extermínio do outro, que não podem ser admitidas.²⁴⁶

O apoio ao nazismo, bem como o uso de qualquer elemento que faça referência ao mesmo é configurado como crime pela legislação brasileira²⁴⁷, mas apenas tipificar uma conduta parece não estar surtindo efeitos práticos para inibição de tais condutas e conscientização das pessoas, uma vez que o crescimento do apoio ao nazismo é assustador. Por exemplo, conforme levantamento produzido pela antropóloga Adriana Dias²⁴⁸, em 2021 o Brasil possuía ao menos 530 células neonazistas²⁴⁹ conhecidas, quando em 2019 o levantamento apontava o número de 334 células.

Embora vencidos na guerra, parece que os ideais fascistas utilizados pelos nazistas tiveram significativa capilaridade no Brasil na primeira parte do século XX e um dos exemplos é o movimento integralista brasileiro²⁵⁰ cujo lema era “Deus, pátria e família” e que serviu de inspiração ao slogan utilizado pelos movimentos e representantes políticos de extrema direita no Brasil atual.²⁵¹

Outro exemplo é a expressão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” por que parece ter uso parafrástico da expressão nazista *Deutschland über alles*²⁵² com a diferença que, além do discurso nacionalista, há o discurso religioso, que marca também uma característica da extrema direita de aliar o discurso extremista reacionário ao discurso religioso, demonstrando que tais ideais permanecem vigentes e aos poucos, seus adeptos vão perdendo o pudor em se levantar a favor

²⁴⁶ Agência Senado. Confundida com liberdade de expressão, apologia ao nazismo cresce no Brasil desde 2019, on-line.

²⁴⁷ BRASIL. Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, on-line.

²⁴⁸ Yahoo Notícias, Pesquisadora identifica 530 células neonazistas no Brasil, on-line.

²⁴⁹ Células neonazistas são grupos de ao menos três pessoas que se reúnem para difundir ideias e ações inspiradas na experiência nazista da Europa

²⁵⁰ Movimento iniciado em 1932 com o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB), vigente até 1937, fundado pelo jornalista Plínio Salgado (1895-1975) e sob a influência do fascismo italiano, cujos ideais eram a existência de uma religião (catolicismo), unidade nacional e corporativismo, e o combate ao liberalismo e socialismo. Em 1938 tentaram um contragolpe ao Estado Novo, contudo sem obter êxito e o movimento foi desbaratado em definitivo.

²⁵¹ UOL NOTÍCIAS, ‘Deus, Pátria e Família’: de onde veio o lema fascista usado por Bolsonaro?, on-line

²⁵² Expressão em alemão que significa “Alemanha acima de tudo”

do movimento, inclusive, os próprios representantes do povo, ainda que indiretamente, parecem anuir com esse ressurgimento do totalitarismo.

Ainda em 2021, o chefe do poder executivo no Brasil se reuniu com a deputada alemã Beatrix Von Storch, do partido AfD, considerado um partido de extrema direita e que já disse publicamente que a polícia alemã deveria abrir fogo contra imigrantes, inclusive mulheres e crianças, que quisessem entrar ilegalmente na Alemanha.²⁵³ Inobstante a postura extremista da deputada alemã, a mesma é neta de Johann Ludwig "Lutz" Graf Schwerin von Krosigk²⁵⁴

Ainda sobre o crescimento da apologia ao nazismo, na última década (2011-2020) a Polícia Federal apurou um assombroso crescimento de 900% nas denúncias de crimes relacionados à divulgação e incentivo do nazismo no Brasil.²⁵⁵ Outro fato que precisa ser considerado, é que os movimentos no Brasil contêm uma significativa diferença do o movimento nazista alemão do século XX, a adaptação da perspectiva antropológica.

Como já vimos, o darwinismo social é força motriz da antropologia nazista, mas em um país miscigenado e plural como o Brasil, e com o avanço da globalização, torna-se cada vez mais difícil usar do ideal de uma raça pura superior às demais. Assim, há uma transição para uma outra forma de darwinismo social, na qual passa a existir uma nova concepção de “raça” que passa a englobar os não desejáveis, mudando a roupagem científica do preconceito, como era na idade moderna, para uma subjetividade de segregação, mais condizente com a pós-modernidade.

4.3.1.2. Novos modelos de desumanização presentes na contemporaneidade

Ao longo da migração do modelo paradigmático da modernidade para a pós-modernidade, aquilo que outrora era sólido, cristalizado e “científico” passou a ser substituído por uma perspectiva mais subjetiva. A modernidade, que pautava a

²⁵³ BBC NEWS BRASIL, Quem é Beatrix von Storch, on-line

²⁵⁴ Johann Ludwig "Lutz" Graf Schwerin von Krosigk(1887-1977) foi um político nazista alemão que Ocupou o cargo único de Ministro-líder do Reich, que equivalia ao de *Reichskanzler* (Chanceler da Alemanha) de 1 de Maio até 23 de Maio de 1945

²⁵⁵ CNN BRASIL, Casos de apologia ao nazismo aumentam 900% em dez anos, de acordo a PF, on-line

negação da divindade e a ruptura com o sagrado desde o iluminismo, desenvolveu uma ciência objetiva de caráter universal e que originou uma nova percepção de moralidade, pautada na racionalidade das escolhas humanas e na expectativa de que o ser humano, ao abandonar a religião, poderia construir um mundo melhor.²⁵⁶

Contudo, especialmente após as duas grandes guerras do século passado, a descrença em tais princípios e valores característicos da modernidade acabaram por inaugurar a pós-modernidade. Os princípios e verdades agora são outros e precisam ser justificados e explicados, mudando o comportamento e a mentalidade dos indivíduos, senão vejamos:

Portanto, devido a essas mudanças a pós-modernidade consiste em uma vida com incerteza contínua. Como afirma Bauman, “a vida numa sociedade pós-moderna não pode ficar parada. Deve modernizar-se ou perecer” (BAUMAN, 2007, p. 9). Ao contrário da modernidade, que vivia para eternidade com objetivos e referências claras, a pós-modernidade não estabelece objetivos, nem traça uma linha linear, não se tem referências. Há sempre mudanças sem destino, sem ponto de chegada e com permanente pressa nesse processo. Existe na pós-modernidade uma crise em relação à ideia de fundamento sólido, agora tudo se mistura, tudo se completa, não existe a criação a partir do nada, tudo se constrói através da influência que se dá e pela mistura que é feita (BAUMAN, 2007).²⁵⁷

Essa nova concepção pós-moderna introduz a necessidade de novas justificativas e narrativas para todas as áreas da vida, especialmente nas relações interpessoais, que agora são pautadas pela subjetividade. As relações entre os indivíduos se tornaram diferentes e o próximo acaba por virar espectador das próprias conquistas e vitórias do indivíduo, tendendo as relações ao esfriamento e desligamento, não existindo, ou não interessando a singularidade do outro. A singularidade exclusivista é produzida por motivos biológicos, modelos psíquicos e especialmente por fenômenos políticos.²⁵⁸

Assim, os pressupostos antropológicos da modernidade precisam se adequar para encontrar lugar na pós-modernidade, quando este novo indivíduo, subjetivo, individualista e solitário, cuja relação é pautada na competição e no desejo de sobressair, torna-se campo fecundo para a implementação de uma nova espécie de darwinismo social, que novamente se vê em disputa e para assegurar uma pretensa

²⁵⁶ FELICIANO, Patrícia de Lourdes; PEIXOTO, Teresa Cristina. A construção da subjetividade na pós-modernidade: uma revisão de literatura, p.63

²⁵⁷ FELICIANO, Patrícia de Lourdes; PEIXOTO, Teresa Cristina. A construção da subjetividade na pós-modernidade: uma revisão de literatura., p.63

²⁵⁸ FELICIANO, Patrícia de Lourdes; PEIXOTO, Teresa Cristina. A construção da subjetividade na pós-modernidade: uma revisão de literatura, p.64

“sobrevivência” irá reconhecer no outro alguém mais fraco e que ocupará o lugar de exclusão e rejeição.

4.3.1.3. A exclusão do outro: aporofobia e racismo

Na realidade brasileira, por sermos um país continental, a região de nascimento de alguém pode ser o elemento dessa segregação. Agora, não mais a segregação da raça superior aos outros e sim de pessoas inferiores às demais. Na década de noventa do século passado, não eram raros os casos de xenofobia contra nordestinos ou nortistas, pelos habitantes do Sudeste do Brasil, como fruto de um preconceito concebido pelo grande êxodo rural existente a partir da década de 1960 para essas regiões. Agora, o preconceito se multiplica e se diversifica, ora com roupagens racistas, ora com a xenofobia, ora com a assimilação de imagens e conceitos do nazismo.

Inclusive, o problema migratório, em que pese esteja mitigado na realidade brasileira nos últimos anos, no cenário internacional continua crescendo e trazendo consigo reflexões. Os dados da Agência da ONU para refugiados (ACNUR) em 2021 são alarmantes: 89,3 milhões de pessoas foram deslocadas à força como resultado de perseguição, conflito, violência, violação de direitos humanos ou eventos perturbadores da ordem pública.²⁵⁹

A Venezuela é um dos países com maior índice de refugiados, com 4,6 milhões de pessoas contabilizadas.²⁶⁰ Com extensão de fronteiras de aproximadamente 2.000 km, o Brasil se tornou destino de grande parte dos refugiados venezuelanos, e nos colocando no centro da problemática, pois a relação com os imigrantes sinaliza grande tendência xenófoba no cenário brasileiro, inclusive em alguns ambientes inimagináveis, como o congresso nacional. A professora Lúcia Pedrosa aponta o seguinte:

As tendências xenófobas no Brasil não estão apenas nos ambientes das bancadas parlamentares. Roberto Zwetsch (2017) lembra a “Marcha Anti-Imigração” acontecida na Avenida Paulista, em São Paulo, em 2017, a manifestar o ódio com relação a pessoas já marginalizadas na cidade, como palestinos, haitianos e venezuelanos. Além da

²⁵⁹ ACNUR BRASIL, Dados sobre refúgio, on-line

²⁶⁰ ACNUR BRASIL, Dados sobre refúgio, on-line

xenofobia, as manifestações apresentavam corte racista e, podemos acrescentar, aporóforas.²⁶¹

A expressão aporófoba se destaca por tratar da aplicação do termo cunhado pela filósofa Adela Cortina: aporofobia²⁶². Podemos perceber que a aporofobia é uma expressão que traduz o pensamento segregador e preconceituoso aprofundado na pós-modernidade, a de excluir àqueles que não podem ou não possuem o que contribuir para com a sociedade. Sob tal perspectiva, ocorre um novo processo de desumanização das pessoas, quando perdem sua identidade, sua particularidade, seus nomes, sua história e são relegados a um grupo, a fim de facilitar seu processo de exclusão.

Quem outrora era um cidadão em um país, com história, raízes, emprego, família, por razões alheias à sua vontade, imigra e deixa tudo isso para trás. Agora é membro de uma massa disforme e conhecido como “imigrante”, aquele que é reconhecido como alguém que prejudica a economia, que subtrai recursos e infraestruturas da nação, que pode e deve ser descartado do convívio social em função de não ser desejado, tal como ocorrera no contexto nazista, com os deficientes, dissidentes políticos, judeus e tantos outros tidos como indesejados pelo nacional socialismo.

Apenas o resgate de uma antropologia integradora pode permitir a superação das diferenças e a compreensão de que a aporofobia e toda e qualquer forma de discriminação e segregação prescindem de um elemento básico na convivência humana sadia: a inter-relação humana, que é o caminho de superação desse desprezo ao empobrecido, com uma nova proposta antropológica, que parte de pressupostos teóricos, atravessa o comportamento humano através das relações interpessoais e é canalizado na efetividade de medidas públicas que possam transformar a sociedade.

(...)como princípio ético fundante da superação da aporofobia, o reconhecimento de um vínculo originário entre os humanos, independente do que eles possam dar em troca. O desprezo, ódio e humilhação rompem a intersubjetividade, pertencimento e cuidado que nos fazem humanos. Por outro lado, a razão compassiva e cordial, cultivada em todos os níveis da educação e mediatizada pelas instituições, inclusive a família, estabelece vínculos intersubjetivos e é a única capaz de superar a aporofobia, visibilizada no rechaço aos migrantes e refugiados.

²⁶¹PEDROSA-PADUA, Lúcia. Da indiferença e da aporofobia à hospitalidade: uma reflexão antropológica diante da crise migratória. Revista. Pistis Prax., Teologia Pastoral, p.13

²⁶² rechaço, aversão, desprezo, medo e mesmo ódio em relação ao *aporos*(pobre, em grego)

Adela nos ajuda a reconhecer a existência antropológica da aporofobia, forte tendência biossocialmente enraizada. O combate a ela se dá, por um lado, pelo cultivo de um mundo de valores, na ética do reconhecimento do vínculo humano e, por outro lado, através de leis, educação e instituições que sustentem e garantam uma cidadania universal.²⁶³

Outra vertente desse caminho de desumanização pautado pela exclusão do outro é o racismo. Assim como no período nazista, houve a construção de um ideário junto à população, de que eram falsas as alegações de perseguição, segregação e racismo como um todo, eram infundadas. A preocupação do Reich nazista era tão grande, que buscaram realizar uma edição dos jogos olímpicos²⁶⁴, símbolo de fraternidade universal, para disfarçar perante à comunidade internacional o cenário de ódio presente no país.

Coincidentemente, o crescimento dos movimentos de extrema direita traz consigo um recrudescimento do racismo, com o fortalecimento do discurso de que são fantasiosos os dados relativos ao racismo e preconceito estruturais vigentes em nosso país. Dessa forma, indo na contramão do avanço de sociedade brasileira nessa temática, especialmente a partir do fim do regime militar, em que as políticas públicas de cotas étnico-raciais consolidaram-se como um bom exemplo de avanço nesse sentido.

A guisa de exemplo, a quantidade de indígenas no ensino superior em 2019 foi 757% maior que o número em 2009 e os negros tiveram aumento de 529% no número de matriculados no mesmo período.²⁶⁵ Tal índice é motivo de celebração no tocante ao alcance das políticas públicas de inclusão, entretanto, esse caminho de enfrentamento de desigualdades não tem obtido êxito, inclusive abertamente na campanha política, candidatos de extrema direita depreciaram indígenas e quilombolas, inclusive com oposição aos direitos alcançados por essas populações, muitas vezes justificados como “programas partidários da esquerda”.²⁶⁶

A negação do racismo estrutural no Brasil pelos movimentos de extrema direita é parte de um processo de desumanização ao ignorar a vulnerabilidade de

²⁶³ PEDROSA-PADUA, Lúcia. Da indiferença e da aporofobia à hospitalidade: uma reflexão antropológica diante da crise migratória, p.14

²⁶⁴ Os jogos olímpicos de Berlim ocorreram no mês de agosto de 1936 e foram usados pelo governo nazista com propósito propagandístico e sob um marcante apelo de boicote por alguns países, ainda que infrutífero, diante do crescente antissemitismo e armamentismo da Alemanha.

²⁶⁵ INEP, Censo de Educação Superior, 2009 e 2019 (microdados), on-line

²⁶⁶ PIAUÍ, Bolsonaro na contramão da igualdade racial, on-line

certa parcela da população e o governo vinculado aos movimentos de extrema direita contribui com a manutenção desse cenário nefasto:

Quanto mais o Brasil era cobrado internacionalmente a apresentar medidas que assegurassem os direitos territoriais e coletivos das populações quilombolas e indígenas, mais o governo acelerava a sua política de destruição da Amazônia e fechava as portas do Planalto para as reivindicações dos povos originários e afrodescendentes, que viam seus territórios sendo saqueados. Em seu governo, tentou reimplantar a velha demagogia da ditadura militar (1964-85), segundo a qual não haveria discriminação nem preconceito racial e todas as pessoas seriam tratadas de forma igual no território nacional.²⁶⁷

Não podemos esquecer que o Brasil é um país fundado em três séculos de escravidão, que produziram segregação social e econômica vinculada à raça, uma vez que não se pensou em políticas públicas de inclusão da população negra após a abolição da escravatura, em outras palavras, o negro foi liberto da escravidão formal e lançado em outra escravidão, a socioeconômica.

O desenvolvimento da extrema direita sob um manto de conservadorismo e autoritarismo, acaba por potencializar tal cenário, pois utiliza-se de um racismo em linguagem cifrada²⁶⁸, desconsiderando a historicidade e efeitos da violência e do apagamento de uma história que é feita na escravidão, na tortura de negros e no dizimamento indígena, fortalece o imaginário de que vivemos em uma democracia racial, em que a isonomia e paridade se fazem presentes independente de raça ou cor, o que embora seja verdade na teoria, configura-se como dissonante da realidade vivida pela população.

4.3.1.4. A superioridade sobre o outro: “o cidadão de bem”

Percebemos ainda, que a subjetividade dos novos modelos de desumanização se apresenta de outra forma no cenário brasileiro nos últimos anos com a elevação de uma nova “raça” superior, aquela que pode ser verificada no discurso dos que se auto intitulam de “cidadãos de bem”. O uso da expressão, emprestada do vernáculo policial, implica em uma análise subjetiva a respeito da valoração de cada indivíduo.

Por exemplo, o indivíduo que não foi processado ou condenado criminalmente se considera um “cidadão de bem” diante dos demais que porventura possuam ficha criminal, ainda que tenham cumprido sua pena e, juridicamente,

²⁶⁷ PIAUÍ, Bolsonaro na contramão da igualdade racial, on-line

²⁶⁸ SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil, p. 22

nada mais devam à sociedade. Por si só, a expressão apresenta uma contradição do próprio conceito de cidadania. A noção moderna de cidadania implica na generalização ou universalização de uma condição de vinculação dos indivíduos ao Estado.²⁶⁹

Em outras palavras, o objetivo do Estado é promover a cidadania a todos, demandando direitos e deveres de cada indivíduo, mas que devem ser cumpridos por todos. Por outro lado, a complementação da cidadania com a expressão “de bem” traz em seu bojo, ainda que indiretamente, a noção de que, “o cidadão que não é de bem” sequer deveria ser cidadão. Percebe-se tal contradição quando não raras vezes se ouve a expressão: “direitos humanos para humanos direitos” ou diante do pensamento popular de supressão de direitos dos presidiários²⁷⁰, moradores de rua ou pessoas em condição de dependência química.

Segundo o autor José Fernando Andrade Costa, o desenvolvimento da figura do “cidadão de bem” é produto dos últimos anos, notadamente dos primeiros anos do século XXI e da expansão das mídias digitais, sendo parte de um processo histórico relacionado ao tempo que vivemos.

(...)o cidadão de bem é aquele que merece a cidadania, a política pública, o tratamento educado do policial, o que tem o direito de participar. Aquele que não faz parte dessa categoria representa um elemento perigoso, que vem de espaços marginais polui e contamina(...) O cidadão de bem seria a tradução, pós-crises econômicas da década de 1980, da categoria “trabalhador”(...) Se, nos anos 1980, vigorava o binômio “trabalhador” x “vagabundo”, agora temos o “cidadão de bem” x “vagabundo”, numa atualização dessas categorias frente às transformações socioeconômicas e demográficas vivenciadas pela população brasileira nas últimas décadas.²⁷¹

Percebemos grande presença de marcadores de raça e classe que acabam fortalecendo um discurso belicista a partir da figura do “cidadão de bem”, alinhados à representação da violência, geralmente associada aos extratos sociais considerados indesejados, em sua maioria, pobres, negros e habitantes das grandes periferias.²⁷²

A identificação do marginalizado como “inimigo” genérico da população não é em vão. Sobre esse assunto:

²⁶⁹ OABSP, A cidadania é para todos. Direitos, deveres e solidariedade, on-line

²⁷⁰ PODER360, Auxílio para famílias de presos desaba 52,2% sob Bolsonaro, on-line.

²⁷¹ COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o cidadão de bem?. Revista de psicologia USP, p.5

²⁷² COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o cidadão de bem?. Revista de psicologia USP, p.5

Cria-se, de um lado, o “cidadão de bem”, trabalhador (ou proprietário) e ordeiro, e, de outro, o vagabundo, vândalo, drogado, arruaceiro, o indivíduo fora das bordas que delimitam o possível autorizado pela ordem. Por meio da combinação do medo com a percepção de uma força acima das leis, legitima-se a violência. A norma se impõe pela força (e apoia-se nas leis) e sua lógica é a da produção do anormal, do patológico, em relação ao qual ela deve agir com rigor para curá-lo, eliminá-lo ou, ao menos, anulá-lo.²⁷³

Não de forma acidental, o uso do discurso do “cidadão de bem” é alinhado ao fortalecimento do conservadorismo, especialmente a partir de 2018 com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, de viés acentuadamente reacionário e conservador. Tal resultado eleitoral é resultado do grande processo de polarização pelo qual o Brasil passou na última década, notadamente a partir do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016.

O recorrente uso do discurso de “nós contra eles”, tanto por apoiadores do presidente como opositores, revela o nível de partidarismo existente no país. Tal condição, em certa forma, similar às que oportunizaram o crescimento e a chegada ao poder dos nazistas no século passado, uma polarização tão intensa que se torna ameaça à democracia, pois intenta violar seu fundamento, o direito à diferença.²⁷⁴

Inclusive, é parte importante nesse cenário a Igreja brasileira e sua relação com o governo e suas políticas. Vimos ao longo do primeiro capítulo, como a relação entre a Igreja alemã e o Estado foi importante para a consolidação do poder nazista, o que ficou conhecido como cristofascismo²⁷⁵.

No contexto alemão, majoritariamente os teólogos luteranos viam a república de Weimar como não religiosos e por isso acabaram por apoiar os nazistas e sob tal prisma, há similitudes com o cenário brasileiro atual, em que há uma aproximação, muitas vezes irreflexiva, para com o atual mandatário em função de um discurso aparentemente religioso.

A aproximação dos segmentos conservadores da Igreja com o governo, implica na adoção tácita, ou em alguns casos explícita, da retórica governamental e dos pressupostos antropológicos, sociais, políticos e morais nela contidos. A

²⁷³ GALLEGO, Esther Solano. O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil, P. 71

²⁷⁴ ROCHA, João Cezar de Castro. Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político, p.11

²⁷⁵ O termo cristofascismo, uma combinação de cristianismo e fascismo, foi criado pela teóloga alemã Dorothee Steffensky-Sölle (1929-2003), em 1970 e descreve o fenômeno a partir da compreensão de que as relações do partido nazista com as igrejas cristãs na Alemanha contribuíram para o desenvolvimento do Terceiro Reich

reboque do apoio e alinhamento político, há uma proposta antropológica subjacente, um preço a ser pago pelo apoio e suporte político, que a longo prazo, pode ser muito maior do que imaginamos, como ocorreu com a Igreja alemã.

Em nosso caso, a retórica do “cidadão de bem” encontra guarida em significativa parcela da Igreja, especialmente entre os evangélicos. Por exemplo, é paradoxal que as mesmas instituições que durante a semana são reconhecidas pelo seu trabalho social e de evangelização em presídios aos domingos professem de seus púlpitos expressões como “bandido bom é bandido morto”.

A linguagem do “cidadão de bem” não é a relação com um sujeito concreto. Ao contrário, trata-se de uma figura de linguagem, uma representação discursiva que visa conferir legitimidade a determinadas práticas sociais e, portanto, com a qual diferentes sujeitos podem se identificar.²⁷⁶ A ocultação de contradições dessa representação, acaba por reforçar preconceitos e hierarquias sociais historicamente constituídas, não se consolidando como um paradigma antropológico adequado para a concordância da Igreja.

Percebemos que o estabelecimento de “classes de cidadãos” acaba por revelar uma divisão social, uma sociedade fragmentada e hierarquizada entre cidadãos de primeira e segunda categoria, alguns com maior relevância do que outros, cidadãos que são dignos e detentores de direitos, de oportunidades, de significado e outros que são percebidos como ameaça, e a Igreja não pode, novamente, anuir com tais deturpações sobre o ser humano.

4.3.1.5. A oposição ao outro: “nós contra eles”

A sociedade brasileira lida ainda, com a intensa polarização que se estabeleceu no país e que se acentuou após as eleições de 2018. Não vislumbramos a extinção do antagonismo como uma saída, inclusive a oposição de ideias e argumentos são pontos vitais na vida política, que em certa medida, vão garantir a existência e manutenção do confronto natural à pluralidade político-ideológica.

Contudo, a atual polarização política no Brasil traz consigo uma densa carga de intolerância e ódio por detrás de simples posicionamentos políticos. É latente a

²⁷⁶ COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o cidadão de bem?. Revista de psicologia USP, p.7

manifestação do desejo de eliminação do outro, especialmente com o crescimento dos movimentos de extrema direita. A sociedade passou a ser percebida de forma maniqueísta, com o estabelecimento de estereótipos e estigmas de ambos os lados da atual polarização.

Em paralelo ao cenário nazista, no qual o ministro da propaganda de Adolf Hitler, Joseph Goebbels²⁷⁷ inventava notícias, difamava adversários e manipulava a opinião pública, hoje no Brasil, o uso massivo das redes sociais e a divulgação das “fake News” nos levam à observar, desafortunadamente, um cenário semelhante aos idos de implementação do nacional socialismo. A exaltação do poder político vigente somada à massificação de desinformações sobre o adversário político têm produzido uma escalada de ódio e de animosidade entre a população, inclusive alcançando os ambientes eclesiásticos.

Não são raros os casos de reprodução de discurso de ódio dentro das comunidades eclesiásticas, em defesa de um ou outro posicionamento político ou ideológico, com a conseqüente desvalorização do outro, muitas vezes sendo um pertencente à mesma Igreja, com quem outrora havia uma cordial relação de amor e respeito.

Ao aderir à narrativa da oposição, os indivíduos passam a construir uma identidade nova que transcende seu posicionamento político-ideológico e passa a ditar seus pensamentos, sentimentos e emoções. A clara oposição vigente no Brasil, ora reduzida em um reducionismo de “esquerda x direita”, passa a estabelecer visões distintas e antagônicas sobre sociedade, religião, política, caminhando para a intolerância expressa especialmente pelo discurso nas redes sociais.

No imaginário brasileiro contemporâneo, o que pensa de forma diversa passou a ser demonizado por aqueles que divergem de seus pensamentos, levando a guerra de narrativas ao ápice do fanatismo político. Dentro da esfera política do país, até mesmo deputados²⁷⁸, em manifestação pública na assembleia legislativa do Estado de São Paulo, retratam uma realidade que emana dos entes políticos do

²⁷⁷ Paul Joseph Goebbels (1897 – 1945) foi um político alemão e o Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre 1933 e 1945. Notabilizou-se pelo massivo uso de propaganda para fortalecer a imagem do nacional-socialismo e descredibilizar inimigos políticos. Cunhou a famosa expressão: “uma mentira dita mil vezes torna-se verdade”.

²⁷⁸ Um exemplo foi a contribuição do deputado Gilmaci Santos da ALESP, on-line.

país e encontra lastro e ampla guarida na população, que muitas vezes, irreflexivamente, reproduz e apoia discursos segregacionistas e cujo objetivo é acentuar ainda mais as diferenças entre os pensamentos e as pessoas:

O que vemos hoje, infelizmente, são multidões que buscam apenas desconstruir o discurso e a autoridade de seu "inimigo", quando deveriam debater de modo civilizado formas de construir uma nação mais justa, democrática e desenvolvida. Os políticos que compõem as câmaras municipais e assembleias legislativas, o Congresso Nacional e o próprio executivo não deveriam utilizar esses espaços para fomentar verdadeiras guerras ideológicas, mas para dialogar sobre o futuro de nossa nação.²⁷⁹

Percebemos o denso conflito na sociedade brasileira que é evidenciado pela polarização demonstrada no discurso do “nós contra eles”. Um lado entende que por estar com a razão, precisa prevalecer, permanecer e sobrepujar o outro, se necessário for, com a total aniquilação do “oponente”. Ao falarmos de polarização, incluímos o excesso que está presente por contingência em um ambiente polarizado²⁸⁰ e evidenciando a escalada de violência como resultado do extremismo da oposição no cenário brasileiro.²⁸¹

Tais excessos contribuem para inúmeras situações adversas, e são utilizados como instrumentos pelas partes conflitantes como deliberado instrumento de manipulação gerado para prejudicar, ferir e vilipendiar outros seres humanos através do controle exercido sobre seus adeptos.²⁸² Racionalmente, percebemos que todo excesso é prejudicial e gera ainda mais rancor e distanciamento, sendo a constituição da expressão “nós contra eles”, demonstração do desinteresse na composição e diálogo e sim, em proposta direcionada e intencional de ruptura relacional, expressão máxima de uma concepção antropológica de separação.

O discurso pautado na lógica do “nós contra eles”, ajuda na construção de uma atmosfera social semelhante àquela vivida nas caóticas décadas de 20 e 30 do século XX na Europa, notadamente na Alemanha. Com a convicção da certeza política promovida através da propaganda de massa nas redes sociais, o discurso de legitimação divina de uma autoridade como o mandatário de um país, a perda

²⁷⁹ ALESP, Opinião: Os extremismos não nos levarão a lugar nenhum, on-line.

²⁸⁰ Recentemente, na cidade de Foz do Iguaçu(PR), um caso trágico serve como exemplo dos perigos da polarização presente na perspectiva estabelecida do “nós contra eles”. O tesoureiro estadual do Partido dos Trabalhadores(PT) foi assassinado a tiros por um policial penal federal que invadiu sua festa de aniversário provocando uma discussão motivada por posicionamentos políticos distintos que levou ao tiroteio.

²⁸¹ VEJA, Radar, on-line.

²⁸² ROCHA, A. O cenário político brasileiro e a polarização dos últimos tempos, Revista Terceiro Incluído, on-line.

significativa da soberania pessoal, o ódio aos ‘opositores’, o uso de inverdades como método de manipulação das massas sinaliza a similaridade dos cenários sociais.

Ato contínuo, o comportamento da população, estruturado no discurso oposicionista, produziu inegável ruptura e separação, que não mais se estabelecem no campo ideológico ou argumentativo e sim na animosidade entre pessoas, desequilibrando a relação e fomentando a ideia de valoração intrínseca do outro em função de seu posicionamento ou alinhamento ideológico e político.

A superação da antropologia de segregação, que divide, que polariza e que estabelece distinção entre os que deveriam ser iguais, é imprescindível e urgente. Dessa forma, é vital reestabelecer uma antropologia integradora, que traz consigo o resgate dos valores do Evangelho, que têm sido preteridos por projetos de poder, perversões sociológicas e a manutenção de uma antropologia de segregação e exclusão.

Assim, podemos perceber nos capítulos anteriores, que desde a formulação da Declaração de Barmen sob influência barthiana, passando por toda a obra de García Rubio, a integração humana e inter-humana são condições fundamentais para o estabelecimento de tal antropologia, de valorização e cuidado com o ser humano, e que precisa ser resgatada em nosso tempo.

5. Conclusão

Ao final deste trabalho percebemos que a teologia, em especial a antropologia teológica de Alfonso García Rubio contribui com elementos fundamentais para salvaguardar uma coerente necessária perspectiva antropológica para a Igreja hodierna, em especial no contexto do ressurgimento de governos e pautas extremistas e perigosamente alinhadas aos movimentos totalitários do século XX, em especial o nazismo. Inicialmente, fizemos uma retrospectiva histórica do desenvolvimento do Nacional-socialismo na Alemanha e sua chegada ao poder absoluto.

Percebemos então, que a ideologia nazista era fundamentada em uma série de pressupostos antropológicos fundamentados na teoria do darwinismo social e no binômio “sangue e solo” como elementos vitais dessa antropologia. A seguir, abordamos a relação do nazismo com a Igreja na Alemanha e a criação de uma Igreja nazista que legitimaria todos os horrores praticados por Adolf Hitler e seus apoiadores.

Prosseguimos com a análise do movimento de resistência alemão, a Igreja confessante, liderada por nomes como Karl Barth, Martin Niemöller e Dietrich Bonhoeffer, os dissidentes do partido estabeleceram corajosa e efetiva resistência. Muitos dos que compunham a resistência, acabaram sendo martirizados por sua postura, entretanto, deixaram como legado uma valiosa declaração doutrinária redigida no sínodo de Barmen e que combatia bíblica e teologicamente o Nacional-socialismo.

A partir de então, passamos a analisar a obra de Alfonso García Rubio. A solidez de sua contribuição teológica e uma crítica ao dualismo antropológico que desvaloriza em parte o ser humano e conseqüentemente mitiga a valorização individual de todos os homens. Ao analisarmos sua proposta antropológica, percebemos que a antropologia integradora promove real e efetiva valorização do ser humano, compreendendo sua completude e reconhecendo os valores fundamentais que foram deliberadamente rejeitados na antropologia desenvolvida pelos nazistas. A pessoalidade, a co-humanidade e a relação com o meio ambiente tornam-se objeto de nossa análise e estabelecem evidente contraste com o darwinismo social e a ideologia ariana.

A partir do terceiro capítulo, intentamos uma abordagem atual do tema, identificando as similaridades entre a teologia exposta na Declaração teológica de Barmen e a antropologia proposta por García Rubio. Fizemos isso compreendendo que toda reflexão teológica precisa levar em conta seu contexto histórico e todas as variações científicas, políticas, ideológicas, filosóficas e sociais ocorridas entre os recortes históricos abordados.

Inicialmente, o capítulo aborda as inter-relações entre a Declaração de Barmen e o pensamento de García a partir dos pontos de convergência, a igualdade entre os seres humanos, a integração de cada pessoa humana com seu semelhante e por fim com a criação, nos possibilitando uma superação da proposta antropológica do darwinismo social e que é reiterada nos movimentos e afeições totalitaristas do presente tempo.

A seguir, estabelecemos uma semelhança contextual entre a Alemanha nazista e a realidade brasileira, passando pelo aumento exponencial de grupos alinhados ao nazismo e os novos modelos de desumanização presentes na sociedade brasileira, que coadunam com o modelo antropológico segregacionista a ser superado. A aporofobia, o racismo, o discurso de elitismo e de oposição, acentuados após as eleições de 2018 e a chegada ao poder de um governo com forte viés conservador e inclinações autoritárias, contribuíram para a atmosfera de polarização que vivenciamos.

Concluimos esse trabalho reconhecendo as limitações da pesquisa e que haveria muito mais a se pesquisar, contudo, mesmo não tendo o escopo de esgotar o tema, em especial a contribuição teológica de García Rubio, temos esperança de que os apontamentos aqui levantados possam contribuir para sinalizar caminhos de superação de propostas antropológicas que desvalorizam o ser humano, suas relações e o ambiente onde ele vive.

Importa compreendermos e lembrarmos os ensinamentos do professor García Rubio, de que a igualdade em Cristo, sob seu sacrifício redentor é elemento chave para o fim da segregação que insiste em se levantar em nosso meio. Também faz-se necessário desenvolver uma proposta integradora de humanização, capaz de evoluir e produzir aprendizado com os erros e diferenças e o fortalecimento de uma co-humanidade integrada com a criação, entendendo os papéis e a responsabilidade

de cada ser criado com a criação onde está inserido. Infelizmente, o trabalho neste sentido está longe de ser concluído, diante da grande adesão de cristãos de diversas tradições aos discursos totalitários e à antropologia de desumanização. Mas, desejamos e esperamos, de alguma forma, contribuir para a reflexão e mudança de caminho.

Referências bibliográficas

ACNUR BRASIL, Dados sobre refúgio. < <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em 04 de julho de 2022.

Agência Senado, **Confundida com liberdade de expressão, apologia ao nazismo cresce no Brasil desde 2019**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/08/confundida-com-liberdade-de-expressao-apologia-ao-nazismo-cresce-no-brasil-a-partir-de-2019>>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

ALBUQUERQUE, Bruno da Silveira. **O Pentecostalismo Integrado? A contribuição de Alfonso García Rubio para a superação do dualismo antropológico**. Orientador: Joel Portella Amado. 2014. 116 Fls., Dissertação de mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ALESP, **Opinião: Os extremismos não nos levarão a lugar nenhum**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=399898> >. Acesso em 07 de julho de 2022.

ALTMANN, Walter (org.). **Dádiva e Louvor**. Ensaios teológicos de Karl Barth. São Leopoldo, Sinodal/EST, 2006.

BARTH, K. **Introdução à teologia evangélica**. 5 ed. São Leopoldo, Sinodal, 1996.

BBC NEWS BRASIL, **Quem é Beatrix von Storch**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57978671>>. Acesso em 01 de julho de 2022.

BÍBLIA, Tradução Ecumênica da Bíblia. São Paulo: Loyola, 1997.

Biblioteca nacional Austríaca (Österreichische Nationalbibliothek), **ALEX Historische Rechts- und Gesetzestexte (Textos jurídicos e jurídicos históricos)**, c 2021. Disponível em: <https://alex.onb.ac.at/gesetze_drab_fs.htm>. Acesso em: 16 de fev. de 2022

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e educação brasileira. **Educar em revista**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, setor de educação, Volume 12, número 12r, p. 153 a 165, 1996.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 06 jan. 1989.

BURRIN, Philippe. **Hitler e os Judeus – Gênese de um genocídio**. (trad. Ana Maria Capovilla). Porto Alegre, L&PM, 1990

CARDOSO, M^a Teresa de Freitas. **Aspectos ecumênicos da Evangelii Gaudium**. In: AMADO, Joel Portella; FERNANDES, Leonardo Agostini

(orgs.) *Evangelii Gaudium* em questão. Aspectos bíblicos, teológicos e pastorais. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004, p. 251-262

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. São Paulo, Ed. Zahar, 2018. 1 ed.

CNN BRASIL, **Casos de apologia ao nazismo aumentam 900% em dez anos, de acordo a PF**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/casos-de-apologia-ao-nazismo-aumentam-900-em-dez-anos-de-acordo-a-pf/>>. Acesso em 01 de julho de 2022.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus, 1997.

COSTA, **José Fernando Andrade**. **Quem é o cidadão de bem?**. Revista de psicologia USP, São Paulo, volume 32, p. 01-10, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicosp/article/view/202586>> Acesso em 30 de outubro de 2022.

DEUTSCHLANDFUNK. Isabel Heinemann: **raça, povoamento, sangue alemão. O Escritório Principal de Raça e Liquidação da SS e a reorganização racial da Europa**, 2003. Disponível em: <<https://www.deutschlandfunk.de/isabel-heinemann-rasse-siedlung-deutsches-blut-das-rasse-100.html/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

DUSSEL, Enrique. **El humanismo semita**. Buenos Aires, Universitaria de Buenos Aires, 1969, p. 21.

Enciclopédia do holocausto, **A ALEMANHA DEVIDO AO TRATADO DE VERSAILHES, 1919**. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/map/german-territorial-losses-treaty-of-versailles-1919>>. Acesso em: 26 de jun. de 2022.

FELICIANO, P. de L. Q.; PEIXOTO, T. C. **A construção da subjetividade na pós-modernidade: uma revisão de literatura**. Pretextos, Belo Horizonte, Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 4, n. 8, p. 61-77, 16 dez. 2019. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18692>> Acesso em 22 de Outubro de 2022.

FERNANDO, J. **Hitler, retrato de uma tirania**, São Paulo, Geração Editorial, 2012.

FERREIRA, Franklin. **A Igreja Confessional Alemã e a “Disputa pela Igreja”(1933-1937)**. Fides Reformata, São Paulo, Editora Mackenzie, Volume XV, número 01, p. 09 a 36, 2010.

GALLEGO, Esther Solano(org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Ed. boitempo, 2018.

GARCIA RUBIO, A. **A caminho da maturidade na experiência de Deus**. Petrópolis, Vozes, 2021.

GARCIA RUBIO, A. O ser humano à luz da fé cristã e a racionalidade moderna (artigo), in: **Perspectiva teológica**, v.22, n.56, p.31-54, 1990.

GARCIA RUBIO, A. **Salvação cristã: salvos de quê e para quê?** Petrópolis, Vozes, 2019.

GARCIA RUBIO, A. **Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs.** São Paulo, Paulus, 2ª edição, 7ª reimpressão, 2020.

GARCIA RUBIO, A., AMADO, Joel Portella; FERNANDES. **Fé cristã e pensamento evolucionista.** São Paulo, Paulinas, 2018.

HENDERS, Helmut. **Compromisso pastoral, clareza teológica e cidadania: a Declaração Teológica de Barmen como resultado de uma interação entre Igreja e academia teológica.** Caminhando – Revista da faculdade de teologia da igreja metodista, São Paulo, Volume XIV, número 02, p109-128, 2009.

IHU.UNISINOS. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **A ardente preocupação de Pio XI. A condenação do racismo pelo Vaticano, c2017.** Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/565498-a-ardente-preocupacao-de-pio-xi/>>. Acesso em: 14 de fev. de 2022

INEP, **Censo de Educação Superior, 2009 e 2019** (microdados) <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior> > Acesso em 26 de outubro de 2022.

Júlio César Sousa de. JESUS, et al., Antônio Danilo Feitosa, BASTOS. Breve abordagem teológica do dualismo antropológico à possível integração-inclusão em García Rubio, in: **Teófilo – Revista eletrônica do Icespi**, v.1, n. 2, Teresina, p. 38-53, 2017. Disponível em <http://www.revista.icespi.com.br/upload/arquivos/94359e6b8a66ff88ddf8185a20a57c49.pdf> Acesso em 18 de setembro de 2022.

KITCHEN, M. **O terceiro Reich: carisma e comunidade**, São Paulo, Madras, 2009.

LUTZER, ERWIN W., **A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista**, São Paulo, Editora Vida, 2003.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha. O Estado racista e a *volks-gemeinschaft*: A comunidade do povo no terceiro Reich. **Id Online Revista de psicologia**, São Paulo, Instituto persona de educação superior, Volume 13, número 47r, p. 695 a 705, 2019.

MILSTEIN, W., **Dietrich Bonhoeffer – Vida e pensamento**, São Leopoldo, Ed. Sinodal, 2006.

OABSP, **A cidadania é para todos. Direitos, deveres e solidariedade.** Disponível em: <<https://www.oabsp.org.br/subs/santoanastacio/institucional/artigos/a-cidadania-e-para-todos.direitos-deveres-e>>. Acesso em 30 de outubro de 2022.

PEDROSA-PÁDUA, Lúcia. Da indiferença e da aporofobia à hospitalidade: uma reflexão antropológica diante da crise migratória. **Revista. Pistis Prax.**, Teologia Pastoral., Curitiba, v. 12, n. 1, p. 05-25, jan/abr. 2020

PEDROSA-PÁDUA, Lúcia. **O ser humano, centro da Evangelli Gaudium**. In: AMADO, Joel Portella; FERNANDES, Leonardo Agostini (orgs.) *Evangelli Gaudium em questão. Aspectos bíblicos, teológicos e pastorais*. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2004, p. 135-146

Piauí, **Bolsonaro na contramão da igualdade racial**. <<https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/bolsonaro-na-contramao-da-igualdade-racial/>> Acesso em 28 de outubro de 2022.

Poder360, **Auxílio para famílias de presos desaba 52,2% sob Bolsonaro**. <<https://www.poder360.com.br/economia/auxilio-para-familias-de-presos-desaba-522-sob-bolsonaro/>> Acesso em 28 de outubro de 2022.

Portal Luteranos, **A DECLARAÇÃO TEOLÓGICA DE BARMEN**, c 2021. Disponível em: <<https://www.luteranos.com.br/textos/a-declaracao-teologica-de-barmen>>. Acesso em: 13 de mar. de 2022

RABITZ, Cornelia. **Darwin e o darwinismo social**. DW – Made for Minds, 2009. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/darwinismo-social-nada-tem-a-ver-com-a-ci%C3%A2ncia-de-charles-darwin/a-4011406>>. Acesso em: 11 de fev. de 2022.

RAHNER, K. “**La unidad de espíritu y matéria en la comprensión de la fé cristiana**”, in : Id., *Teologia y ciências naturales*, Madri, 1967, pp. 89-137.

ROCHA, A. O cenário político brasileiro e a polarização dos últimos tempos. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 159–173, 2020.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Caminhos, São Paulo, 2021.

SHIRER, WILLIAM L., **Ascensão e Queda do Terceiro Reich, Volume 1: Triunfo e Consolidação(1933-1939)**, Rio de Janeiro, Agir Editora, 2008.

SILVA, Júlio Cesar Silveira. **Karl Barth: Um chamado cristão a desobediência civil**. Orientador: Luiz Felipe Pondé. 2011. 162 Fls., Dissertação de mestrado – Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SNYDER, Timothy. **Terra Negra – o holocausto como história e advertência**. Trad. Donald M. Garshagen e Renata Guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2021.

TEATRO DO MUNDO. **Programa do partido nacional socialista dos trabalhadores alemães**, 2016. Disponível em: <<http://www.teatrodomundo.com.br/programa-do-partido-nacional-socialista-dos-trabalhadores-alemaes/>>. Acesso em: 11 de fev. de 2022.

VEJA, **Radar:** Disponível em:
<<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/bolsonarista-invade-festa-de-petista-os-dois-trocam-tiros-e-morrem/>>. Acesso em 01 de Agosto de 2022.

WOLFF, Hans Walter. **Antropologia do Antigo Testamento**. São Paulo, Editora Hagnos, 1975.

Yahoo Notícias, **Pesquisadora identifica 530 células neonazistas no Brasil**< <https://br.noticias.yahoo.com/pesquisadora-identifica-530-celulas-neonazistas-no-brasil-143054834.html>>. Acesso em 01 de julho de 2022.

ZILLES, U. **Antropologia teológica**, São Paulo, Paulus, 2011.

Anexo

SÍNODO CONFSSIONAL DA IGREJA EVANGÉLICA ALEMÃ

1. UM APELO ÀS CONGREGAÇÕES EVANGÉLICAS E AOS CRISTÃOS NA ALEMANHA

O Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã reuniu-se na cidade de Barmen, de 29 a 31 de maio de 1934. Representantes de todas as Igrejas Confessionais alemãs uniram-se unanimemente numa confissão do único Senhor da Igreja una, santa e apostólica. Fiéis à sua confissão de fé, membros das Igrejas Luteranas, Reformada e Unida procuraram redigir uma mensagem comum e para ir ao encontro das necessidades e tentação da igreja em nossos dias. Com gratidão a Deus, estão convictos de que lhes foi concedida uma palavra comum para dizerem. Não foi sua intenção fundar uma nova Igreja ou formar uma união de Igrejas. Nada esteve tão longe dos seus pensamentos do que a abolição do status confessional das nossas igrejas. Pelo contrário, sua intenção era resistir com fé e unanimidade à destruição da Confissão de Fé, e, por conseguinte, da Igreja Evangélica na Alemanha. Em oposição às tentativas de estabelecer a unidade da Igreja Evangélica Alemã mediante uma falsa doutrina, fazendo uso da força e de práticas insinceras, o Sínodo Confessional insiste que a unidade das Igrejas Evangélicas na Alemanha só poderá provir da Palavra de Deus na fé concedida pelo Espírito Santo. Somente assim a igreja se renova.

O Sínodo Confessional, portanto, conclama as congregações para se unirem em oração e coesas cerrarem fileiras em torno dos pastores e mestres que permanecem fiéis às Confissões.

Não vos deixeis enganar pelos boatos de que pretendemos opor-nos à unidade da nação alemã! Não deis ouvidos aos sedutores que pervertem nossas intenções, dando a impressão de que desejaríamos quebrar a unidade da Igreja Evangélica Alemã ou abandonar as Confissões dos Pais da Igreja.

Examinai os espíritos, a ver se eles são de Deus! Provai também as palavras do Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã para testar se estão conformes com a Sagrada Escritura e com a Confissão dos Pais. Se achardes que nossas palavras se opõem à Escritura, então não nos deis atenção! Mas se julgardes que

nossa posição está conforme com a Escritura, então não permitais que o medo ou a tentação vos impeça de trilhar conosco a vereda da fé e da obediência à Palavra de Deus, a fim de que o povo de Deus tenha um só pensamento na terra e que nós experimentemos pela fé aquilo que ele mesmo disse: Nunca vos deixarei, nem vos abandonarei. Por esse motivo, não temais, ó pequenino rebanho, porque vosso Pai se agradou em dar-vos o seu reino.

2. DECLARAÇÃO TEOLÓGICA A RESPEITO DA SITUAÇÃO ATUAL DA IGREJA EVANGÉLICA ALEMÃ

Conforme as palavras iniciais da sua Constituição, datada de 11 de julho de 1933, a Igreja Evangélica Alemã é uma federação de Igrejas Confessionais, oriundas da Reforma, gozando de direitos iguais. O fundamento teológico para a unificação dessas igrejas se acha nos artigos 1º. e 2º. (1) da Constituição da Igreja Evangélica Alemã, reconhecida pelo Governo do Reich em 14 de julho de 1933:

Artigo 1º. - A base inviolável da Igreja Evangélica Alemã é o Evangelho de Jesus Cristo, conforme nos é atestado nas Sagradas Escrituras e trazido novamente à luz nas Confissões da Reforma. Todos os poderes necessários à Igreja para cumprir sua missão por ele são determinados e limitados.

Artigo 2º. (1) - A Igreja Evangélica Alemã é dividida em igrejas regionais (Landeskirchen).

Nós, os representantes das igrejas Luterana, Reformada e Unida, dos Sínodos livres, das assembleias eclesiais e organizações paroquiais unidas no Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã, declaramos estarmos unidos na base da Igreja Evangélica Alemã como uma federação de Igrejas Confessionais. Unificamos a confissão de um só Senhor da Igreja una, santa, católica e apostólica.

Declaramos publicamente nesta Confissão, perante todas as igrejas evangélicas da Alemanha, que aquilo que ela mantém como patrimônio comum está em grande perigo que também ameaça a unidade da Igreja Evangélica Alemã. Ela se acha ameaçada pelos métodos de ensino e de ação do partido eclesial dominante dos cristãos alemães e pela administração da Igreja conduzida por ele. Esses métodos se vêm tornando cada vez mais salientes neste primeiro ano de existência da Igreja Evangélica Alemã. Essa ameaça reside no fato de que a base

teológica da unidade da Igreja Evangélica Alemã tem sido contrariada contínua e sistematicamente e tornada ineficaz por doutrinas estranhas, da parte dos líderes e porta-vozes dos cristãos alemães, bem como da parte da administração da igreja. Se tais doutrinas conseguirem impor-se, então, conforme todas as Confissões em vigor em nosso meio, a Igreja deixará de ser Igreja, e a Igreja Evangélica Alemã, como federação de Igrejas Confessionais, tornar-se-á intrinsecamente impossível.

Na qualidade de membros das Igrejas Luterana, Reformada e Unida, podemos e devemos falar com uma só voz neste assunto. Precisamente por querermos ser e permanecer fiéis às nossas várias Confissões, não podemos silenciar, pois cremos ter recebido uma mensagem comum para proclamá-la numa época de necessidades e tentações gerais. Depositamos nossa confiança em Deus pelo que isto possa significar para as interrelações das igrejas Confessionais.

Face dos erros dos cristãos alemães da presente administração da Igreja do Reich, erros que estão assolando a igreja e, também rompendo, por esse motivo, a unidade da Igreja Evangélica Alemã, confessamos as seguintes verdades evangélicas:

1. *Eu sou o caminho e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim (Jo 14.6). Em verdade, em verdade vos digo: o que não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, esse é ladrão e salteador... eu sou a porta: se alguém entrar por mim, será salvo (Jo 10.1 e 9).*

Jesus Cristo, como nos é atestado na Sagrada Escritura, é a única Palavra de Deus que devemos ouvir, e em quem devemos confiar e a quem devemos obedecer na vida e na morte.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a igreja teria o dever de reconhecer — além e aparte da Palavra de Deus — ainda outros acontecimentos e poderes, personagens e verdades como fontes da sua pregação e como revelação divina.

2. *Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual se nos tornou da parte de Deus sabedoria e justiça e santificação e redenção (I Co 1.30).*

Assim como Jesus Cristo é a certeza divina do perdão de todos os pecados, assim e também com a mesma seriedade, é a reivindicação poderosa de Deus sobre toda a nossa existência. Por seu intermédio experimentamos

uma jubilosa libertação dos ímpios grilhões deste mundo, para servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas.

Rejeitamos a falsa doutrina de que em nossa existência haveria áreas em que não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores, áreas em que não necessitaríamos da justificação e santificação por meio dele.

3. *“Mas, seguindo a verdade em amor, crescamos em tudo naquele que é o cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado, pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua seu próprio crescimento para a edificação de si mesmo em amor (Ef 4.15-16).*

A Igreja Cristã é a comunidade dos irmãos, na qual Jesus Cristo age atualmente como o Senhor na Palavra e nos Sacramentos através do Espírito Santo. Como Igreja formada por pecadores justificados, ela deve, num mundo pecador, testemunhar com sua fé, sua obediência, sua mensagem e sua organização que só dele ela é propriedade, que ela vive e deseja viver tão somente da sua consolação e das suas instruções na expectativa da sua vinda.

Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização, a seu bel prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes.

4. *Sabeis que os governadores dos povos os dominam e que os maiores exercem autoridade sobre eles. Não é assim entre vós; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva (Mt 20.25-26).*

A diversidade de funções na Igreja não estabelece o domínio de uma sobre a outra, mas, antes o exercício do ministério confiado e ordenado a toda a comunidade.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, desviada deste ministério, poderia dar a si mesma ou permitir que se lhe dessem líderes especiais revestidos de poderes de mando.

5. *Temei a Deus, honrai ao rei! (1 Pe 2.17).*

A Escritura nos diz que o Estado tem o dever, conforme ordem divina, de zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido, no qual

também vive a Igreja, segundo o padrão de julgamento e capacidade humana com emprego da intimidação e exercício da força. A Igreja reconhece o benefício dessa ordem divina com gratidão e reverência a Deus. Lembra a existência do Reino de Deus, dos mandamentos e da justiça divina, chamando, dessa forma a atenção para a responsabilidade de governantes e governados. Ela confia no poder da Palavra e lhe presta obediência, mediante a qual Deus sustenta todas as coisas.

Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir desse modo, a missão confiada à Igreja.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a igreja poderia e deveria, ultrapassando a sua missão específica, apropriar-se das características, dos deveres e das dignidades estatais, tornando-se assim, ela mesma, um órgão do Estado.

6. Eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século (Mt 28.20). A Palavra de Deus não está algemada (II Tm 2.9)

A missão da Igreja, na qual repousa sua liberdade, consiste em transmitir a todo o povo — em nome de Cristo e, portanto, a serviço da sua Palavra e da sua obra pela pregação e pelo sacramento— a mensagem da livre graça de Deus.

Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja, possuída de arrogância humana, poderia colocar a Palavra e a obra do Senhor a serviço de quaisquer desejos, propósitos e planos escolhidos arbitrariamente.

O Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã declara ver no reconhecimento destas verdades e na rejeição desses erros, a base teológica indispensável da Igreja Evangélica Alemã na sua qualidade de federação de igrejas Confessionais. Ele convida a todos os que estiverem aptos a aceitar esta declaração a terem sempre em mente estes princípios teológicos em suas decisões na política eclesiástica. Ele concita a não pouparem esforços para o retorno à unidade da fé, do amor e da esperança.

Verbum Dei manet in aeternum